



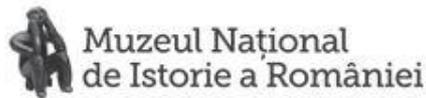
Discovering the Archaeologists of Portugal 2012-14

Cláudia Costa, Cidália Duarte, João Tereso, Miguel Lago, Catarina Viegas, Carolina Grilo, Jorge Raposo, Mariana Diniz, Alexandra Lima

Published by Associação Profissional de Arqueólogos 2014



All contents copyright © 2014 by Associação Profissional de Arqueólogos



This work is licensed under the Creative Commons Attribution 3.0 Unported License. To view a copy of this license, visit <http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/> or send a letter to Creative Commons, 444 Castro Street, Suite 900, Mountain View, California, 94041, USA.

Under the terms of this licence, **you are free:**

- **to Share** - to copy, distribute and transmit the work
- **to Remix** – to adapt the work
- to make commercial use of the work

Under the following conditions:

- **Attribution** — You must attribute the work in the manner specified by the author or licensor (but not in any way that suggests that they endorse you or your use of the work).

With the understanding that:

- **Waiver** — Any of the above conditions can be **waived** if you get permission from the copyright holders.
- **Public Domain** — Where the work or any of its elements is in the **public domain** under applicable law, that status is in no way affected by the licence.
- **Other Rights** — In no way are any of the following rights affected by the licence:
 - Your fair dealing or **fair use** rights, or other applicable copyright exceptions and limitations;
 - The authors' **moral** rights;
 - Rights other persons may have either in the work itself or in how the work is used, such as **publicity** or privacy rights.

Notice — For any reuse or distribution, you must make clear to others the licence terms of this work.

The publisher has used its best efforts in preparing this book, and the information provided herein is provided "as is." Associação Profissional de Arqueólogos makes no representation or warranties with respect to the accuracy or completeness of the contents of this book and specifically disclaims any implied warranties of merchantability or fitness for any particular purpose and shall in no event be liable for any loss of profit or any other commercial damage, including but not limited to special, incidental, consequential, or other damages.

ISBN 978-972-97706-5-4

This project acted as the Portuguese component of the transnational *Discovering the Archaeologists of Europe 2012-14* project, which was administered by York Archaeological Trust with financial support from the Lifelong Learning Programme of the European Commission. This report reflects the views only of the authors, and the Commission cannot be held responsible for any use which may be made of the information contained therein.

Agradecimentos

A Associação Profissional de Arqueólogos agradece a todos os arqueólogos e instituições que responderam ao nosso apelo de resposta através do preenchimento do inquérito que constituiu a base do presente trabalho.

Para a sua concretização, foi particularmente importante a capacidade de divulgação dos questionários elaborados, tendo a colaboração do fórum *archport* (<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/>), sido especialmente relevante como meio privilegiado de comunicação com a comunidade arqueológica; assim, agradecemos ao Professor Doutor José d'Encarnação, através de quem foram divulgados os apelos à resposta ao inquérito individual.

A revista *Al-Madan*, a quem agradecemos, publicada pelo Centro de Arqueologia de Almada, foi fundamental na divulgação de notícias da APA relativas a este projeto, nomeadamente nos seus últimos volumes.

Também devido um agradecimento à Direção Geral do Património Cultural pela disponibilidade em fornecer elementos que constam da sua base de dados - *Endovelico*.

A equipa agradece ainda ao Professor Doutor Francisco Sande Lemos e à Dr^a Jacinta Bugalhão, pelas sugestões e indicações de bibliografia. Ao Dr. António Manuel Pereira pelo apoio no manuseamento do *Google Forms*.

Às instituições, Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia, Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva SA, Baixo Sabor Bento Pedroso Construções e Lena Engenharia e Construções ACE e Direção Regional de Cultura do Algarve agradecemos por nos terem recebido sempre que solicitado.

À Sociedade de Geografia de Lisboa e à Direção Regional de Cultura do Norte agradecemos a cedência de instalações para a realização de encontros de lançamento e divulgação nacional dos resultados do DISCO 2014.

Em último lugar, uma menção muito especial a todas os sócios e não sócios da APA que responderam, e a todas as entidades que responderam aos inquéritos, que apresentaram as suas sugestões ou colocaram questões pertinentes para a elaboração do presente trabalho. A todos eles devemos os resultados obtidos e a possibilidade de contribuirmos para o incremento da profissão de arqueólogo em Portugal.

Resumo

Em 2012, a Associação Profissional de Arqueólogos assumiu-se como o parceiro português de um projeto promovido pela Comissão Europeia – *Discovering the Archaeologists of Europe – DISCO 2014*. O projeto contou com a participação de 21 países membros da União Europeia, englobando 23 parceiros.

O DISCO 2014 tem por objetivo a caracterização das condições de trabalho dos arqueólogos e a forma como a crise financeira mundial de 2008 afetou o sector nos 21 países que a ele se associaram.

Cada organização implementou, no seu respetivo país, um inquérito à profissão de arqueólogo e redigiu um relatório nacional que informou o relatório transnacional, elaborado pelo York Archaeological Trust, entidade que coordenou o projeto global.

Tendo consciência de que em Portugal esta seria uma oportunidade privilegiada de estabelecer contacto com todos os arqueólogos do nosso país, de conhecer e divulgar as circunstâncias em que desenvolvem a sua profissão e de garantir uma base de comparação com outros universos nacionais do espaço europeu, a APA resolveu lançar dois inquéritos a nível nacional: um individual, dirigido aos arqueólogos, e outro orientado para as organizações empregadoras de arqueólogos e que desenvolvem atividades na área da Arqueologia.

A adesão dos arqueólogos ao inquérito individual foi bastante significativa, totalizando 572 respostas válidas. Quanto ao inquérito às instituições resultou em 102 respostas, entre empresas de Arqueologia, museus e outras organizações da administração central, regional e local, empresas com capital público e fundações.

A análise dos dados obtidos revelou que a crise financeira de 2008 conduziu, numa primeira fase, a uma política de aumento do investimento do Estado em obras públicas, o que gerou um aumento da atividade arqueológica dita “de salvamento”. De seguida, com o pedido de resgate financeiro à Comissão Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional, o investimento em obras públicas foi afetado e o volume de trabalho em Arqueologia decaiu em termos globais.

A nível dos arqueólogos portugueses verifica-se que estes constituem um grupo socioprofissional relativamente jovem, altamente qualificado, sendo elevada a percentagem de indivíduos que prosseguiram os estudos após a licenciatura, quer adquirindo novos graus académicos, quer continuando a sua formação profissional livre ao longo da carreira.

No setor privado são, no entanto, um grupo que auferem rendimentos bastante mais baixos que outros técnicos superiores de outros sectores da atividade económica portuguesa. O seu trabalho é, em muitos casos, desenvolvido em condições muito precárias, incompatíveis com uma vida pessoal e familiar satisfatória.

A APA, que se quer assumir como a voz dos profissionais junto das instâncias de decisão do país e da Europa, apresenta uma série de recomendações que visam a melhoria das condições de exercício da profissão de arqueólogo, com inevitáveis consequências positivas ao nível das ações a concretizar sobre o nosso património histórico- arqueológico.

Abstract

The present report was elaborated by Associação Profissional de Arqueólogos (APA, Portugal) in the context of the DISCO 2014 project, coordinated by *York Archaeological Trust*. The nature of APA – a professional association of archaeologists – is coherent with the goals of DISCO 2014, since it is our objective to survey the profession in Portugal, define its major difficulties and influence the decision makers for possibly necessary changes. The project DISCO 2014 is, therefore, the essence of what APA needed to achieve among Portuguese archaeologists – define how many professionals there are, where they work and in which conditions. Furthermore, it was necessary to define which changes might be pivotal to ensure the good path of the discipline in the country and internationally.

Upon knowledge of the nature of enquiries and methodology used by other countries (in December 2013), APA decided to launch two questionnaires – one individual, and a second one designed for organisations. The questionnaires were defined with the approval of YAT and were then launched in a *Google Survey* platform. Archaeologists were individually invited to fill out the forms digitally, through the Internet. Then, a survey of potential employers in Archaeology was performed so that a considerable and diverse number of organisations could be also invited to answer the questionnaire. In this case, we selected institutions which employed archaeologists. For the individual questionnaires we obtained 572 answers to 900 invitations. For the organisations questionnaire we obtained 102 answers.

The specific goal of the present project is to identify the changes that have occurred in Archaeology since the 2008 crisis and how our profession has been affected in different countries.

Portuguese results demonstrate that the crisis became particularly severe after 2011, as it is visible in the results of both questionnaires – individual and organisational. This economic pressure was due to with the interruption of large public investments as a consequence of the World Monetary Fund and European Central Bank intervention in the country.

From the questionnaires there are particular problems possible to be identified, such as the reduction of permanent jobs, a higher mobility of archaeologists and a severe reduction in income. Academic investment and achievement, however, continues to be significant, even though funding for research has been reduced in the past two years.

Socially, archaeologists in Portugal are almost all born in the country and have significant academic education, with a high percentage of professionals that hold post-graduate degrees, from universities in different locations. In the private sector archaeologists in Portugal have significantly lower salaries than equivalent university graduates in other areas. Labour contracts are volatile and work conditions very variable, depending on the private companies the professionals work for.

Recently, however, a *Union of the Archaeology Workers* (STARQ) has been created and the contractual problems are being discussed at that level.

APA (Associação Profissional de Arqueólogos) works for the better quality of archaeological work developed in our country. In that sense, we have prepared a series of recommendations that we are directing to an array of institutions which can influence the decision making sectors in diverse areas of public intervention.

Conteúdo

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	7
Conteúdo	9
Índice de tabelas	11
Índice de figuras	13
1. Contexto do projeto DISCO 2014 e a APA	14
1.1. Antecedentes	15
1.2. Cálculo da evolução do número de arqueólogos ao longo dos últimos 40 anos	18
1.3. Legislação e atividade arqueológica em Portugal	20
1.3.1. Empresas de Arqueologia em Portugal: entre o Estado e o empreendedorismo privado	24
2. Metodologia	26
2.1. Introdução	26
2.2. Equipa	26
2.3. Metodologia dos inquéritos	27
2.4. Mailing list	28
2.5. Recolha de dados	29
3. Caracterização da amostra inquirida	31
3.1. Introdução	31
3.2. Distribuição geográfica	33
3.2.1. Dos arqueólogos inquiridos	33
3.2.2. Das instituições inquiridas	35
3.3. Caracterização etária dos arqueólogos	36
3.4. Nacionalidades	37
3.5. Qualificação Académica	38
4. Empregabilidade: contexto social, contexto de trabalho e funcionamento do trabalho	42
4.1. Fecundidade	43
4.2. Seguros de saúde	46
4.3. Atividade associativa e sindicalismo	47
4.4. Formação Superior	50
4.4.1. Cursos superiores	50

4.4.2. Instituições dos cursos superiores	50
4.5. Formação profissional contínua	52
4.6. Diversidade de funções	57
4.7. Carências de competências	63
4.8. Salários, rendimento bruto e receitas das empresas de Arqueologia	64
4.8.1. Salários	65
4.8.2. Rendimento bruto	69
4.8.3. Receita das empresas	76
4.9. Caracterização da atividade de arqueólogo	82
4.10. Vínculos contratuais	88
4.10.1. Duração dos vínculos	93
5. A evolução recente da Arqueologia em Portugal	95
5.1. Padrões de qualidade	95
5.1.2. Investimento em investigação e divulgação de resultados	96
5.2. Ajustamento face à conjuntura económica	97
6. Considerações finais e recomendações	104
6.1. Recomendações	106
Referências bibliográficas	110
Anexo I	117
Anexo II	122
Inquérito individual	122
Inquérito às Organizações	129
Anexo III	148

Índice de tabelas

Quadro 1.2.1. Estimativa no número de arqueólogos nos últimos vinte anos.	19
Quadro 3.1.1. Caracterização do universo de estudo. Arqueólogos.	31
Quadro 3.1.2. Número de arqueólogos que trabalhavam em Arqueologia, a 31 de dezembro de 2013.	31
Quadro 3.1.3. Duração da atividade exercida pelos arqueólogos.	32
Quadro 3.1.4. Lista de organizações contactadas e que responderam ao inquérito institucional.	32
Quadro 3.2.1. Proveniência geográfica das respostas ao inquérito individual.	34
Quadro 3.2.2. Distritos sede das autarquias e empresas de Arqueologia.	35
Quadro 3.3. 1 - Distribuição etária dos arqueólogos por género.	37
Quadro 3.4.1. Países de origem dos arqueólogos que responderam ao inquérito individual.	38
Quadro 3.5.1. Graus académicos dos arqueólogos distribuídos por género.	39
Quadro 3.5.2. Distribuição pelas diferentes instituições dos diferentes graus académicos.	41
Quadro 4.1.1. Número de filhos por arqueólogo.	43
Quadro 4.1.2. Número de arqueólogos que afirmou que o trabalho que desenvolve condiciona o número de filhos.	44
Quadro 4.1.3. Número de arqueólogos que afirma que o valor do rendimento determina o número de filhos.	45
Quadro 4.1.4. Número de arqueólogos que afirmou ter mais filhos se o rendimento fosse mais elevado.	45
Quadro 4.2.1. Número de instituições que oferecem ao arqueólogo um seguro de saúde.	46
Quadro 4.3.1. Número de sócios e não sócios que responderam ao inquérito.	48
Quadro 4.3.2. Número de associados da APA nas instituições inquiridas.	49
Quadro 4.3.3. Número de sindicalizados entre os arqueólogos (em sindicatos que não o da Arqueologia).	49
Quadro 4.3.4. Distribuição de sindicalizados pelas instituições inquiridas (em sindicatos que não o da Arqueologia).	50
Quadro 4.4.1. Ano de conclusão do grau académico mais elevado.	51
Quadro 4.5.1. Formação profissional após a licenciatura.	52
Quadro 4.5.2. Número de arqueólogos que mantêm ações de formação contínua.	53
Quadro 4.5.3. Frequência da formação contínua.	53
Quadro 4.5.4. Número de arqueólogos que afirmaram que o valor do rendimento condiciona a frequência das ações de formação	53
Quadro 4.5.5. Número de instituições que valoriza a participação dos funcionários em formações e reuniões científicas.	54
Quadro 4.5.6. Orçamento disponível para financiar ações de formação para os colaboradores.	54
Quadro 4.5.7. Número de instituições que promovem ações de formação em Arqueologia.	54
Quadro 4.5.8. Autorização para fazer ações de formação por iniciativa do arqueólogo.	54
Quadro 4.5.9. Dias de autorização concedidos para ações de formação.	55
Quadro 4.5.10. Áreas de formação efetuadas pelos arqueólogos.	56
Quadro 4.6.1. Atividades desenvolvidas pelos arqueólogos (cada indivíduo indicou três funções).	58
Quadro 4.6.2. Funções que os arqueólogos desenvolvem nas instituições onde trabalham.	59
Quadro 4.6.3. Como se consideram os arqueólogos na sua atividade profissional.	62
Quadro 4.7.1. Carências de competências indicadas pelas instituições.	64
Quadro 4.8.1. Número de instituições que indicaram os escalões de salário médio mensal bruto pagos aos arqueólogos seus trabalhadores.	66
Quadro 4.8.2. Número de instituições que indicaram os escalões de salário mínimo mensal bruto pago pelas instituições aos arqueólogos seus trabalhadores.	67
Quadro 4.8.3. Número de instituições que indicaram os escalões do salário máximo mensal bruto pago pelas instituições de arqueólogos.	67
Quadro 4.8.4. Número de empresas de Arqueologia que reduziram os salários a arqueólogos.	68
Quadro 4.8.5. Percentagem da redução salarial indicada pelas empresas de Arqueologia.	68
Quadro 4.8.6. Número de arqueólogos com redução de rendimento bruto entre 2008 e 2013.	69
Quadro 4.8.7. Rendimento bruto diário dos arqueólogos, em 2013.	69
Quadro 4.8.8. Rendimento anual bruto dos arqueólogos, em 2008.	71
Quadro 4.8.9. Rendimento anual bruto dos arqueólogos, em 2010.	71

Quadro 4.8.10. Rendimento anual bruto dos arqueólogos, em 2013.	72
Quadro 4.8.11. Remuneração média por trabalhador ao ano em Portugal: total da população ativa e atividades de consultoria, científicas e técnicas, em euros.	74
Quadro 4.8.12. Evolução do salário mínimo geral de Portugal, mensal e anual.	75
Quadro 4.8.13. Ganho médio mensal dos quadros superiores que trabalham por conta de outrem em Portugal.	76
Quadro 4.8.14. Comparação do rendimento dos arqueólogos com outras categorias de rendimentos.	76
Quadro 4.8.15. Percentagem da receita provinda da atividade arqueológica em empresas de Arqueologia.	77
Quadro 4.8.16. Número de empresas de Arqueologia que perderam receita nos últimos cinco anos.	77
Quadro 4.8.17. Percentagem da perda de receita das empresas de Arqueologia.	77
Quadro 4.8.18. Valores das receitas auferidas por quinze empresas entre 2008 e 2013.	81
Quadro 4.9.1. Número de arqueólogos existente em cada instituição.	83
Quadro 4.9.2. Duração do trabalho em Arqueologia no último ano civil.	84
Quadro 4.9.3. Duração do trabalho em Arqueologia no último ano civil.	84
Quadro 4.9.4. Percentagem de tempo de trabalho no distrito de residência no ano de 2013.	85
Quadro 4.9.5. Número de vezes que o arqueólogo mudou de região geográfica em trabalho, no ano de 2013.	85
Quadro 4.9.6. Número de entidades para o qual trabalhou no último ano.	86
Quadro 4.9.7. Número de indivíduos que exerceram outras atividades profissionais como complemento do rendimento.	86
Quadro 4.9.8. Percentagem de tempo dedicado à segunda atividade profissional.	87
Quadro 4.9.9. Remuneração do relatório técnico.	88
Quadro 4.10.1. Número de arqueólogos com trabalho em Arqueologia, em dezembro de 2013.	89
Quadro 4.10.2. Situação laboral dos arqueólogos inquiridos.	89
Quadro 4.10.3. Número de empresas de Arqueologia que oferecem diferentes tipos de relação laboral.	91
Quadro 4.10.4. Evolução do quadro permanente nas empresas de Arqueologia.	92
Quadro 4.10.5. Perspetivas de evolução do quadro permanente em 2014.	92
Quadro 4.10.6. Duração do contrato sem termo, nos setores público e privado.	93
Quadro 4.10.7. Duração da atividade dos trabalhadores independentes.	94
Quadro 4.10.8. Duração do contrato temporário nas empresas de Arqueologia.	94
Quadro 4.10.9. Duração dos contratos a prazo nas empresas de Arqueologia.	94
Quadro 5.1.1. Opinião dos arqueólogos sobre os efeitos da crise nos padrões de exigência da prática arqueológica.	95
Quadro 5.1.2. Número de instituições com certificação de qualidade de serviços.	96
Quadro 5.1.3. Número de organizações com investimento com capitais próprios em Arqueologia.	96
Quadro 5.1.4. Número de entidades em cada escalão de percentagem da receita transformada em investimento em Arqueologia.	96
Quadro 5.1.5. Número de organizações que promovem a divulgação de resultados.	97
Quadro 5.1.6. Meios de divulgação em Arqueologia utilizado pelas organizações.	97
Quadro 5.2.1. Número de empresas que diversificaram a sua atividade desde 2008.	98
Quadro 5.2.2. Número de atividades reduzidas desde 2008 nas diversas organizações inquiridas.	98
Quadro 5.2.3. Áreas em que as instituições aumentaram a sua atividade desde 2008.	101

Índice de figuras

Figura 3.2.1. Proveniência geográfica das respostas ao inquérito individual.	33
Figura 3.2.2. Distribuição geográfica de homens e mulheres que participaram no inquérito.	34
Figura 3.3.1. Caracterização etária dos indivíduos que responderam ao inquérito individual.	37
Quadro 3.5.1. Graus académicos dos arqueólogos distribuídos por género.	39
Quadro 3.5.2. Distribuição pelas diferentes instituições dos diferentes graus académicos.	41
Figura 4.1.1. Evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em Portugal desde 2008, e indicação do ISF das arqueólogas.	44
Figura 4.4.1. Percentagem dos cursos superiores representados na amostra.	50
Figura 4.5.1. Áreas de formação efectuadas pelos arqueólogos.	56
Figura 4.6.1. Funções que os arqueólogos mais desenvolvem na sua atividade.	58
Figura 4.6.2. Funções que os arqueólogos desenvolvem nas autarquias.	60
Figura 4.6.3. Funções que os arqueólogos desempenham dentro das empresas de Arqueologia.	60
Figura 4.6.4. Como se consideram os arqueólogos.	62
Figura 4.8.1. Rendimento bruto ao dia em 2013.	70
Figura 4.8.2. Rendimento bruto dos arqueólogos, em 2008.	72
Figura 4.8.3. Rendimento dos arqueólogos, em 2010.	72
Figura 4.8.4. Rendimento dos arqueólogos, em 2013.	73
Figura 4.8.5. Evolução do rendimento anual bruto dos Arqueólogos nos anos de 2008, 2010, e 2013.	73
Figura 4.8.6. Remuneração média por trabalhador em Portugal: total e atividades de consultoria, científicas e técnicas (€).	74
Figura 4.8.7. Evolução do valor médio do rendimento bruto dos agregados em Portugal (Modelo1+2 do IRS). Em milhares de euros.	75
Figura 4.8.8. Evolução dos rendimentos médios declarados pelas empresas do setor da construção.	78
Figura 4.8.9. Evolução do volume global de faturação das empresas de Arqueologia em Portugal.	80
Figura 4.8.10. Evolução do valor da receita em quinze empresas de Arqueologia.	81
Figura 4.9.1. Distribuição percentual de arqueólogos por instituição.	83
Figura 4.10.1. Situação laboral dos Arqueólogos inquiridos a 31 de dezembro de 2013.	90
Figura 4.10.2. Percentagem de empresas de Arqueologia com cada um dos tipos de contratação.	91
Figura 4.10.3. Evolução do quadro permanente das empresas de Arqueologia.	92
Figura 5.2.1. Áreas em que as empresas de Arqueologia reduziram a sua atuação desde 2008.	99
Figura 5.2.2. Áreas em que as autarquias reduziram a sua atividade desde 2008.	100
Figura 5.2.3. Áreas em que as empresas aumentaram a sua atividade desde 2008.	102
Figura 5.2. 4. Áreas em que as autarquias aumentaram a sua atividade desde 2008.	102

1. Contexto do projeto DISCO 2014 e a APA

Em 2012, a Associação Profissional de Arqueólogos (APA) assinou um contrato com a Comissão Europeia, através do York Archaeological Trust (YAT), que tinha como objetivo a caracterização e avaliação da profissão de arqueólogo em Portugal, bem como a determinação das principais alterações operadas na profissão após a crise financeira de 2008. Um grupo de vinte e um países europeus assinou um contrato idêntico, comprometendo-se a realizar inquéritos a nível nacional que refletissem a evolução sentida na profissão, nos últimos cinco anos (Duarte, 2013).

Este projeto – *Discovering the Archaeologists of Europe 2014* - sucedeu a uma primeira edição, desenvolvida entre 2006 e 2008, em que participaram doze países da União Europeia (Áustria, Bélgica, Chipre, República Checa, Alemanha, Grécia, Hungria, Irlanda, Eslováquia, Eslovénia e Reino Unido), e que teve como principal objetivo conhecer a qualificação dos Arqueólogos nesses países (Aitchison, 2009).

O projeto DISCO 2014 teve início em 2012, altura em que a direção da Associação Profissional de Arqueólogos assinou o respetivo contrato com a Comissão Europeia, através do York Archaeological Trust (YAT), coordenador geral do projeto (<http://www.discovering-archaeologists.eu>). Fizeram parte deste segundo projeto representantes de vinte e um países (Alemanha, Polónia, República Checa, Dinamarca, Eslovénia, Itália, Bósnia Herzegovina, Chipre, Grécia, Irlanda, Espanha, Estónia, Áustria, Reino Unido, Roménia, Noruega, Holanda, Letónia, Eslovénia, Bélgica e Portugal) tendo como parceira de divulgação a European Association of Archaeologists (EAA).

O projeto foi financiado pelo programa europeu *Lifelong Learning* e teve como principais objetivos a identificação e compreensão das condições de empregabilidade dos arqueólogos, e de que forma a crise financeira de 2008 afetou o setor da Arqueologia nos vinte e um países em análise (Costa *et al.*, 2014).

Seguindo os objetivos traçados pela Comissão Europeia e pelo YAT, cada um dos países parceiros implementou inquéritos aos agentes da atividade arqueológica no seu país empregadores de arqueólogos. Todas as questões formuladas foram aprovadas pelo YAT, mas a estratégia de divulgação de inquéritos foi de livre escolha e adaptada à realidade de cada país. Por essa razão, foram adotadas metodologias diversificadas na sua concretização.

Considerando que a implementação deste projeto em Portugal seria uma oportunidade única para identificar o número de arqueólogos portugueses e qual a sua realidade socioprofissional, e atendendo ao enquadramento legal que exige que os trabalhos de Arqueologia sejam aprovados a título pessoal, a APA lançou dois inquéritos: um dirigido individualmente aos arqueólogos e outro às organizações empregadoras de arqueólogos.

Sumariamente, a crise iniciada em 2008 em Portugal refletiu-se na subida das taxas de desemprego e na desvalorização dos salários. Em vários setores económicos as empresas entraram em insolvência e o setor da Arqueologia não foi exceção.

Os principais projetos de construção civil que começaram nas décadas de 1990 e 2000 terminaram e o número de Estudos de Impacte Ambiental foi grandemente reduzido. Consequentemente, as empresas de Arqueologia sentiram problemas consideráveis em continuar a desenvolver o seu trabalho e muitos indivíduos começaram a trabalhar como profissionais em nome individual. Paralelamente, o preço do trabalho em Arqueologia foi substancialmente desvalorizado, criando-se, em simultâneo, uma legião de trabalhadores com vínculos laborais precários.

Estas mudanças na atividade dos arqueólogos exigem uma análise e quantificação rigorosa, para que se possam alicerçar futuras ações da APA. Como associação criada em 1996 para defender e dignificar a profissão de arqueólogo e a prática de Arqueologia, a APA deverá atuar contra deficientes condições de exercício da profissão que neste momento se verificam em Portugal.

Estas foram as motivações que levaram a Associação Profissional de Arqueólogos a assinar o contrato com a Comissão Europeia e a liderar a nível nacional o projeto *Discovering the Archaeologists of Europe* 2014.

1.1. Antecedentes

No passado, foram ensaiadas algumas tentativas de sistematização da atividade arqueológica em Portugal, que podem ser agrupadas em dois tipos. Por um lado, as abordagens descritivas baseadas em experiências pessoais, muitas vezes publicadas sob a forma de crónicas, com base factual indeterminada. Por outro, abordagens mais sistemáticas, baseadas em consultas a bases de dados ou inquéritos, envolvendo profissionais e instituições.

Foi sempre difícil contabilizar os arqueólogos existentes em Portugal. Por volta do 25 de abril de 1974, a Arqueologia portuguesa era desenvolvida por personalidades ligadas à atividade universitária (Fabião, 2011), e não seriam, segundo as palavras de António Carlos Silva, “...pouco mais de meia dúzia...” (A. C. Silva, 1999).

Apesar do carácter lacónico dos dados referentes a estes períodos, parece evidente que o número de profissionais só começa a crescer a partir dos anos 80, com a criação do Instituto Português do Património Cultural, e com a publicação, em 1985, da Lei Base do Património Cultural e a abertura de novas licenciaturas em História, em que a disciplina de Arqueologia é lecionada (A. C. Silva, 1999; 2002; Fabião, 2011).

Em 1993, aquando da constituição da APA, o grupo pró-APA consegue chegar ao contacto com 300 indivíduos e organizações, chegando à quase totalidade da comunidade existente na altura (A. M. Silva, 1993; A. M. Silva *et al.*, 1994).

Vítor Oliveira Jorge e Susana Oliveira Jorge, em 1998, numa abordagem claramente descritiva, estimavam a existência de 200 ou 250 profissionais, mas não é conhecida a base dessa estimativa. Nestes números estariam contabilizados principalmente professores universitários e arqueólogos ligados a autarquias e a instituições, assim como alguns (poucos), do mundo empresarial, que dava os primeiros passos.

Vários anos depois, V. O. Jorge (2003a) fez notar que o número de arqueólogos, muitos deles empresários a trabalhar a título individual, aumentou significativamente, em virtude do caráter obrigatório dos diversos tipos de intervenções, decorrente da entrada em vigor de nova legislação – o DL 270/99, Regulamento dos Trabalhos Arqueológicos; não apresenta, porém, quaisquer números concretos. Neste trabalho, o autor separou os intervenientes nos trabalhos arqueológicos em várias categorias: estudantes, técnicos de Arqueologia, técnicos de outras especialidades (desenho, topografia, conservação e restauro, etc.) e os “cientistas” (especialistas de outras áreas). O autor complexifica a sua visão acerca da atividade arqueológica e dos seus intervenientes, talvez como resultado das alterações verificadas na atividade profissional durante o tempo que medeia as duas publicações. Mas em 2005, António Manuel Silva, num artigo de opinião sobre o desenvolvimento da disciplina da Arqueologia como profissão, em que questiona o processo de divulgação e tratamento da informação decorrente de trabalhos de Arqueologia em âmbito privado, admite que a quantidade de arqueólogos em Portugal rondará os 500 indivíduos (A. M. Silva, 2005).

O crescimento da atividade profissional arqueológica nos anos 90, mercê do surgimento de legislação de proteção do património e dos organismos de tutela, da crescente dinâmica de obras públicas em Portugal com impactos nos territórios, do desenvolvimento de projetos de investigação ligados a grandes sítios arqueológicos¹ e da expansão do ensino universitário em Arqueologia (A. C. Silva, 2002), estabelece as premissas necessárias ao surgimento de um verdadeiro “mercado” da atividade arqueológica (Correia, 2003; Lago, 2003), e, conseqüentemente, o aumento exponencial de profissionais, cuja estimativa, em 2006, rondaria os 700 profissionais (Oosterbeek, 2006).

Na década de 2000, o “Mercado da Arqueologia” era já uma realidade. Mas após anos de vigência de um organismo autónomo de tutela destinado à gestão do património arqueológico e à fiscalização do trabalho realizado sobre ele – o Instituto Português de Arqueologia - e de uma reestruturação governamental demorada que implicou a dissolução desse organismo, o “mercado” sofreu evoluções. Logo na primeira metade da década começariam a surgir as primeiras denúncias sobre a precariedade laboral (Correia, 2003), referindo nomeadamente a redução de quadros técnicos próprios, verificada em algumas empresas de Arqueologia ao longo da década de 2000, e a crescente contratação em condições precárias em regime de tarefa. Por outro lado, foi apontada a inexistência de programas de formação contínua e a pouca qualificação do tecido empresarial (Almeida e Neves, 2006).

¹Como o Campo Arqueológico de Mértola e o Campo Arqueológico de Braga.

Estas e outras abordagens do mesmo tipo parecem convergir na caracterização dos profissionais, do mercado de trabalho em Arqueologia e na cronologia das principais etapas de mudança. No entanto, não foram suportadas com dados quantitativos, pois baseavam-se em experiências pessoais que devem ser analisadas com cautela.

Entre as iniciativas de contabilização do número de arqueólogos com um cariz mais sistemático salientamos duas iniciativas da APA. A primeira efetuou-se em 2002, sob a forma de um inquérito enviado às autarquias sobre as valências da atividade arqueológica nos municípios (M. J. Almeida, 2006). A segunda realizou-se em 2006, e designou-se "Inquérito Nacional à Actividade Arqueológica", enviado a 424 entidades como autarquias, empresas de Arqueologia, centros de investigação e associações (M. J. Almeida, 2007), sendo a iniciativa mais próxima do projeto DISCO até agora realizada em Portugal. Porém, nessa segunda iniciativa, praticamente só as autarquias responderam ao inquérito. Somente 6% das empresas e 12% dos centros de investigação responderam, limitando severamente a caracterização dos profissionais e da atividade arqueológica efetuada em Portugal. Mesmo no universo dos 308 municípios portugueses, apenas foram obtidas 109 respostas válidas (M. J. Almeida, 2007).

Ainda assim, esta iniciativa teve o mérito de detetar um decréscimo no investimento em Arqueologia por parte das autarquias, entre 2002 e 2006, as datas dos dois inquéritos. Este decréscimo foi acompanhado, como seria de esperar, pelo aumento da precariedade do trabalho nos municípios.

O inquérito de 2006 beneficiou de uma iniciativa prévia de inventariação das entidades envolvidas na Arqueologia profissional em Portugal. Trata-se do "Directório de Empresas e Profissionais de Arqueologia & Património em Portugal" (J. Raposo, 2005), onde se contabilizam 95 empresas e profissionais na área. Contudo, a natureza do inquérito não permitiu a caracterização do setor em termos de número de profissionais.

Mais recentemente, Jacinta Bugalhão (2011) publicou alguns artigos sobre a atividade arqueológica e os seus profissionais em Portugal. Estas abordagens partem de um sistema de informação relevante, o *Endovelico*, a base de dados da tutela que compila toda a atividade arqueológica (Bugalhão *et al.*, 2002). Além de um efetivo crescimento no número de intervenções arqueológicas a partir de meados da década de 90, coincidentes com a criação do Instituto Português de Arqueologia, a autora assinala um aumento muito significativo do número de jazidas conhecidas.

Na segunda metade da década de 2000, as empresas já se destacavam no panorama arqueológico, no que respeita ao número de intervenções realizadas, sendo natural, por isso, que a maior parte dos arqueólogos (44%), trabalhasse em contexto empresarial. Seguiam-se os profissionais liberais (24%), e os técnicos da administração pública local (12%). A autora considera que estes números confirmam a situação precária da maioria dos profissionais desta área, pois entende que a maior parte dos arqueólogos que colabora com as empresas de Arqueologia fá-lo enquanto trabalhador independente, ainda que não tenha apresentado dados concretos sobre esta questão (Bugalhão, 2011:34).

No que respeita aos arqueólogos autorizados a dirigir trabalhos arqueológicos de campo, o seu número aumentou na segunda metade da década de 90, mas de forma ainda mais significativa na década seguinte: de 136 arqueólogos em 1996, para 608, em 2010. Estes números devem ser lidos com prudência pois referem-se a arqueólogos com autorização para dirigir trabalhos arqueológicos, omitindo um grande número de arqueólogos que não o fizeram. São, contudo, os dados possíveis com a utilização da base de dados *Endovelico*. Não obstante, a autora estimava, em 2011, que o número total de arqueólogos seria de 1340 (Bugalhão, 2011: 34).

Mais recentemente, no âmbito de um inquérito realizado junto dos profissionais sobre as condições de segurança nos trabalhos de Arqueologia, Andreia Lopes calculou que o número de arqueólogos seria de 1212 indivíduos, apontando como base desta estimativa a consulta do sistema *Endovelico*, e 85 empresas de Arqueologia, número obtido através da consulta efetuada à APA (Lopes, 2012:15)

A escassez de dados nas abordagens acima mencionadas não potenciou uma caracterização sólida da realidade profissional da Arqueologia portuguesa. Por outro lado, a natureza dessas abordagens torna difícil a comparação com os dados do projeto DISCO 2014. Apenas as estimativas mais recentes de J. Bugalhão (2011) constituem uma exceção. Ainda assim, estas excluem uma ampla parcela dos profissionais a trabalhar em Portugal, nomeadamente aqueles que não coordenam trabalhos arqueológicos de campo. Por outro lado, nenhuma abordagem anterior possibilitou uma caracterização socioeconómica dos arqueólogos portugueses. Neste sentido, o projeto DISCO 2014 é particularmente inovador e útil.

1.2. Cálculo da evolução do número de arqueólogos ao longo dos últimos 40 anos

A partir dos inquéritos nomeados na secção anterior, sabe-se que o número de arqueólogos aumentou nas décadas de 1990 e 2000, atingindo um pico na segunda metade dos anos 2000.

Antes da década de 1990 não se registou nenhuma tentativa de inquirir o número de arqueólogos no país nem de caracterizar a sua situação laboral. É possível, todavia, tentar apurar o número mínimo de arqueólogos que se encontravam ativos entre 1979 e 1994, antes da criação do Sistema de Bases de Dados do *Endovelico*. De facto, desde 1980, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), publicou um boletim anual com informações acerca das intervenções arqueológicas que se desenrolavam no país – a *Informação Arqueológica*. Nessa publicação, pequenos artigos eram editados pelos arqueólogos responsáveis pela identificação de sítios e pela realização de intervenções arqueológicas, com breves caracterizações dos sítios arqueológicos e um resumo dos principais resultados obtidos durante a execução de intervenções arqueológicas. Baseando-nos na quantidade de artigos publicados todos os anos e em quantos arqueólogos os assinavam, foi possível estimar o número mínimo de profissionais ativos no país até à primeira metade da década de 1990. (Quadro 1.2.1). Verificam-se, contudo, algumas inconsistências nalguns anos, como em 1983, 1984 e 1986. O maior

número de arqueólogos nestes casos é-nos indicado pelos projetos de investigação submetidos ao Plano Nacional de Trabalhos Arqueológicos, hoje inexistente. Contudo, há que realçar que nem todos os arqueólogos tinham projetos ativos nem todos entregavam artigos para a *Informação Arqueológica*. Por outro lado, quem assinava os artigos da identificação de novos sítios arqueológicos nem sempre era arqueólogo.

Não obstante, os dados adquiridos a partir da revista *Informação Arqueológica* foram combinados com os apresentados acima, na tentativa de obter uma aproximação ao número de arqueólogos existentes entre 1979 e 2012 (Quadro 1.2.1).

Os números obtidos através do *Endovelico* para os anos 1996 a 2012 reportam-se a indivíduos que já receberam autorizações nominais para dirigir intervenções arqueológicas. O número total de arqueólogos, contudo, nunca terá sido estabelecido com segurança. Estima-se que, em 2011, poderia rondar os 1340 (Bugalhão, 2011), mas este número inclui todos os arqueólogos que fizeram trabalhos arqueológicos, abarcando, portanto, projetos de investigadores estrangeiros e também alguns profissionais que hoje já não estão no ativo.

Ano	Referência	Número de Arqueólogos
1974	Silva, 1999	"...pouco mais de meia dúzia..."
1977-1978	<i>Informação Arqueológica</i> , 1 (Braga)	40
1979	<i>Informação Arqueológica</i> , 2 (Lisboa)	36
1982	<i>Informação Arqueológica</i> , 5 (Lisboa)	92
1983	<i>Informação Arqueológica</i> , 3 (Lisboa)	42
1983	<i>Informação Arqueológica</i> , 5 (Lisboa)	93
1984	<i>Informação Arqueológica</i> , 4 (Lisboa)	61
1984	<i>Informação Arqueológica</i> , 6 (Lisboa)	78
1985	<i>Informação Arqueológica</i> , 5 (Lisboa)	85
1986	<i>Informação Arqueológica</i> , 6 (Lisboa)	46
1986	<i>Informação Arqueológica</i> , 7 (Lisboa)	60
1986	<i>Informação Arqueológica</i> , 8 (Lisboa)	79
1987	<i>Informação Arqueológica</i> , 9 (Lisboa)	88
1993	Silva, 1993; Silva <i>et al.</i> 1994	300 indivíduos e instituições
1995	Raposo, 2005	95 empresas e profissionais independentes
1996	Bugalhão, 2011	136
1996	Jorge & Jorge, 1996	200-250
2005	Silva, 2005	"...meio milhar..." p.17
2006	Almeida, 2007	Redução de arqueólogos nas autarquias
2006	Oosterbeek, 2006	Estimativa de 700 arqueólogos.
2010	Bugalhão, 2011	608
2011	Bugalhão, 2011	Arqueólogos em empresas privadas: 44%; <i>freelancers</i> : 24%; autarquias: 12%
2012	Lopes, 2012	1212 arqueólogos; 85 empresas de arqueologia

Quadro 1.2.1. Estimativa no número de arqueólogos nos últimos vinte anos.

1.3. Legislação e atividade arqueológica em Portugal

As sementes da Arqueologia que hoje se pratica em Portugal, ao nível da sua afirmação como disciplina autónoma, ou como uma ciência com métodos e teorias próprias, foram lançadas durante a década de 1970 (Jorge, 2003a; 2006; 2014), e seriam aceleradas a partir da Revolução de 25 de abril de 1974.

Em outubro de 1971, um grupo de estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa, agregados no Grupo para o Estudo do Paleolítico Português – GEPP – identificou o complexo de Arte Rupestre do Tejo (Lemos, 2011; 2013; A. C. Silva, 2011), que estava ameaçado de submersão pelo regolfo da barragem do Fratel. Este grupo procedeu desde logo a diligências que levaram ao seu levantamento, através de moldes de látex antes do fecho das comportas da barragem, poucos dias antes de 25 de abril de 1974. O conjunto de estudantes, a maioria dos quais ainda são arqueólogos no ativo, acompanhados por Eduardo da Cunha Serrão (Lemos, 2013), um dos arqueólogos de referência à época (Arnaud, 2013), e com apoio financeiro e institucional da tutela e da Fundação Calouste Gulbenkian (Lemos, 2011), empreendeu previamente uma jornada de estudo daquele complexo artístico, incluindo a deslocação a França, onde se encontraram com Andre Leroi-Gourhan, Michel Brézillon, Pierre-Jean Texier e Annette Laming-Emperaire.

Após a conclusão do levantamento dos moldes dos painéis com gravuras, que vieram a ser recentemente estudados de modo sistemático por Varela Gomes (2010), as campanhas arqueológicas no vale do Tejo prosseguiram com a escavação de jazidas com ocupações do Paleolítico Médio, prolongando-se pela década de 1980 (L. Raposo, 2011), formando-se então uma nova geração de arqueólogos.

A partir da Faculdade de Letras de Lisboa, desenhavam-se novos projectos de investigação, e nos finais da década de 70, entre outras, as escavações no Alto Algarve Oriental dirigidas por Victor S. Gonçalves, abrem linhas de inquérito em torno das antigas sociedades camponesas que serão sistematicamente trabalhadas nas décadas seguintes.

A Arqueologia do Sul de Portugal contava ainda com a equipa dos Serviços Geológicos de Portugal, já com uma longa tradição de estudos enquadráveis principalmente no domínio da Pré-História Antiga (Cardoso, 2002, 2008; Fabião, 2011; Neto, 2008; A. C. Silva, 1999). Destacam-se, no âmbito desta instituição, os trabalhos de Georges Zbyszewski e Henri Breuil, principalmente sobre o Paleolítico português, a partir da década de 1940 (Cardoso, 1999/2000; 2002; Carvalho e Cardoso, 1999; Cunha-Ribeiro, 1993; 2002; L. Raposo, 1993; 2002), e Octávio da Veiga Ferreira que mais tarde se lhes juntaria (Cardoso, 1997a; 1997b; 1998; 2008a; 2008b). Este último enceta uma atividade arqueológica bastante profícua com intervenções arqueológicas em sítios que cronologicamente se estendem até à Idade do Bronze (Cardoso, 2008a).

A equipa dos Serviços Geológicos de Portugal possuía bases teóricas e metodológicas provindas da Geologia, quer pela formação de base dos seus investigadores, quase todos provindos da Engenharia de Minas e Geologia e, por outro lado, devido ao

trabalho ligado às Geociências que desenvolviam, sendo a Arqueologia uma competência marginal no âmbito da atuação da instituição.

Em 1971, foi aberta uma delegação do Instituto Arqueológico Alemão (IAA) em Lisboa, tendo Philine Kalb prosseguido os estudos iniciados por Vera e Georg Leisner, no âmbito do megalitismo. Em 1977 o IAA passou a contar com a colaboração de Michael Kunst (AAVV, s.d.) que, em 1994, retomou as intervenções arqueológicas no povoado fortificado do Zambujal, então paradas desde 1963 (Kunst e Uerpmann, 2001).

Em outras áreas, as intervenções arqueológicas desenvolvidas até aos anos 1970 eram pontuais, realizadas em sítios arqueológicos que ocupavam grandes áreas e que tinham longa tradição de estudos ou de ações de musealizações, como Conimbriga ou a Citânia de Sanfins (Fabião, 2011), ou que eram concretizadas no âmbito das intervenções da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais (Arnaud, 2013).

Conimbriga, conhecida desde o século XVI, foi alvo de intervenções desde 1899, que continuaram durante todo o século XX, primeiro com Vergílio Correia e a Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, nas décadas de 1930 e 1940 e depois com J. M. Bairrão Oleiro. Na década de 1970, deu-se início ao projeto arqueológico luso-francês de larga escala, para estudo do sítio arqueológico, liderado por Jorge de Alarcão e Robert Etienne (Alarcão, s. d.; Fabião 1997; 2011). A partir dos anos 30, foi assumido como sítio emblemático para a afirmação da Arqueologia na Universidade de Coimbra, intensificando-se tal fenómeno a partir dos anos de 1970, nomeadamente através da atuação de Jorge de Alarcão, Diretor do Instituto de Arqueologia daquela universidade.

Na região norte do país, no fim do século XIX e início do século XX, a investigação arqueológica resumia-se quase integralmente à atividade da Sociedade Martins Sarmento, na região do Minho, nomeadamente nas Citânias de Briteiros e Sabroso (Guimarães), e Sanfins (Paços de Ferreira), (Vilaça, s. d.). A Citânia de Sanfins viria mais tarde a ser intervencionada por Eugénio Jalhay e Afonso do Paço, em nome da Associação dos Arqueólogos Portugueses, entre as décadas de 1940 e 1960 (Arnaud, 2013), e, em finais do século XX, com Ferreira de Almeida e Armando Coelho (Vilaça, s. d.).

Contudo, o interesse e investimento na Arqueologia, nesta região do país, desenvolveu-se definitivamente a partir da Revolução de Abril de 1974. Em 1976, constituiu-se o Campo Arqueológico de Braga, tutelado pela Universidade do Minho e decorrente de exigências cívicas relacionadas com a expansão da malha urbana da cidade e conseqüente destruição de vestígios arqueológicos (Martins et al., 1994; 2013; A. C. Silva, 2002).

Em 1975, com a transferência de Vitor Oliveira Jorge para a Universidade do Porto, deu-se início ao projeto sobre o Megalitismo no Norte de Portugal, criando-se posteriormente o Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira (Jorge, 2006; 2014), que se constituiu como uma escola prática de Arqueologia e contribuiu para a formação de muitos futuros arqueólogos (Jorge, 2014).

Não obstante, a primeira iniciativa de criação de um polo de trabalho em Arqueologia profissional ocorre em 1972 com a criação do Grupo de Trabalhos Arqueológicos do

Gabinete da Área de Sines, e a constituição de uma equipa composta por Carlos Tavares da Silva e Joaquina Soares, especificamente dedicada à execução de levantamentos e intervenções arqueológicas (M. J. Almeida, 2008, Cardoso, 2008b: 401; Fabião, 2011: 177).

Em 1979, é constituído o Campo Arqueológico de Mértola (CAM), sob a responsabilidade de Cláudio Torres. Embora inicialmente ligado à Universidade de Lisboa, o CAM assume-se, desde o início como um polo de desenvolvimento local com preocupações de inserção social (Fabião, 2011; A. C. Silva, 2002). Em 1980, tiveram início as intervenções arqueológicas em Tongóbriga, promovidas pelo IPPC e, mais tarde, pelo IPPAAR, onde viria a ser criada a Escola Profissional de Arqueologia (pelos Ministérios da Educação e da Cultura) (Dias, 2003), que ainda hoje oferece formação na área da Arqueologia e do Património.

A postura epistemológica face à Arqueologia, eco do movimento de Maio de 1968, em França, e que acabaria por chegar a Portugal, é alimentada pelas ideias de André Leroi-Gourhan e reflete-se no movimento estudantil da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no sentido de alterar os curricula das disciplinas de Pré-História e Antiguidade Oriental, no ano letivo de 1971/1972 (Lemos, 2013), um processo que culminou na reformulação dos cursos de História em 1974 e na contratação de novos corpos docentes com formação em Arqueologia (Jorge, 2003b; A. C. Silva, 2002). Paralelamente, nesta mesma Faculdade de Letras, viria a desenvolver-se, sob coordenação de Victor S. Gonçalves, o grupo de investigação inicialmente ligado ao centro de História daquela Faculdade e que daria origem à UNIARQ – Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa. O Projeto do CAALG – Carta Arqueológica do Algarve constituiu-se como embrião de inúmeras linhas de pesquisa centradas sobretudo no centro e sul de Portugal.

O espírito da Revolução de Abril de 1974 permitiu ainda a criação de coletividades e associações de defesa do património por todo o país (Cardoso, 2008b; Pereira, 1997; A. C. Silva, 2002). A própria Associação dos Arqueólogos Portugueses (AAP), até então funcionando como um “clube de elite” (Arnaud, 2013: 76), abriu-se a uma nova geração de arqueólogos e transformou-se num palco de discussão dos problemas da profissão, nomeadamente os relacionados com o enquadramento institucional da Arqueologia que se encontrava à data tutelada pela Direcção-Geral dos Assuntos Culturais do Ministério da Educação. Foi a partir de uma das reuniões em torno da AAP que se constituiu, em 1976, uma Comissão Reorganizadora da Atividade Arqueológica, que tinha por objetivo propor ao governo a criação de um Serviço Nacional de Arqueologia, algo que só em 1997 viria a ser alcançado com a criação do Instituto Português de Arqueologia (Arnaud, 2013; A. C. Silva, 2002).

Em 1974, foi criada a Direcção Geral do Património Cultural (Arnaud, 2013), e em 1980, o Instituto Português do Património Cultural (IPPC), (Arnaud, 2013; Fabião, 2011), com um Departamento de Arqueologia, enquadrando um conjunto de técnicos já com formação superior (Fabião, 2011; A. C. Silva, 2002). Foram então criados os Serviços Regionais de Arqueologia, tutelados pelo IPPC, e que viriam a ser extintos em 1990. Em 1992 surgiu o Instituto Português do Património Arquitectónico e Arqueológico (IPPAR) que, segundo alguns, coincidiu com uma fase cinzenta da história recente da

Arqueologia institucional, marcada pela perda de autonomia da Arqueologia e subalternização à Arquitetura (A. C. Silva, 2002).

O *status quo* foi irremediavelmente abalado, em 1994, com a descoberta do complexo de Arte Rupestre do Vale do rio Côa, o primeiro santuário de arte rupestre de ar livre do Paleolítico, até então identificado (Zilhão, 1997), ameaçado de submersão pelo regolfo da barragem de Foz Côa, já em construção. A excecionalidade da descoberta desencadeou um verdadeiro levantamento cívico em defesa das gravuras e contra o projeto hidroelétrico, movimento que encontrou ecos nas esferas internacionais e culminou com a suspensão da construção da barragem para permitir a preservação dos territórios integrantes de gravuras esculpidas ao longo das margens do rio Côa e afluentes. Este impacto social marcaria definitivamente a Arqueologia nacional, ao ponto de Vitor Oliveira Jorge o designar como “... o verdadeiro 25 de Abril da Arqueologia Portuguesa.” (Jorge, 2003b: 41). Na realidade, quer a nível institucional quer legislativo, a partir daquele momento, a Arqueologia em Portugal entrou numa nova era.

A evolução e alteração das instituições tutelares da Arqueologia foram sendo acompanhadas de evoluções na legislação específica. Data de 1978, a primeira iniciativa legislativa orientada para a gestão do património arqueológico com a publicação do novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Portaria nº 269/78) (A. C. Silva, 2002). Mas foi a Lei de Bases do Património, aprovada em 1985 (Lei 13/85), que marcou definitivamente uma nova etapa na proteção do património arqueológico (Fabião, 2011; A. C. Silva 2002) à qual se viria a juntar a diretiva da CEE (Diretiva 85/377/CEE) sobre a Avaliação dos Impactes Ambientais que impunha a avaliação prévia dos impactes negativos de obras e projetos de construção nos vestígios arqueológicos (A. C. Silva, 2002: 309). Contudo, a consolidação da Arqueologia deu-se verdadeiramente na sequência do “caso Côa”.

A Assembleia da República de Portugal ratificou em 1997 a Convenção de Malta para a proteção do património arqueológico, um acordo estabelecido entre o Conselho da Europa e os diversos países signatários. O complexo de Arte Rupestre do Côa foi classificado pela UNESCO como Património da Humanidade em 1998 (Fabião, 2011). Na sequência da mudança de Governo nas eleições legislativas de 1995, e com a entrada em funções do XIII Governo Constitucional foi criado o Ministério da Cultura. Foi também constituída uma comissão instaladora para a criação de um organismo autónomo para a gestão do património arqueológico, o que viria a acontecer em 1997 com o surgimento do Instituto Português de Arqueologia (IPA) (J. Raposo, 1997; A. C. Silva, 2002). Este viria a ser fundido com o IPPAR, a Direção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e o Instituto Português de Museus e da Conservação num novo instituto, num processo longo, iniciado em 2002, na sequência de mais uma mudança de governo, provocando grande contestação no seio da comunidade arqueológica (Bugalhão, 2002; A. M. Silva, 2006).

A assinatura da Convenção de Malta que postula que todo o património arqueológico deve ser salvaguardado, em última instância, pelo registo científico, antes da sua destruição, abriria o caminho à criação da Arqueologia Profissional (Fabião, 2011: 181).

A transposição desta norma para a legislação portuguesa (Lei nº 107/2001) bem como a publicação do novo Regulamento de Trabalhos Arqueológicos (Decreto de Lei nº 270/99) e a legislação de regulação da atividade arqueológica em meio subaquático (Decreto de Lei 164/97), ainda em vigor, vem permitir o aumento da atividade arqueológica, mercê da necessidade de salvaguarda pelo registo arqueológico. Estabeleceu-se um modelo em que a implementação das medidas de minimização e salvamento é financiada por entidades privadas promotoras de empreendimentos com intersecção em sítios arqueológicos (Almeida e Neves, 2006). Neste âmbito, a fiscalização e a imposição de medidas de salvamento sobre esse mesmo património foram assumidas pela tutela do Estado. A partir deste ponto, foram definitivamente criadas as bases para a emergência de uma Arqueologia verdadeiramente profissional e mais enquadrada socialmente.

Face a esta nova realidade e pela necessidade de reconhecimento da profissão de arqueólogo, a nível institucional e social, sentiu-se a necessidade de criar uma organização socioprofissional (A. M. Silva, 1993). Assim, em 1992, foi criada a pró-APA (Associação Profissional de Arqueólogos), que teria como missão agregar todos os arqueólogos à volta de uma estrutura que os representasse e que tivesse como objetivos fundamentais as questões estritamente profissionais e deontológicas (A. M. Silva, 1993; A. M. Silva *et al.*, 1994). Para isso, encetou uma campanha de contacto com arqueólogos através de reuniões e apresentação de comunicações em congressos nacionais, onde se divulgava uma proposta de estatutos (A. M. Silva *et al.*, 1994).

Assim, em julho de 1996, foi publicado em Diário da República o resumo dos estatutos da APA, que havia já sido constituída em cartório notarial no Porto. António Manuel Silva foi o seu primeiro presidente; os restantes membros da primeira direção foram Rui Parreira, Paulo Amaral, Luís Fontes e António Faria; Virgílio Correia era presidente da Assembleia Geral, sendo Carlos Fabião e Gonçalves Guimarães os restantes membros; Ricardo Teixeira, Maria de Jesus Sanches e Amílcar Guerra constituíam os membros do Conselho Fiscal. O principal objetivo desta direção era a constituição de um código deontológico, que viria a ser aprovado em maio de 1997 (A. M. Silva, 1997), a criação da carreira de arqueólogo na Administração Pública, a ampliação do número de sócios e obtenção de um espaço para funcionamento da sede (A. M. Silva, 1996).

1.3.1. Empresas de Arqueologia em Portugal: entre o Estado e o empreendedorismo privado

Entre os anos 1980 e 1990, do século passado, a Arqueologia afirmou-se no seio das problemáticas do Ordenamento do Território, cabendo aos serviços do Estado a definição de condicionantes relacionadas com as obras a implementar. A sua concretização conduzia à execução de intervenções arqueológicas em colaboração com algumas entidades promotoras que começavam a assumir os custos da atividade arqueológica.

Esta primeira geração de uma Arqueologia plenamente integrada nas dinâmicas de transformação territorial criou necessidades de contratação pontual e temporária de arqueólogos, algo de absolutamente inédito no país. Alguns projetos começavam a ser

avaliados e licenciados tendo em consideração a componente de Arqueologia, inerente aos territórios em que se inseriam, e tendo presente o conceito de “poluidor pagador”, expresso na Convenção de Malta.

Em meados dos anos 90, a Arqueologia portuguesa estava perante dois grandes cenários de evolução possíveis, a partir da situação em que se encontrava: a constituição de uma Arqueologia controlada, executada e fiscalizada pelo Estado, a partir de uma estrutura operacional permanente e de grandes dimensões com semelhanças no modelo francês ou, em alternativa, uma Arqueologia controlada e fiscalizada pelo Estado, tendencialmente executada por equipas independentes, especificamente contratadas para esse efeito. Foi este modelo, de cariz mais anglo-saxónico, que acabou por ser definitivamente implementado, a partir de 1997, pelo IPA – Instituto Português de Arqueologia, a primeira estrutura autónoma da Administração central totalmente vocacionada para a gestão da prática arqueológica em Portugal. Estavam criadas as condições para uma liberalização da profissão, num contexto de mercado aberto a diferentes equipas em concorrência por projetos a contratar pelas mais diversas entidades, públicas ou privadas.

Daí até à criação das primeiras empresas especializadas em serviços de Arqueologia foi um pequeno passo: as necessidades de execução estavam em crescendo e a envergadura dos projetos, quer do ponto de vista da complexidade técnico-científica, quer do ponto de vista financeiro, eram abordadas a partir de uma perspectiva em equipa e de um enquadramento institucional legal em que as estruturas empresariais surgiam como modelo eficaz de atuação. A Arqueologia estava em plena expansão e com grande visibilidade social, que o caso da barragem do Côa foi o expoente máximo. Estava aberto o caminho para o empreendedorismo na Arqueologia portuguesa.

Nos últimos dezoito anos, a maioria dos trabalhos de Arqueologia foram concretizados por equipas enquadradas em empresas especializadas nesta área. A criação deste tipo de estruturas atingiu o número de trinta e nove em 2008, revelador das potencialidades que o modelo implementado no país garantia em termos de liberdade de acesso à profissão e de escolha por parte dos contratantes de serviços.

No entanto, o enquadramento dos arqueólogos nas empresas portuguesas de Arqueologia tem revelado, ao longo dos anos, uma forte tendência para a contratação temporária. A tendencial precariedade laboral nas estruturas empresariais é resultado de fortes oscilações na quantidade de trabalho e de faturação da generalidade destas organizações, que têm tido grandes dificuldades em assegurar níveis de sustentabilidade que lhes permitam evoluir e ampliar um quadro de colaboradores que, em muitos casos, se restringe ao respectivos sócios.

A Arqueologia Profissional em Portugal é, como vimos, essencialmente fruto da instalação do regime democrático em Portugal, de evoluções legislativas e do impacto decorrente da descoberta das gravuras pré-históricas do Vale do Côa. Contudo, a nível institucional, a sua afirmação tem estado permanentemente em desequilíbrio, em parte devido às posições ideológicas dos diferentes governos, mas também ao desequilíbrio financeiro do próprio Estado que ora funde ora autonomiza as estruturas

administrativas de defesa do património histórico e arqueológico, à medida das orientações políticas e das imposições resultantes do estado das finanças públicas.

2. Metodologia

2.1. Introdução

A natureza da atividade arqueológica em Portugal, e a legislação em vigor tornam possível que os arqueólogos tenham formação académica em Arqueologia, mas nunca tenham dirigido uma intervenção arqueológica de campo e se dediquem a atividades que, embora relacionadas com a disciplina, não estão dependentes da autorização do Estado. Por outro lado, após a adoção da *Declaração de Bolonha*² para a definição de currículos universitários, a tutela aprova, com enquadramento legal pouco claro, a direção de trabalhos de campo apenas aos detentores do grau de Mestre, no caso de profissionais que obtiveram a sua licenciatura após a implementação desta convenção em Portugal, em 2005.

Existe, na atualidade, um conjunto diversificado de arqueólogos que desempenha várias funções dentro do espectro do trabalho relacionado com o património arqueológico mas não diretamente ligado a intervenções arqueológicas de campo. Deste modo, a APA resolveu implementar dois inquéritos diferentes, devidamente aprovados pelo York Archaeological Trust, um direcionado para os profissionais responderem individualmente e um segundo, destinado às instituições empregadoras de arqueólogos.

2.2. Equipa

Nos termos do contrato assinado pela APA e a Comissão Europeia em 2012 através do YAT, a planificação do projeto estabeleceu 147 dias de trabalho distribuídos por 94 dias de coordenação, 57 dias para pesquisa e 6 dias de trabalho administrativo.

O contrato foi assinado pelo anterior presidente da APA (João Tiago Tavares), e mais nenhuns detalhes das negociações, objetivos, estimativas de custos ou outros pormenores foram passados para esta direção que desenvolveu, implementou e executou o projeto. Na sequência de mudanças nos corpos sociais da Associação, a atual direção assumiu a concretização de todas as fases do projeto, tendo inclusivamente assinado um contrato de trabalho, conforme estipulado, para

²A Declaração de Bolonha (também conhecida como Processo de Bolonha) foi assinada em junho de 1999. Tem como objetivo a criação de um espaço europeu de ensino superior, permitindo a qualquer estudante iniciar a sua formação académica, concluir os estudos superiores e obter um diploma em qualquer estabelecimento de ensino de um qualquer país membro. Tal implicou a uniformização das estruturas de ensino superior e a criação de cursos de bases educativas semelhantes e comparáveis, em termos de duração e de conteúdos. Foi aplicada a Portugal através da Lei 49/2005.

(<http://www.dges.mctes.pt/DGES/pt/Estudantes/Processo+de+Bolonha/Processo+de+Bolonha/>)

integração de um colaborador com funções de coordenação executiva do projeto e que pudesse gerir, investigar, comunicar e difundir o DISCO 2014 junto da comunidade arqueológica do país. Este compromisso, no valor total de 10.840 euros, consta do contrato assinado com o York Archaeological Trust.

Além do coordenador executivo do projeto, a equipa foi constituída por um coordenador geral (Cidália Duarte), e dois co-coordenadores do projeto (Miguel Lago e João Tereso). No decurso do processo, a ligação com as universidades foi assegurada por Mariana Diniz e Catarina Viegas (Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa); o contacto com o Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia (STARQ) foi realizado por Cláudia Costa; o contacto com os municípios foi da responsabilidade de Cláudia Costa e Jorge Raposo; a ligação com os membros da APA foi assegurada por Alexandra Cerveira Lima; inquéritos e trabalho prévio foram realizados por Cláudia Costa, João Tereso, Carolina Grilo, Miguel Lago e Jorge Raposo. Tivemos como parceiro de projeto a *Archport*, uma lista de discussão *online* (<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/>), dirigida por José d'Encarnação e Conceição Lopes, ambos professores da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, que se tornou fundamental na difusão do inquérito individual junto dos Arqueólogos.

2.3. Metodologia dos inquéritos

Atendendo às especificidades da comunidade arqueológica portuguesa, foram elaborados dois inquéritos *online*, um destinado aos profissionais e um segundo, dirigido às instituições empregadoras de arqueólogos. De facto, era preciso garantir que o maior número de arqueólogos respondia aos inquéritos, e não apenas os indivíduos enquadrados nas instituições da administração pública e nas empresas privadas.

De forma a assegurar a máxima difusão dos inquéritos, além da colaboração do grupo de discussão em Arqueologia *Archport*, seguido por um grande número de arqueólogos e diferentes profissionais do ramo do património em Portugal e no estrangeiro (<http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/>), foram utilizados os próprios meios de comunicação virtual da APA (*Facebook* e *Web site*).

O plano de atuação do projeto teve dois objetivos: por um lado, garantir que as instituições respondessem ao inquérito sobre os efeitos que a crise financeira de 2008 produziu na atividade profissional e nas condições de empregabilidade e, por outro, assegurar que os profissionais esclarecessem como é que essa crise afetou as suas condições de vida e de trabalho.

Ambos os inquéritos foram previamente aprovados pelo YAT, antes do lançamento *online* e divulgação junto da comunidade arqueológica.

2.4. Mailing list

2.4.1. Inquérito individual

A informação contida no sistema *Endovelico* (sistema de informação da tutela da Arqueologia, contendo toda a informação sobre sítios arqueológicos e agentes de intervenção), é extensa. A partir dessa base de dados, a APA coligiu listas de arqueólogos, em diferentes momentos da história da Associação. Estas referências, conjuntamente com a lista de sócios, foram utilizadas para enviar diretamente o questionário por via eletrónica para cada um dos profissionais. O âmbito do DISCO 2014 é, contudo, bastante mais abrangente e os contactos não poderiam ficar cingidos aos sócios da APA e aos arqueólogos que possuem no seu percurso profissional autorizações da tutela para dirigir projetos de Arqueologia, pelo que teríamos que alcançar a população de arqueólogos sem autorizações para direção de trabalhos e que, por essa razão, ainda não constavam da base de dados do *Endovelico*. Por outro lado, queríamos chegar a um número alargado de profissionais que não possuem apenas o trabalho de campo no perfil de funções que desempenham nas entidades onde trabalham.

No que diz respeito aos colegas recém-licenciados, foram efetuados contactos telefónicos e por escrito com os gabinetes de graduação das faculdades e departamentos que lecionam as licenciaturas em Arqueologia, de modo a obter a listagem de alunos que se tivessem formado nos últimos dois anos letivos. Com os profissionais que exercem outro tipo de funções que não o trabalho de campo e, por isso, não constam da listagem oficial da tutela, revelou-se mais difícil a comunicação. Por isso, em todos os contactos telefónicos efetuados às instituições, principalmente para museus e câmaras municipais, efetuou-se um esforço de sensibilização, no sentido de revelar a importância da resposta aos inquéritos, para que os próprios profissionais funcionassem como meio da sua difusão junto de outros colegas.

Após os contactos personalizados, num total de 827 arqueólogos, o inquérito foi então difundido através da lista *online Archport*, enunciando os objetivos do projeto e encorajando os colegas a responder. Foram igualmente publicadas no *Web site* da APA e na página do *Facebook* algumas mensagens de alerta e incentivo à resposta ao inquérito.

2.4.2. Inquérito às instituições

As organizações que empregam arqueólogos em Portugal são empresas de Arqueologia, empresas promotoras de obras públicas, empresas dedicadas a Estudos de Impacte Ambiental, museus, municípios, universidades, centros de investigação e fundações. Mais recentemente, algumas empresas dedicadas à construção civil, consultadoria e fiscalização de obras também integraram arqueólogos nos seus quadros.

Atendendo ao universo de instituições a contactar e à natureza diversificada das organizações a trabalhar em Arqueologia, houve um esforço, por parte da equipa, de estabelecer contactos telefónicos, de modo a divulgar o projeto e anunciar o envio, por via electrónica, de um inquérito de preenchimento *online*.

O contacto com as autarquias foi problemático. Existem 308 autarquias em Portugal, mas nem todas possuem serviços de Arqueologia ou sequer um arqueólogo no seu quadro de funcionários. Desta forma, foi necessário indagar sobre a existência ou não de um serviço/funcionário dedicado à atividade arqueológica em cada uma delas. Desse primeiro passo, de identificação de serviços de Arqueologia ou com arqueólogos, decorreria a decisão de enviar o *link* com o respetivo formulário para resposta.

Contactámos telefonicamente todas as empresas de Arqueologia que constavam na lista da Direção Geral do Património Cultural, primeiro para averiguar se ainda continuavam no ativo e, em caso de resposta afirmativa, encorajando a colaboração no âmbito do projeto, através da resposta ao inquérito.

Nos restantes casos, as instituições foram contactadas telefonicamente, a fim de identificar um possível interlocutor dentro da organização.

Em anexo encontra-se um quadro com a lista das instituições contactadas (Anexo I).

2.5. Recolha de dados

Foram constituídos dois inquéritos (formulários) através da ferramenta gratuita disponibilizada pela *Google*, com tecnologia *Google Forms*, anónimos e de respostas *online*. Um dos formulários continha perguntas destinadas a resposta individual por parte de cada um dos arqueólogos. O segundo inquérito utilizava a mesma ferramenta, mas destinava-se a organizações empregadores de arqueólogos.

O inquérito individual aos arqueólogos é composto por 45 questões (Anexo II), sendo o inquérito destinado às instituições constituído por 100 perguntas, sendo que as questões de 8 a 13, incidindo sobre a faturação realizada em vários anos, as questões relacionadas com a diminuição dos salários dos trabalhadores das empresas, (questões do número 74 a 77), e, por fim, as questões 87 e 88, relacionadas com a evolução da receita ou financiamentos das empresas, eram todas exclusivamente dirigidas às empresas de Arqueologia.

A ferramenta dos formulários *Google online*, utilizada pela APA para fazer os inquéritos, gravou as diversas respostas aos formulários numa folha de cálculo, também disponível gratuitamente, e que pôde ser exportada para o *Microsoft Excel*. Findo o prazo de resposta de cada um dos inquéritos, importámos para o programa *Excel* da *Microsoft* as listas obtidas a partir do *Google Forms*. Deste modo, e após eliminar linhas com gralhas e caracteres indecifráveis, linhas completamente em branco e algumas duplicações de respostas que o próprio *Google Forms* gerou por

defeito, chegámos a um total de 572 respostas válidas no formulário individual e 102, no inquérito às instituições.

O inquérito enviado às instituições continha algumas questões relacionadas com a caracterização etária dos arqueólogos, a evolução dos quadros permanentes e temporários e a determinação dos seus vínculos contratuais. No caso de algumas instituições da administração local e central, o inquérito foi enviado para preenchimento ao setor de Recursos Humanos, sendo que nem todos forneceram respostas respeitantes unicamente aos arqueólogos dos serviços. Perante tais situações específicas, optou-se pela rejeição da totalidade das respostas fornecidas por essas instituições.

3. Caracterização da amostra inquirida

3.1. Introdução

Responderam ao inquérito individual, entre os dias 27 de janeiro e o dia 4 de março de 2014, 572 arqueólogos (303 do sexo feminino e 269 do sexo masculino), com idades compreendidas entre os 20 e os 71 anos de idade (em relação ao dia 31 de dezembro de 2013) (Quadro 3.1.1).

Amostra total	
572	
Feminino	Masculino
303(53%)	269 (47%)

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 3.1.1. Caracterização do universo de estudo. Arqueólogos.

A maioria dos profissionais que respondeu ao inquérito declarou que se encontrava, à data, a trabalhar em Arqueologia, numa proporção de 72% de mulheres e 79% de homens (Quadro 3.1.2). A parcela de pessoas que nunca terá exercido a profissão é muito diminuta (1,75%), uma percentagem inferior àqueles que se declararam não ocupados em Arqueologia, o que implica que correspondem a profissionais que se encontram desempregados ou afastados da Arqueologia por opção pessoal.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	218	71,95	213	79,18	421	73.60
Não	82	27,06	56	20,82	136	23.78
Não responde	3	0,99	0	0	3	0.52
Total	303	100	269	100	572	100.00

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 3.1.2. Número de arqueólogos que trabalhavam em Arqueologia, a 31 de dezembro de 2013.

A leitura dos dados demonstra que a esmagadora maioria dos inquiridos pertence a um universo de indivíduos já com uma certa maturidade profissional, que obteve os seus graus académicos mais elevados entre 1990 e 2009, e que exerce a atividade há mais de cinco anos (Quadro 3.1.3).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Nunca exerceu	6	1,98	4	1,49	10	1,75
antes de um ano	9	2,97	9	3,35	18	3,15
1-2	18	5,94	9	3,35	27	4,72
03-5	47	15,51	42	15,6	89	15,56
07-10	54	17,82	57	21,2	111	19,41
11-15	74	24,42	54	20,1	128	22,38
16-22	46	15,18	35	13	81	14,16
23-30	25	8,25	21	7,81	46	8,04
> 31	7	2,31	17	6,32	24	4,20
Não responde	17	5,61	21	7,81	38	6,64
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 3.1.3. Duração da atividade exercida pelos arqueólogos.

O inquérito dirigido às organizações decorreu entre os dias 4 de fevereiro e 19 de março do corrente ano, após contacto personalizado via telefónica. Responderam ao inquérito autarquias e organismos da administração central e regional, inclusivamente o serviço correspondente da Direção Regional da Cultura do Governo Regional dos Açores, universidades e centros de investigação afetos a universidades e independentes, fundações, museus nacionais e regionais, empresas do setor empresarial do Estado e empresas de Arqueologia (Quadro 3.1.4).

Organização	Nº contactos	Nº respostas	Taxa de resposta (%)
Autarquias/ M. Municipais (Mun.)	128	53	41,4
Administração Central (AC)	6	6	100
Administração Regional (AR)	2	1	50
Museu Nacional (MN)	3	2	66
Museu Regional (MR)	6	2	33
Sector empresarial do Estado (EE)	4	2	50
Fundações (F)	2	2	100
Instituições de ensino Superior (U)	9	3	37
Centros de investigação (CI)	16	8	50
Empresas de Arqueologia (EA)	25	23	92
Outros	6	0	0
Total	207	102	

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; C I= Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

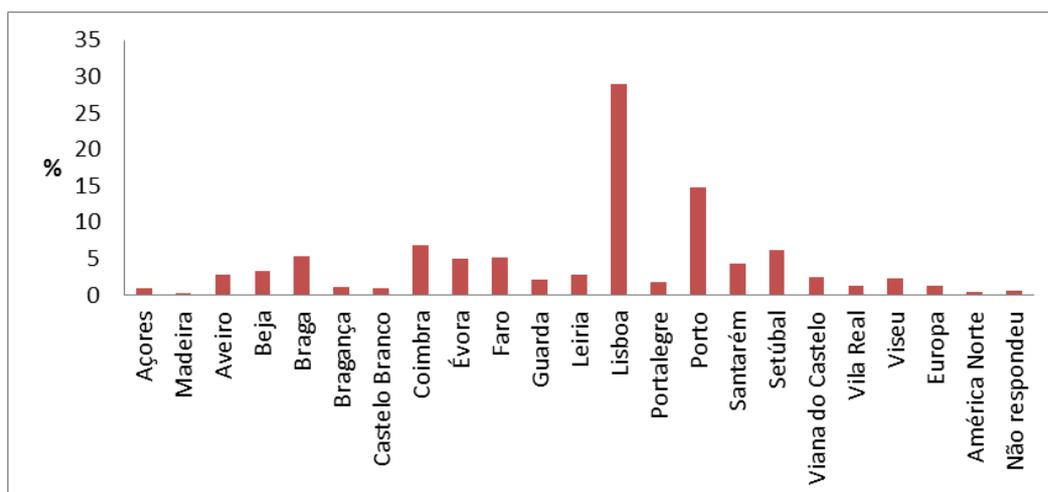
Quadro 3.1.4. Lista de organizações contactadas e que responderam ao inquérito institucional.

3.2. Distribuição geográfica

3.2.1 Dos arqueólogos inquiridos

A esmagadora maioria das pessoas que responderam ao inquérito individual vive nos grandes centros urbanos, nomeadamente no distrito de Lisboa, com cerca de 29%, seguindo-se o Porto com 14,7%, Coimbra com 6,9% e Setúbal com 6,1%. Na base da tabela, com menor número de respostas, encontram-se as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, respetivamente com cinco e uma resposta, e os distritos de Vila Real com sete respostas, Bragança com seis, e Castelo Branco com apenas cinco respostas. É de registar, ainda, alguns indivíduos que residem fora do país, maioritariamente em espaço europeu, estando três indivíduos a residir em Espanha, dois em Inglaterra, um na Holanda, outro na Suécia, e dois nos Estados Unidos (Figura 3.2.1).

A leitura dos dados demonstra que os distritos mais populosos do país (Lisboa, Porto, Setúbal e Coimbra), são igualmente os distritos com maior número de arqueólogos.



Fonte: Inquérito individual

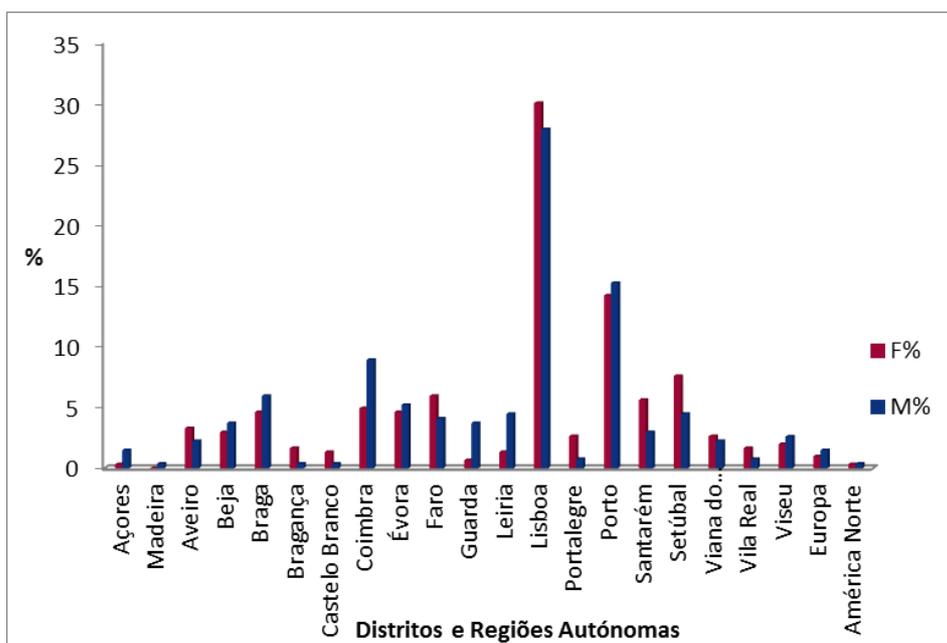
Figura 3.2.1. Proveniência geográfica das respostas ao inquérito individual.

Se observarmos a distribuição geográfica das respostas obtidas por género, verifica-se (Quadro 3.2.1 e Fig.3.2.2) que na região a norte do Douro, bem como na Beira Baixa, Alto Alentejo, Ribatejo, região de Lisboa e Setúbal e ainda no Algarve, dominam as mulheres arqueólogas, ao passo que na região da Beira Alta e Beira Litoral estão mais bem representados os profissionais do sexo masculino. Já no Alentejo, que compreende os distritos de Évora e Beja, o número de arqueólogos de ambos os sexos é bastante equilibrado.

Distritos	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Açores	1	0,33	4	1,49	5	0,87
Madeira	0	0,00	1	0,37	1	0,17
Aveiro	10	3,30	6	2,23	16	2,80
Beja	9	2,97	10	3,72	19	3,32
Braga	14	4,62	16	5,95	30	5,24
Bragança	5	1,65	1	0,37	6	1,05
Castelo Branco	4	1,32	1	0,37	5	0,87
Coimbra	15	4,95	24	8,92	39	6,82
Évora	14	4,62	14	5,20	28	4,90
Faro	18	5,94	11	4,09	29	5,07
Guarda	2	0,66	10	3,72	12	2,10
Leiria	4	1,32	12	4,46	16	2,80
Lisboa	91	30,03	75	27,88	166	29,02
Portalegre	8	2,64	2	0,74	10	1,75
Porto	43	14,19	41	15,24	84	14,69
Santarém	17	5,61	8	2,97	25	4,37
Setúbal	23	7,59	12	4,46	35	6,12
Viana do Castelo	8	2,64	6	2,23	14	2,45
Vila Real	5	1,65	2	0,74	7	1,22
Viseu	6	1,98	7	2,60	13	2,27
Europa	3	0,99	4	1,49	7	1,22
América Norte	1	0,33	1	0,37	2	0,35
Não respondeu	2	0,66	1	0,37	3	0,52
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito Individual

Quadro 3.2.1. Proveniência geográfica das respostas ao inquérito individual.



Fonte: Inquérito Individual

Figura 3.2.2. Distribuição geográfica de homens e mulheres que participaram no inquérito.

3.2.2. Das instituições inquiridas

Quanto ao inquérito das instituições obtivemos 102 respostas validadas, provenientes de empresas de Arqueologia, câmaras municipais, universidades, centros de investigação, de órgãos da administração central e regional, museus nacionais e regionais, empresas do sector empresarial do Estado e fundações.

No caso das autarquias obtivemos 53 respostas, maioritariamente dos distritos do Porto (n=9), seguindo-se Coimbra e Faro, cada distrito com sete respostas. Responderam também ao inquérito as únicas duas autarquias com arqueólogo dos arquipélagos: Funchal, na Madeira e Vila do Porto, nos Açores (Quadro 3.2.2).

Distritos	Autarquias	Empresas
Açores	1	0
Madeira	1	0
Aveiro	1	2
Beja	3	0
Braga	3	0
Bragança	2	0
Castelo Branco	3	0
Coimbra	7	2
Évora	1	1
Faro	7	0
Leiria	3	0
Lisboa	4	5
Portalegre	1	1
Porto	9	5
Santarém	1	3
Setúbal	0	2
Viana do Castelo	4	0
Vila Real	1	1
Viseu	1	1
Total	53	23

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 3.2.2. Distritos sede das autarquias e empresas de Arqueologia.

Quanto às empresas de Arqueologia, do universo de vinte e cinco em funcionamento em julho de 2014, e contactadas pela APA, obtivemos vinte e três respostas, maioritariamente provenientes de Lisboa e Porto. No universo dos centros de investigação, obtivemos oito respostas, a maior parte correspondendo a centros de investigação associados a estabelecimentos de ensino superior. No setor empresarial do Estado obtivemos apenas duas respostas, tal como no caso dos museus nacionais e regionais, os primeiros do distrito de Aveiro e Santarém, e os segundos no distrito de Setúbal e Lisboa.

As Instituições de ensino superior foram contactadas em várias fases. Num primeiro momento contactámos os serviços académicos das faculdades que ministram cursos de licenciatura em Arqueologia para que nos fornecessem o endereço eletrónico dos alunos que obtiveram o grau nos dois últimos anos lectivos – 2011/2012 e 2012/2013.

Após esse contacto o inquérito das organizações foi enviado aos centros de investigação afetos aos estabelecimentos de ensino e aos próprios serviços centrais das universidades e politécnicos. Dos centros de investigação obtivemos oito respostas e, por parte dos departamentos de Arqueologia das universidades, tivemos 3 respostas: Instituto Politécnico de Tomar e Universidades de Braga e Évora.

Duas fundações responderam ao inquérito institucional, uma do distrito de Aveiro e outra do distrito da Guarda.

Quanto aos órgãos da administração central obtivemos as respostas das quatro Direções Regionais de Cultura contactadas e da Direção Geral do Património Cultural; dos arquipélagos, apenas respondeu a Direção dos Serviços de Património do Governo Regional dos Açores.

3.3. Caracterização etária dos arqueólogos

Caracterizando a amostra dos arqueólogos por idades, verificamos que apenas dois homens se inibiram de indicar a idade que tinham a 31 de dezembro de 2013, pelo que os dados disponíveis se reportam à quase totalidade da amostra inquirida (Quadro 3.3.1).

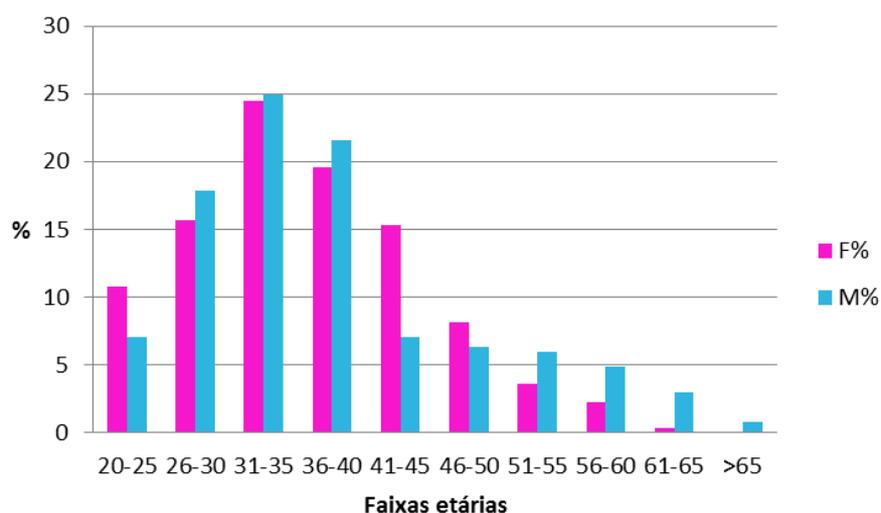
A média das idades dos arqueólogos questionados situa-se nos 36 anos e oito meses, verificando-se um equilíbrio entre a média de idades de homens e mulheres que se encontra entre os 37 e os 36 respectivamente.

Conforme se poderá observar no Quadro 3.3.1 e na Figura 3.3.1, a maioria dos indivíduos que responderam ao inquérito situam-se na faixa etária que se estende entre os 26 e os 45 anos, estando também bem representados os indivíduos entre 20 a 25 anos (Quadro 3.3.1 e Figura 3.3.1). No grupo etário mais jovem, dominam as mulheres, indicando que estas entram mais cedo no mercado de trabalho que os homens. Quanto às faixas etárias mais elevadas, encontram-se claramente dominadas pelos homens.

Faixas etárias	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
20-25	33	10,75	19	7,06	52	9,09
26-30	48	15,64	48	17,84	96	16,78
31-35	75	24,43	67	24,91	142	24,83
36-40	60	19,54	58	21,56	118	20,63
41-45	43	14,01	19	7,06	62	10,84
46-50	25	8,14	17	6,32	42	7,34
51-55	11	3,58	16	5,95	27	4,72
56-60	7	2,28	13	4,83	20	3,50
61-65	1	0,33	8	2,97	9	1,57
>65	0	0,00	2	0,74	2	0,35
Não respondeu	0	0	2	0,74	2	0,35
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito Individual

Quadro 3.3. 1 - Distribuição etária dos arqueólogos por género.



Fonte: Inquérito Individual

Figura 3.3.1. Caracterização etária dos indivíduos que responderam ao inquérito individual.

3.4. Nacionalidades

De acordo com o inquérito individual promovido, a Arqueologia em Portugal é uma atividade essencialmente desenvolvida por portugueses, sendo muito reduzido o número de colegas de outras nacionalidades (Quadro 3.4.1). Desconhecemos, no entanto, até que ponto os arqueólogos de outras origens se inibiram de responder a este inquérito. A título de exemplo, note-se que num dos empreendimentos que mais arqueólogos empregou no ano de 2013 – o Aproveitamento Hidroagrícola do Baixo Sabor – o número de arqueólogos estrangeiros contratados, nomeadamente

espanhóis, excedia largamente os números finais deste inquérito, tal como foi possível averiguar por membros da equipa do projeto DISCO.

Ainda assim, os dados obtidos sugerem que entre os colegas estrangeiros predominam os europeus, com os espanhóis a dominar o segmento, seguidos pelos franceses. Seguem-se em número os naturais de África com proveniência das ex-colónias portuguesas, (Angola e Moçambique), mas também de África do Sul e República Democrática do Congo. Do continente americano, estão representados apenas quatro colegas, dois do Canadá e dois do Brasil. Na análise dos dados referentes à nacionalidade dos arqueólogos a trabalhar em Portugal verifica-se a predominância de indivíduos provenientes dos países historicamente ligados a Portugal, quer pela via das ex-colónias, como Brasil, Angola e Moçambique, quer pela via dos países com comunidades de emigrantes mais numerosas como Canadá, França e restantes países europeus.

Países	Nº Feminino	Nº Masculino	Total
África do Sul	0	1	1
Angola	1	1	2
Rep. Democrática Congo	0	1	1
Moçambique	0	1	1
Canadá	1	1	2
Brasil	1	1	2
Espanha	6	3	9
França	3	0	4
Holanda	0	1	1
Irlanda	0	1	1
Itália	1	0	1
Portugal	287	258	545
Suécia	1	0	1
Suiça	1	0	1
Total	303	269	572

Fonte: Inquérito individual

Quadro 3.4.1. Países de origem dos arqueólogos que responderam ao inquérito individual.

O inquérito das instituições revelou também que existem alguns arqueólogos estrangeiros a trabalhar em Portugal, nomeadamente na administração central e nos centros de investigação, principalmente provindos de países europeus, nomeadamente Dinamarca e Reino Unido.

3.5. Qualificação Académica

A maioria dos arqueólogos inquiridos é licenciada, quer antes da implementação do processo de Bolonha (34%), quer depois (12%), embora os arqueólogos mestres também estejam muito bem representados, sendo mesmo o número de mestres de grau académico posterior ao acordo de Bolonha superior aos licenciados posteriores à implementação daquele acordo, facto que pode estar relacionado com a imposição por

parte da tutela da obtenção deste grau académico como condição para dirigir trabalhos de campo de Arqueologia. Cerca de 12% dos inquiridos possui o grau de doutor, 10,8% obtidos antes de Bolonha e 1,4% depois de Bolonha. Trata-se de graus maioritariamente obtidos em instituições do ensino superior português, embora o número de profissionais que obtiveram os seus graus académicos em universidades europeias, nomeadamente espanholas, seja bastante significativo.

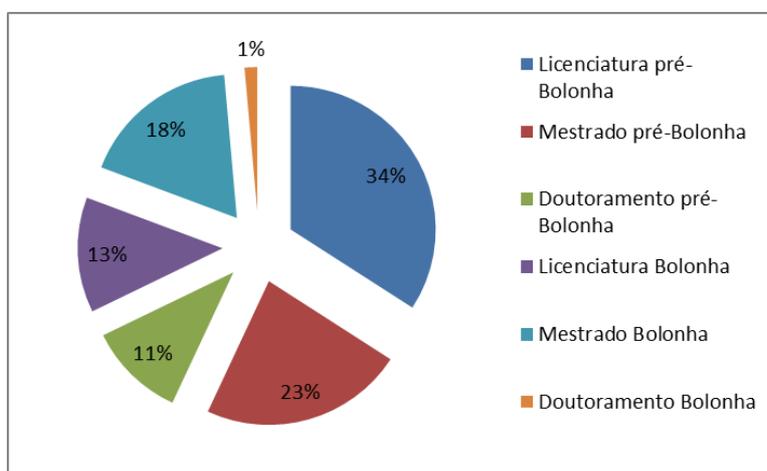
Na avaliação por género, verifica-se um certo equilíbrio entre as percentagens de homens e mulheres nos diferentes graus académicos (Quadro 3.5.1 e Figuras 3.5.1 e 3.5.2). Existem mais arqueólogos do sexo masculino com licenciatura antes do processo de Bolonha, mas são as mulheres que lideram o número de mestrados para essa faixa temporal; contudo, no grau de doutor, a situação inverte-se, sendo superior o número de homens arqueólogos.

Após a implementação do Processo de Bolonha no sistema de ensino português, uma expressiva percentagem de 34% dos arqueólogos obteve os seus últimos graus académicos entre 2010 e 2014. Neste período, lideram os profissionais do sexo masculino ao nível da licenciatura mas, nos graus de mestre e doutor, são as mulheres arqueólogas que se destacam (Quadro 3.5.1).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Licenciatura pré-Bolonha	100	33	95	35,32	195	34,09
Mestrado pré-Bolonha	74	24,42	56	20,82	130	22,73
Doutoramento pré-Bolonha	32	10,56	30	11,15	62	1,84
Licenciatura Bolonha	35	11,55	39	14,50	74	12,94
Mestrado Bolonha	56	18,48	46	17,10	102	17,83
Doutoramento Bolonha	6	1,98	2	0,74	8	1,40
Não respondeu	0	0	1	0,37	1	0,17
Total	303	100	269	100	572	100

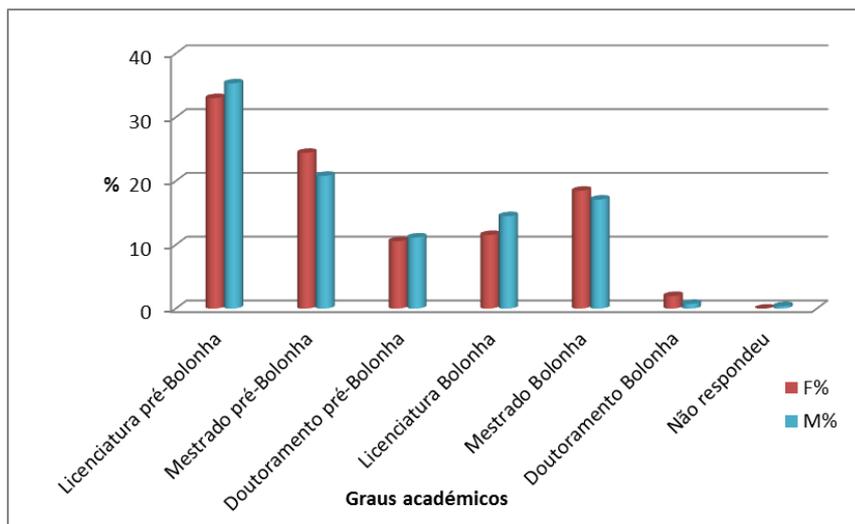
Fonte: Inquérito Individual

Quadro 3.5.1. Graus académicos dos arqueólogos distribuídos por género.



Fonte: Inquérito Individual

Figura 3.5.1. Graus académicos representados na amostra.



Fonte: Inquérito Individual

Figura 3.5.2. Distribuição masculino/feminino dos graus académicos.

Segundo os dados apurados pelo inquérito às organizações, aparenta ser nos centros de investigação onde se concentra o maior número de arqueólogos. No entanto os centros de investigação não oferecem um vínculo laboral aos seus colaboradores. Pelo contrário, são constituídos por investigadores que detêm um vínculo laboral noutra qualquer instituição e que dedicam parte do seu tempo à investigação no Centro de Investigação, (*vide infra* Capítulo 4.9). Trata-se de indivíduos temporariamente associados a programas de financiamento externo, uma população intimamente ligada à investigação que justifica o número de mestres e doutores nestas organizações, mais elevado do que nas outras instituições (Quadro 3.5.2).

Nas restantes instituições observa-se que a maioria dos arqueólogos detém o grau de licenciatura. Nos serviços da administração central predominam os profissionais com o grau de mestre, estando menos representados os indivíduos doutorados.

As empresas de Arqueologia constituem um empregador importante, quer de licenciados quer de mestres, estando os elementos com o grau de doutor representados em menor número.

Os serviços das faculdades, escolas ou departamentos das universidades que conferem graus em Arqueologia foram também contactados. O objectivo era obter a informação sobre os arqueólogos docentes. Apenas três estabelecimentos responderam ao inquérito, contudo, os resultados obtidos, expressos no Quadro 3.5.2, não refletem o total do corpo docente de Arqueologia das instituições de ensino superior portuguesa, estando claramente subdimensionado.

	Feminino			Masculos			Total	
	Licenciado	Mestre	Doutor	Licenciado	Mestre	Doutor	Fem.	Mas.
Administração Central	14	18	4	10	13	6	36	29
Administração Regional	Sem resposta							
Centros Investigação	82	8	97	81	104	93	187	278
Universidades	5	5	2	7	0	4	12	11
Museu Regional	5	2	1	3	1	0	8	4
Museu Nacional	8	2	0	1	0	0	10	1
Fundações	8	2	0	11	3	2	10	16
Empresas Arqueologia	25	19	6	39	26	3	50	68
Sector emp. Estado	0	1	0	Sem resposta			1	0

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 3.5.2. Distribuição pelas diferentes instituições dos diferentes graus académicos.

4. Empregabilidade: contexto social, contexto de trabalho e funcionamento do trabalho

O conceito de empregabilidade é hoje entendido como a forma de relacionamento do indivíduo com o mercado de trabalho, no quadro da evolução das relações laborais que se assumem, cada vez mais, centradas entre o empregador e o trabalhador. Ou seja, a empregabilidade é vista como a capacidade que alguém tem de obter um emprego que o satisfaça, tendo em conta as suas características pessoais e as necessidades do mercado de trabalho (A. J. Almeida, 2007).

As relações de trabalho, com o desenvolvimento da sociedade da informação, assentam na autonomização do indivíduo e na democratização das instituições empregadoras. A autonomização no trabalho pressupõe a liberdade no desempenho das funções e na realização das tarefas dentro da organização. A democratização das organizações baseia-se numa estrutura mais horizontalizada, de hierarquia plana, centrada no trabalho em equipa e na centralidade das competências (Kovács, 2006).

Neste contexto, a empregabilidade individual assenta em três dimensões que se interligam. Em primeiro lugar, os factores individuais e circunstâncias pessoais, ou o contexto social em que o indivíduo se insere e que abarca não apenas as suas habilitações e formação pessoal e profissional, mas também um conjunto de competências de natureza diversa que passa pelas organizações extra profissionais em que se insere, comportamentos sociais, as formas de resoluções de problemas, etc. Por outro lado, as circunstâncias pessoais englobam o contexto familiar (número de filhos e idosos a cargo), a comunidade de pertença, acessibilidade aos recursos (acessos a transportes, mobilidade reduzida), e acesso à informação e a grupos de *status* (grupos com estatuto e estilos de vida próprios) (Kovács, 2006).

O contexto de trabalho também tem um papel importante na construção da empregabilidade, uma vez que as próprias organizações têm uma dose de responsabilidade nessa construção. Daí que questões como a formação profissional (formação profissional, funções e especialidades) e as novas formas de organização do trabalho (vínculos laborais), estejam inteiramente relacionadas com a empregabilidade (Kovács, 2006).

O funcionamento do mercado de trabalho ou a caracterização da atividade profissional constituem outro fator indispensável à construção da empregabilidade individual. Contudo, neste campo, há que ter em conta as condicionantes estruturais em que o país se encontra; questões como os salários, rendimentos e condições de trabalho interagem igualmente para a construção da empregabilidade (A. J. Almeida, 2007).

Neste capítulo, são apresentados os dados obtidos sobre o contexto do trabalho, o contexto social e individual do arqueólogo e o funcionamento do próprio trabalho de Arqueologia, de forma a caracterizar a empregabilidade nesta profissão.

4.1. Fecundidade

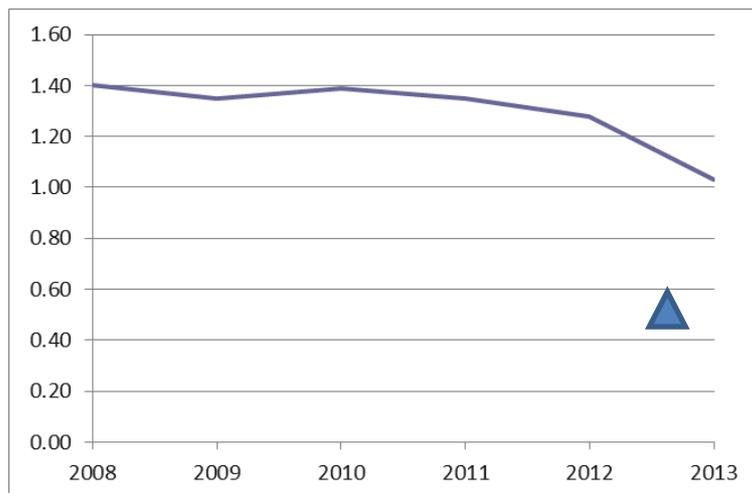
De acordo com os dados disponibilizados pelo inquérito individual aos arqueólogos, verifica-se que o índice sintético de fecundidade (ISF),³ por mulher é de 0,5, e a média de filhos por homem arqueólogo é de 0,7, um número ligeiramente superior à média de filhos por mulher, mas ainda muito longe da média nacional que se encontrava em 2012 em 1,28 e que, em 2013, desceu para 1,03 (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013; AAVV, 2014) (Figura 4.1.1). Mais de metade das mulheres arqueólogas não tem filhos, numa percentagem de cerca de 56%, e 23% das mulheres tem apenas um filho (Quadro 4.1.1.). O máximo de filhos que as mulheres arqueólogas têm é três. O número máximo de filhos dos homens arqueólogos é correspondente a 4 filhos, sendo que 17,8% tem apenas um. Assim, verifica-se que a percentagem de homens com filhos é superior à percentagem de mulheres e que mais homens têm mais do que um filho do que as mulheres. Contudo, esta diferença entre a média de filhos das mulheres e dos homens não é significativa.

Nº Filhos	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	172	56,77	139	51,67	311	54,37
1	71	23,43	48	17,84	119	20,80
2	30	9,90	44	16,36	74	12,94
3	7	2,31	15	5,58	22	3,85
4	0	0	1	0,37	1	0,17
Não respondeu	23	7,59	22	8,18	45	7,87
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito Individual

Quadro 4.1.1. Número de filhos por arqueólogo.

³O Índice Sintético de Fecundidade é o número médio de crianças nascidas por mulher em idade fértil (Rosa e Chita, 2013)



Fonte: Pordata e Inquérito individual.

Figura 4.1.1. Evolução do Índice Sintético de Fecundidade (ISF) em Portugal desde 2008, e indicação do ISF das arqueólogas.

À pergunta se era a natureza do trabalho em Arqueologia que condicionava o número de filhos (Quadro 4.1.2), 45% das mulheres e 41% dos homens responderam que sim. Mas o principal motivo para que os arqueólogos decidam não ter mais filhos é o valor do rendimento que auferem, 57% e 53,9% respetivamente. Contudo, colocando a questão de outra forma, ou seja, se teriam mais filhos se o rendimento aumentasse, os valores da resposta afirmativa descem para 47% nas mulheres e 40% para os homens.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	137	45,21	111	41,26	248	43,36
Não	123	40,59	126	46,84	249	43,53
Não respondeu	43	14,19	32	11,90	75	13,11
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.1.2. Número de arqueólogos que afirmou que o trabalho que desenvolve condiciona o número de filhos.

Pese embora a baixa fecundidade nos arqueólogos, grande parte dos profissionais que responderam ao inquérito individual declara que é o valor dos seus rendimentos que inibe o aumento do número de filhos (Quadro 4.1.3). Contudo, há uma componente de opção pessoal, ou outras causas, que não deverão ser descuradas, porquanto cerca de 22% dos inquiridos declara que não teria mais filhos, mesmo se o rendimento fosse mais elevado (Quadro 4.1.4).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	175	57,76	145	53,90	320	55,94
Não	83	27,39	88	32,71	171	29,90
Não respondeu	45	14,85	36	13,38	81	14,16
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.1.3. Número de arqueólogos que afirma que o valor do rendimento determina o número de filhos.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	129	42,57	108	40,15	237	41,43
Não	63	20,79	62	23,05	125	21,85
Talvez	66	21,78	62	23,05	128	22,38
Não respondeu	45	14,85	37	13,75	82	14,34
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.1.4. Número de arqueólogos que afirmou ter mais filhos se o rendimento fosse mais elevado.

O declínio da fecundidade é um fenómeno que se regista a partir do início do século XX em toda a Europa, com vários períodos de estagnação, verificando-se hoje em dia a continuação desse declínio (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013: 17, Rosa e Chitas, 2013, AAVV, 2014). A migração e as restrições à constituição de família são avançadas como dois dos principais fatores responsáveis pelo declínio da fecundidade, juntamente com a diminuição da mortalidade infantil, aumento da longevidade, bem como questões económicas e culturais (Oliveira, 2007, 2008), mas também a entrada das mulheres no mercado de trabalho e a aposta na sua própria formação, o que implica uma menor disponibilidade para serem mães (Rosa e Chitas, 2013).

Em Portugal, o declínio da fecundidade acentuou-se bastante a partir de 2010 (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos, s. d., Rosa e Mendes, 2014): o ISF situava-se em 2010, em 1,39, em 2011, em 1,35, em 2012, desceu para 1,28 (www.pordata.pt) e em 2013, ficou em 1,03 (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013, AAVV, 2014), (Figura 4.1.1).

Os comentários disponíveis sobre a realidade da fecundidade, em 2013, indicam como a principal causa de não haver mais nascimentos em Portugal o facto de a população não querer ter muitos filhos. A população portuguesa deixou de aspirar a ter descendências numerosas, pelo que desejam ter, no máximo, à volta de dois filhos (Rosa, s. d.; Rosa e Chitas, 2013; Rosa e Mendes, 2014); porém, a renovação geracional será garantida, no mínimo, com uma média de 2,1 filhos por mulher.

Os números reduzidos da natalidade entre os arqueólogos poderão ser explicados pelo fraco rendimento que auferem, como os próprios arqueólogos apontaram, mas também pelo funcionamento do trabalho em Arqueologia. Como veremos *infra* (*vide infra* Ponto 4.9), os arqueólogos são obrigados a passar muito tempo fora do distrito de residência, mudando de distrito de trabalho mais do que uma vez ao ano. Desta forma, os arqueólogos protelam a organização da sua vida conjunta e a constituição de uma família.

Por outro lado, a precariedade dos vínculos de trabalho, maioritariamente de curta duração e com entidades empregadoras diferentes, (*vide infra* Ponto 4.10) parece ser um entrave adicional à constituição e estabilização de uma vida familiar.

4.2. Seguros de saúde

No inquérito enviado às entidades empregadoras perguntámos se é oferecido aos seus profissionais um seguro de saúde. A maior parte das instituições respondeu que *Não*, ou que *Não se aplica*, ou simplesmente deixaram a resposta em branco. No espectro que respondeu positivamente à questão, verificámos que 9 empresas oferecem um seguro de saúde aos seus funcionários arqueólogos, tal como 23 autarquias (43,4% das autarquias representadas no inquérito), quatro centros de investigação, uma instituição de administração central, os dois museus regionais e as duas empresas do Estado que se fizeram representar neste inquérito, e uma universidade (Quadro 4.2.1).

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Sim	9	23	4	1		2			2	1
Não	12	6	1	1			1	2		2
Não se aplica	2	17	2	4	1		1			
S/resposta		7	1							
Total	23	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.2.1. Número de instituições que oferecem ao arqueólogo um seguro de saúde.

No caso das autarquias, administração central e regional, museus e universidades, como instituições estatais, são abrangidos pelo sistema de saúde criado pelo Estado: a *ADSE – Assistência na Doença aos Servidores do Estado*, tutelada pela Direção Geral de Proteção Social dos Trabalhadores em Funções Públicas, que abrange todos os trabalhadores em emprego público, desde que estejam inscritos naquele organismo (www.adse.pt).

Responderam ao inquérito institucional oito centros de Investigação, quatro dos quais afirmando que forneciam seguro de saúde aos arqueólogos, mas estes dados têm que ser encarados com cautela. Os centros de investigação são constituídos por vários elementos - professores das faculdades, bolseiros e alunos de mestrado ou de outros graus de ensino - alguns deles colaboradores externos. Sendo estes constituídos por

instituições de ensino superior, o financiamento nacional e/ou estrangeiro, destinado ao desenvolvimento da pesquisa, provém da candidatura de projetos de investigação, não havendo, em condições normais, meios para a contratação de arqueólogos.

Os quatro Centros de Investigação que responderam que forneciam seguro de saúde referem-se provavelmente à cobertura pela ADSE, de que os professores universitários, integrados nos centros de investigação, são beneficiários.

Não obstante, apenas um estabelecimento de ensino superior respondeu que tinha seguro de saúde para os seus funcionários. Os outros dois responderam *Não*.

Quanto ao setor empresarial do Estado, ou empresas de que o Estado é acionista, existe a hipótese de não assinar contrato com a ADSE e oferecer aos trabalhadores outro seguro de saúde. As duas empresas do Estado que inquirimos respondem afirmativamente sobre a existência de um *Seguro de Saúde*.

Os restantes trabalhadores incluem-se no regime geral da Segurança Social. Contudo, podem estar cobertos por outros seguros privados. Um *Seguro de Saúde* prestado por um privado é contratado pelo beneficiário diretamente ou por uma empresa ou entidade empregadora para oferecer aos seus funcionários como regalia. É um serviço contratado até aos 65 anos de idade (dependendo das companhias de seguros), e cobre algumas despesas de saúde como internamentos, transportes em veículos médicos, redução do valor de consultas e de meios complementares de diagnóstico, entre outros, conforme o tipo de seguro e o prémio anual contratado.

No universo em estudo apenas nove empresas de Arqueologia afirmaram oferecer *Seguros de Saúde* aos seus funcionários. Não sabemos quantos arqueólogos estarão cobertos por este *Seguro de Saúde* oferecido pela entidade empresarial; sabemos, contudo, que, olhando para o universo de respostas ao inquérito individual, em que a maioria dos arqueólogos trabalha como independente ou nas empresas de Arqueologia com vínculos pouco duradouros, haverá uma grande parte de arqueólogos que não são cobertos por esta “regalia” social.

4.3. Atividade associativa e sindicalismo

Como já tivemos oportunidade de assinalar (*vide supra* Ponto 1.3), a partir do 25 de abril de 1974 iniciaram-se vários movimentos cívicos como coletividades e associações, algumas das quais com uma intervenção efetiva na defesa do Património, mas também com trabalho de campo, como prospeções e escavações, criação de núcleos museológicos e promoção do património junto das populações (Pereira, 1997). Muitas dessas associações ainda hoje existem e continuam a desenvolver trabalho na área da divulgação e defesa do Património Histórico e Cultural.

Não é possível, de momento, precisar quantas associações deste tipo existem em Portugal. O único esforço realizado no sentido de tentar perceber quantas associações se dedicavam ao Património foi realizado na década de 1990, pelo CAA - Centro de Arqueologia de Almada e a revista *Al-Madan*. No âmbito desse estudo foram inquiridas

142 associações, das quais 45 responderam ao inquérito daquela revista (J. Raposo, 1997b).

Grande parte das associações inquiridas à época continuam hoje em dia a funcionar em pleno, algumas delas com publicações *online* e/ou impressas, e que desempenham um papel fundamental, constituindo-se muitas vezes como primeiro veículo para a divulgação dos resultados científicos das diversas intervenções arqueológicas que decorrem no país. É o caso da *Associação de Estudos do Vale do Tejo* (<http://www.altotejo.org/>); do *CEPBA - Centro de Estudos Pré- históricos da Beira Alta* (<https://sites.google.com/site/cepbaviseu/cepba>); do *CAA – Centro de Arqueologia de Almada* (<http://www.caa.org.pt/index.html>); da *ARQA – Associação de Arqueologia e Proteção do Património da Amadora* (<http://www.arqa.pt/>), para só referir alguns exemplos.

O exercício de contabilização realizado pelo *Centro de Arqueologia de Almada* e pela Revista *Al-Madan*, não incluiu as associações de carácter iminentemente científico como a AAP – Associação dos Arqueólogos Portugueses (http://www.arqueologos.pt/p_aap.html), a mais antiga associação de defesa do património, fundada em 1863, nem a Sociedade Martins Sarmento (<http://www.csarmento.uminho.pt/sms.asp>), fundada em 1881. Mais recentemente, nos anos 1990, foram criadas outras associações como a Associação Portuguesa para o Estudo do Quaternário (<http://apequestudosdoquaternario.wordpress.com/>) e a ADECAP – Associação para o Desenvolvimento da Cooperação em Arqueologia Peninsular (<http://adecap.blogspot.pt/>), ambas com objetivos nitidamente científicos, a primeira relacionada com as Arqueociências e a segunda tendo como missão a internacionalização da Arqueologia que se faz na Península Ibérica. A APA, como já vimos (*vide supra* Ponto 1.3), foi criada em 1996 e tem como objetivo defender e representar os arqueólogos em questões estritamente socioprofissionais e deontológicas. A 31 de dezembro de 2013, contava 384 sócios, dos quais 160 responderam ao inquérito individual, o que representa 41% dos associados.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	83	27,39	77	28,62	160	27,97
Não	216	71,29	189	70,26	405	70,80
Sem Resposta	4	1,32	3	1,12	7	1,22
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: inquérito individual

4.3.1. Número de sócios e não sócios que responderam ao inquérito.

Entre as organizações que responderam ao nosso inquérito institucional, os sócios da APA distribuem-se um pouco por todas as categorias de instituições, com especial prevalência nas empresas de Arqueologia (Quadro 4.3.2).

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Sim	15	17	3	4		2	1		2	3
Não	7	30	2	2	1		1	1		
S/resposta	1	6	3					1		
Total	23	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

4.3.2. Número de associados da APA nas instituições inquiridas.

No que se refere ao sindicato, especificamente do setor de Arqueologia - Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia - STARQ – encontrava-se este aguardando a publicação dos estatutos a 31 de dezembro de 2013, data estabelecida pela Comissão Europeia como padrão para recolha de dados no presente estudo. Só em maio de 2014 foi realizada a assembleia eleitoral, tendo os corpos sociais tomado posse logo de seguida (Mesquita e Simões, 2014). Portanto, os indivíduos que se declararam sindicalizados, num total de 15,5% (Quadro 4.3.3), estavam, a 31 de dezembro de 2013, inseridos noutros sindicatos que não o de Arqueologia.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	46	15,18	43	15,99	89	15,56
Não	256	84,49	222	82,53	478	83,57
S/resposta	1	0,33	4	1,49	5	0,87
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.3.3. Número de sindicalizados entre os arqueólogos (em sindicatos que não o da Arqueologia).

Os arqueólogos sindicalizados a 31 de dezembro de 2013 distribuem-se por todas as organizações, mas com especial incidência nas autarquias e nas instituições da administração central e regional. Quanto aos profissionais que trabalham nas empresas de Arqueologia verifica-se uma tendência para não pertencerem a nenhum sindicato, tendo apenas três empresas declarado que têm colaboradores sindicalizados (Quadro 4.3.4). Esta situação, que se reporta, como foi dito, a 31 de dezembro de 2013, reflete o facto de, nessa data, não estar ainda constituído o Sindicato dos Trabalhadores de Arqueologia – STARQ.

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Sim	3	16	3	4	1	1	1	1	1	1
Não	17	29	3	2		1	1		1	2
S/resposta	3	8	2					1		
Total	23	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

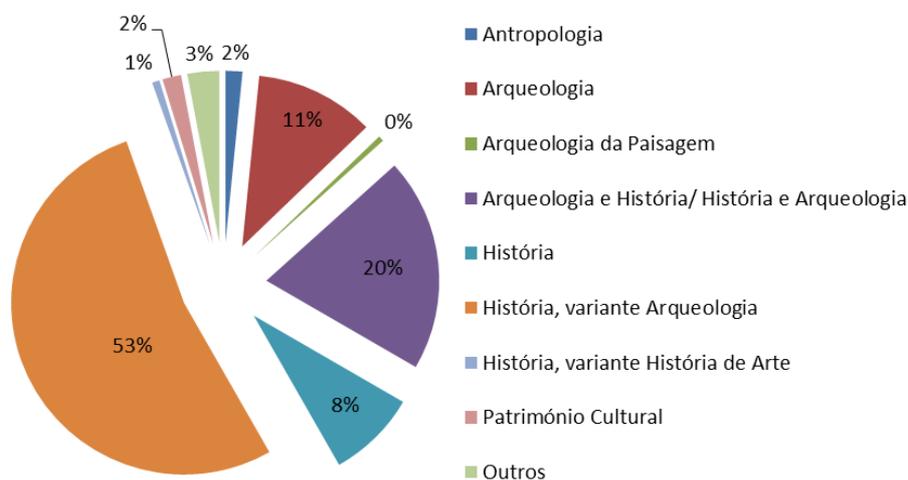
(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.3.4. Distribuição de sindicalizados pelas instituições inquiridas (em sindicatos que não o da Arqueologia).

4.4. Formação Superior

4.4.1. Cursos superiores

Mais de metade dos inquiridos (53%) é licenciada em *História, variante Arqueologia*, um curso instituído nas Universidades de Lisboa, Porto e Coimbra nos anos 1980, e que funcionou até aos anos 2000. Os cursos criados mais recentemente como *Arqueologia e História* ou *História e Arqueologia* estão em crescimento e constituíam, à data dos inquéritos, cerca de 20% da formação de base dos inquiridos. Há também a registar 11% de arqueólogos que se formaram em *Arqueologia*, um curso superior também recente. Os indivíduos que se formaram em *Património Cultural* (2%), *Antropologia* (2%), *História, variante História de Arte* (1%) e *Arqueologia da Paisagem* (0,5%) são os que têm menor representatividade (Figura 4.4.1).



Fonte: Inquérito individual

Figura 4.4.1. Percentagem dos cursos superiores representados na amostra.

4.4.2. Instituições dos cursos superiores

Os arqueólogos com a licenciatura anterior ao processo de Bolonha representam a fatia mais numerosa da amostra de indivíduos que participou no inquérito individual (*vide supra*, ponto 3.5), seguindo-se os outros graus obtidos antes da entrada em vigor do processo de Bolonha.

A esmagadora maioria dos inquiridos obteve o seu último grau académico entre os anos de 2000 e 2014, sendo que quem obteve o grau académico entre 2000 e 2009 constitui 44,8% (*vide supra* Ponto 3.5; Quadro 4.4.1).

Intervalo de anos	Nº	%
anterior a 1980	2	0,35
1980-1989	17	2,97
1990-1999	99	17,31
2000-2009	256	44,76
2010-2014	195	34,09
Sem resposta	3	0,52
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.4.1. Ano de conclusão do grau académico mais elevado.

Esta circunstância relaciona-se, por um lado, com o facto de a comunidade arqueológica, de forma geral, ser ainda muito jovem (relembramos que a média de idades entre os arqueólogos é de 36,8 anos, *vide supra* Ponto 3.3) e, por outro, com o alargamento da concessão de bolsas de doutoramento por parte da FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia – a partir dos anos de 2004 e 2005 (cf. www.fct.pt/estatisticas/bolsas/), facilitando a muitos arqueólogos o acesso aos meios de financiamento necessários para a sua formação académica.

Os estabelecimentos de ensino superior portugueses continuam a ser os preferidos dos estudantes de Arqueologia, sendo a Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa a instituição que formou a maior parte dos arqueólogos (21,5% dos inquiridos), seguida de muito perto pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto com 20,1%, já a alguma distância da Faculdade de Letras de Coimbra que formou 16,3% dos arqueólogos, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que é responsável pela formação de 10,1% dos inquiridos, a Universidade do Minho de 5,8%, e a Universidade de Évora, de 4,9%. Ainda no lote das instituições portuguesas, foram frequentadas as universidades privadas e aquelas que não lecionam cursos de Arqueologia, mas que, devido à necessidade da diversificação de funções dos arqueólogos, são também muito procuradas.

Quanto às universidades estrangeiras são preferidas sobretudo para a obtenção de graus pós-licenciatura como mestrados e doutoramentos. Em primeiro lugar, são procurados os estabelecimentos de ensino de Espanha. Em segundo plano seguem as universidades da restante Europa, onde se destacam os estabelecimentos de ensino ingleses. As universidades do continente americano (Estados Unidos e Brasil), também se constituem, embora em percentagens muito reduzidas, como estabelecimentos que formaram arqueólogos que trabalham em Portugal (Anexo III).

4.5. Formação profissional contínua

A *formação profissional contínua*, nos inquéritos realizados, foi entendida como toda e qualquer ação de formação realizada após a obtenção do grau de licenciatura, destinada à especialização numa determinada área pertinente para o desenvolvimento da atividade de arqueólogo ou ao aprofundamento de técnicas de investigação em Arqueologia, regulada ou não pelo Ministério da Educação e/ou Ensino Superior.

A formação profissional contínua é fundamental para a atividade dos arqueólogos porque a especialização impôs-se como uma necessidade criada pela Arqueologia Profissional, mesmo não estando prevista na legislação em vigor nem contemplada nos currícula das licenciaturas ou mestrados. Além disso, o desenvolvimento da Sociedade da Informação, mercê da introdução das chamadas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), na modelação das relações sociais, económicas e políticas (Kovács, 2006), contemporâneas, tem o seu reflexo na Arqueologia, havendo, por isso, uma grande necessidade de adaptação dos indivíduos às novas tecnologias.

A formação em áreas académicas complementares foi incentivada pela criação, em Portugal, no ano de 1999, de uma estrutura estatal de Arqueociências (Mateus e Moreno-Garcia, 2003), que permitiu estabelecer definitivamente as infraestruturas necessárias (como Laboratórios e Coleções de Referência), para a instituição das disciplinas de Arqueociências nos *currícula* dos diversos graus académicos. Em simultâneo, nos cursos de mestrado das Universidades portuguesas, criou-se uma massa crítica sobre essas matérias e desenvolveram-se relações com o meio empresarial (Almeida e Costa, 2014) de forma a aplicar estas metodologias na Arqueologia de salvamento. Desta forma, temáticas como *técnicas de amostragem em campo* e *estratégias de conservação de ecofactos* são temas muito procurados pela comunidade como ações de formação.

A maioria dos arqueólogos inquiridos (74,5%) afirmaram que fizeram ações de formação após a licenciatura, mas apenas 53,3% as mantêm ao longo da sua atividade profissional. Uma grande parte dos inquiridos (36,7%) fá-las apenas uma vez por ano, porque o valor do rendimento auferido pelos arqueólogos não permite que o façam mais vezes por ano (76,4%), e uma percentagem significativa (21,8%) responde que nunca faz formação profissional contínua (Quadros 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4).

	Nº	%
Sim	426	74,48
Não	133	23,25
Sem resposta	13	2,27
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.5.1. Formação profissional após a licenciatura.

	Nº	%
Sim	305	53,32
Não	260	45,45
Sem resposta	7	1,22
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.5.2. Número de arqueólogos que mantêm ações de formação contínua.

	Nº	%
Nunca	125	21,85
Uma vez por ano	210	36,71
Duas vezes por ano	47	8,22
Mais	64	11,19
Sem resposta	126	22,03
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.5.3. Frequência da formação contínua.

	Nº	%
Sim	437	76,40
Não	117	20,50
Sem resposta	18	3,10
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.5.4. Número de arqueólogos que afirmaram que o valor do rendimento condiciona a frequência das ações de formação

Segundo os dados apurados, as instituições onde os arqueólogos trabalham, por norma, valorizam o facto de os seus colaboradores terem formação contínua e participarem em reuniões ou eventos científicos, não só autorizando a ausência do local de trabalho, como também atribuindo dias pagos para poderem estar disponíveis para participar nessas ações (Quadros 4.5.5, 4.5.6, 4.5.7, 4.5.8, 4.5.9).

Uma larga maioria das instituições que participaram no nosso estudo organiza, por sua conta, ações de formação para os colaboradores, tais como as instituições da administração central e regional, mas também as locais, embora em menor proporção. Parte das empresas de Arqueologia também participa neste esforço; algumas, contudo poucas, têm orçamento próprio para investir na promoção desse tipo de eventos.

As ações de formação mais procuradas são aquelas que se relacionam com as novas tecnologias como *Sistemas de Informação Geográfica, Informática, Programas de Ilustração e Desenho, Fotografia*, mas também *Conservação e Restauro e Ciências Humanas e Sociais* (Figura 4.5.1).

	EA	AC	AR	CI	MN	MR	U
Sim	21	5	1	7	2	2	2
Não	1	1					
Sem resposta	1			1			
Total	23	6	1	8	2	2	2

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.5.5. Número de instituições que valoriza a participação dos funcionários em formações e reuniões científicas.

	EA	AC	AR	CI	MN	MR	U
Sim	9	3	1	2	1	1	1
Não	10	3		4		1	2
Não/ aplica	4			2	1		
Total	23	6	1	8	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.5.6. Orçamento disponível para financiar ações de formação para os colaboradores.

	EA	Mun.	AC	AR	CI	MN	MR	U
Sim	14	29	6	1	6	2	2	3
Não	9	18			2			
S/ resposta		6						
Total	23	53	6	1	8	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.5.7. Número de instituições que promovem ações de formação em Arqueologia.

	EA	Mun.	AC	AR	CI	MN	MR	U
Sim	21	46	6	1	7	2	2	3
Não	1	4			1			
S/resposta	1	3						
Total	23	53	6	1	8	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.5.8. Autorização para fazer ações de formação por iniciativa do arqueólogo.

	EA	Mun.	AC	AR	CI	MN	MN	U
<3				1				
3-10	7	14	3		2	1	1	1
11-20	1	2	1		1			
21-30	5	2			1			2
31-40								
41--50		1	1					
>50	1	1						
S/resposta	9	33	1		4	1	1	
Total	23	53	6	1	4	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.5.9. Dias de autorização concedidos para ações de formação.

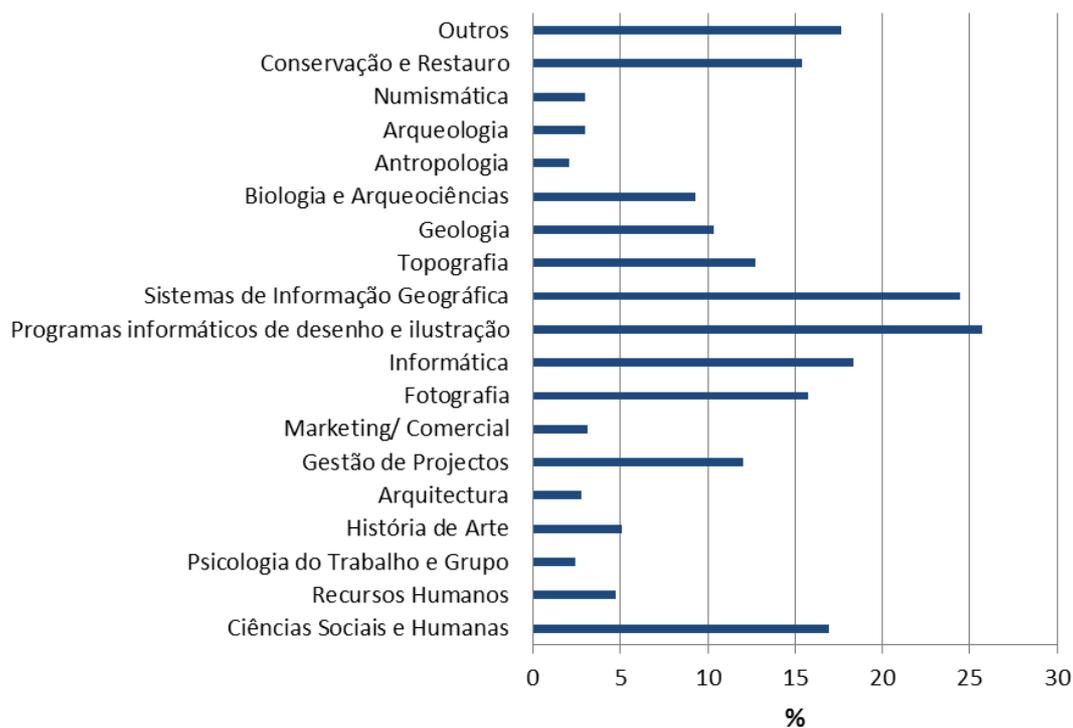
De acordo com os dados disponíveis a formação pós-licenciatura dos arqueólogos inquiridos tem vindo a ser direcionada para duas áreas de natureza distinta: por um lado, a prossecução de estudos académicos e, por outro, a realização de formação não académica, de carácter mais técnico, como a *Numismática*, *Topografia*, *Sistemas de Informação Geográfica*, formação em *Informática* e *programas de desenho e ilustração*, *fotografia*, *Psicologia do Trabalho de Grupo* e *Recursos Humanos* (Quadro 4.5.10).

Cada um dos arqueólogos foi convidado a indicar todas as áreas do conhecimento no qual obtiveram formação após a licenciatura, ao qual acederam 438 arqueólogos (76,5%). A leitura dos dados aponta para que cada um dos arqueólogos que aceitou responder à questão indicou mais de duas áreas do conhecimento (o total de áreas do conhecimento indicadas pelos inquiridos ascendeu a 1172), no qual obteve formação técnica adicional para o bom exercício da profissão. Em alternativa, estes dados poderão indicar, porém, que os arqueólogos têm procurado diversificar as suas áreas de conhecimento de forma a aumentar a sua empregabilidade em áreas distintas da sua formação original, tendo em conta a instabilidade sentida no exercício da profissão de arqueólogo.

Áreas de formação	Nº	%
Ciências Sociais e Humanas	97	16,96
Recursos Humanos	27	4,72
Psicologia do Trabalho e Grupo	14	2,45
História de Arte	29	5,07
Arquitetura	16	2,8
Gestão de Projetos	69	12,06
Marketing/ Comercial	18	3,15
Fotografia	90	15,73
Informática	105	18,36
Programas informáticos de desenho e ilustração	147	25,7
Sistemas de Informação Geográfica	140	24,48
Topografia	73	12,76
Geologia	59	10,31
Biologia e Arqueociências	53	9,27
Antropologia	12	2,1
Arqueologia	17	2,97
Numismática	17	2,97
Conservação e Restauro	88	15,38
Outros	101	17,66
Total de áreas de formação apontadas	1172	-
Total de respostas	438	76,57
Sem resposta	134	23,43
Total de inquiridos	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.5.10. Áreas de formação efetuadas pelos arqueólogos.



Fonte: Inquérito às instituições

Figura 4.5.1. Áreas de formação efectuadas pelos arqueólogos.

4.6. Diversidade de funções

O diagnóstico do perfil de funções dos arqueólogos foi efetuado a partir de duas origens de dados; por um lado, o inquérito aos indivíduos e, por outro, o das instituições. No inquérito individual pedimos que nos indicassem as três principais funções que desempenham com maior frequência na sua atividade profissional e às instituições solicitámos que nos indicassem as principais ocupações dos arqueólogos que trabalham na organização.

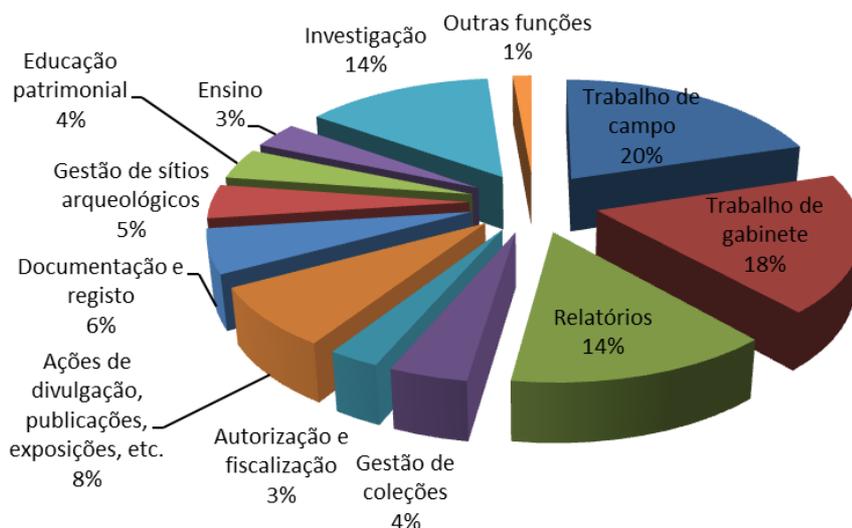
Os colegas arqueólogos inquiridos indicaram, na esmagadora maioria (71,9%), que desenvolvem atividades de *trabalho de campo*, mas também *trabalho de gabinete* (64,9%), e *relatórios* (49,5%), ou seja dedicam-se a realizar intervenções arqueológicas e tarefas subsequentes. A *investigação* é outra função a que os arqueólogos se dedicam, numa percentagem que ronda os 49%. Seguem-se as ações de *divulgação*, *publicação*, *exposições*, etc. que foram apontadas por 28,2% dos profissionais como sendo uma atividade que desempenham com frequência, muito perto da percentagem em que as tarefas de *documentação e registo* estão representadas, por cerca de 20% dos inquiridos. A *gestão de sítios arqueológicos* constitui uma atividade que está ao cuidado de cerca de 16% dos arqueólogos e a *gestão de coleções* é uma tarefa desenvolvida por 14,7% dos inquiridos. A *educação patrimonial* ocupa ainda cerca de 14,5% dos arqueólogos inquiridos, e o *ensino*, 12,2%. A *autorização e fiscalização de trabalhos arqueológicos*, tarefa atribuída aos setores da administração local, regional e central foram apontadas por 9,6% dos arqueólogos inquiridos. Uma pequena percentagem de inquiridos (5%) respondeu que desenvolve outras tarefas, (Quadro 4.6.1 e Figura e 4.6.1).

A baixa frequência de arqueólogos a dedicarem-se a atividades como a *gestão de coleções*, *gestão de sítios arqueológicos*, *ações de divulgação* e *educação patrimonial* e as elevadas percentagens de arqueólogos dedicados ao *trabalho de campo* aponta para uma Arqueologia muito vocacionada para o salvamento patrimonial, sendo claramente secundarizada uma Arqueologia socializada e voltada para a comunidade.

Funções	Nº	%
Trabalho de campo	411	71,85
Trabalho de gabinete	371	64,86
Relatórios	283	49,48
Gestão de coleções	84	14,69
Autorização e fiscalização	55	9,62
Ações de divulgação, publicações, exposições, etc.	161	28,15
Documentação e registo	118	20,63
Gestão de sítios arqueológicos	91	15,91
Educação patrimonial	83	14,51
Ensino	70	12,24
Investigação	280	48,95
Outras funções	28	4,90
Total de respostas	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.6.1. Atividades desenvolvidas pelos arqueólogos (cada indivíduo indicou três funções).



Fonte: Inquérito individual

Figura 4.6.1. Funções que os arqueólogos mais desenvolvem na sua atividade.

A informação obtida no inquérito individual aos arqueólogos sobre o tipo de funções que exercem é corroborada pelas respostas das instituições onde trabalham. Embora o leque de tarefas desempenhadas seja em todos os casos muito variado, regista-se, de facto, que as principais ocupações dos profissionais de Arqueologia estão relacionadas com o *trabalho de campo* e com as atividades daí decorrentes, como o *trabalho de gabinete* e *tratamento de materiais arqueológicos* bem como a *elaboração dos respetivos relatórios*. As únicas exceções são o organismo de administração regional dos Açores e os museus nacionais, cujos colaboradores arqueólogos se dedicam a outras atividades (Quadro 4.6.2).

	EA	Min.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Trabalho de campo	20	38	7	2	0	2	1	0	2	3
Investigação	7	36	7	4	0	2	2	1	1	3
Elaboração de relatórios	21	38	4	2	0	1	2		2	3
Documentação e registo	12	34	5	1	1	1	2	1	1	3
Gestão de base de dados	10	33	4	3	1	1	1	1	1	3
Tratamento de materiais arqueológicos	14	30	5	1	0	0	1	1	2	3
Valorização de sítios arqueológicos	5	34	2	3	1	0	0	1	1	2
Publicações	9	26	7	0	1	1	2	1	2	3
Exposições	4	35	7	0	1	1	2	1	2	3
Educação patrimonial	1	30	4	3	1	1	2	1	1	2
Outras ações de comunicação e divulgação	5	23	3	1	1	1	1	1	1	1
Gestão de projetos	8	21	4	1	0	1	1	1	1	2
Comercial	6	0	0	0	0	1	0	0	0	0
Gestão e administração	7	7	0	3	0	1	1	0	0	0
Gestão de processos de licenciamento	2	15	1	2	1	0	1	0	0	0
Direção/Chefia em cargo de administração	7	4	3	3	0	0	1	1	0	1
Museografia	2	26	2	1	0	0	2	1	1	0
Outras atividades	0	3	4	1			2	1	1	2
Nº de Respostas	23	49	8	6	1	2	2	1	0	3
Sem resposta	0	4	0	0	0	0	0	1	0	0

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.6.2. Funções que os arqueólogos desenvolvem nas instituições onde trabalham.

Comparativamente, os arqueólogos apresentam maior diversidade de funções nas **autarquias e nas empresas de arqueologia** do que nas outras instituições. Em contexto autárquico, para além do *trabalho de campo*, *tratamento de materiais* e *elaboração de relatórios*, têm um lugar de destaque as ações de *divulgação*, *exposições*, *publicações*, *educação patrimonial*, *valorização de sítios arqueológicos*, *gestão de bases de dados* e *museografia*, tarefas muito importantes a nível municipal, fazendo a “ponte” entre o património e a comunidade local (Figura 4.6.2).



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 4.6.2. Funções que os arqueólogos desenvolvem nas autarquias.

Nas **empresas de Arqueologia**, as mais importantes funções de arqueólogo (para além das tarefas já mencionadas, relacionadas com o *trabalho de campo*) são a *gestão de projetos*, as tarefas de *gestão e administração* e as atividades no âmbito *comercial*, que são significativas para os profissionais do setor privado. Contudo, as respostas das instituições apontam para que, em âmbito empresarial, os arqueólogos também se dediquem à *investigação*, *publicação*, *ações de divulgação*, e outras atividades, conforme os projetos em que as empresas estejam envolvidas, nomeadamente no que diz respeito à *conservação e restauro* (Figura 4.6.3).



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 4.6.3. Funções que os arqueólogos desempenham dentro das empresas de Arqueologia.

Nos **centros de investigação**, além do *trabalho de campo* e *tratamento de materiais* a principal atividade é, naturalmente, a *investigação* e *publicação de resultados*, além de promoção de *exposições*, e *outras ações de divulgação*, mas também *documentação e registo*, *gestão de bases de dados* e *gestão de projetos*. Além destas funções, as

equipas de alguns centros de investigação podem ainda dedicar-se à *educação patrimonial* e a *museografia* o que poderá, eventualmente, relacionar-se com as temáticas a que os diferentes centros se dedicam.

Nas instituições da **administração central**, os arqueólogos não se dedicam à atividade *comercial*, não efetuam publicações nem exposições e só uma organização declarou dedicar-se ao tratamento de materiais arqueológicos. A legislação em vigor (nº3, artigo 16º, DL 270/99) determina que a administração central tem a competência de proceder ao armazenamento dos materiais arqueológicos recolhidos nas intervenções arqueológicas em reservas adequadas e o que seria de esperar era que todas as organizações do Estado se dedicassem à gestão e tratamento de coleções arqueológicas, fato que não se verifica como é atestado pelo reduzido tempo de afetação dos seus arqueólogos a tais tarefas.

Quanto à atividade dos arqueólogos na **administração local** é bastante diversificada, estando assinaladas todas as atividades listadas no inquérito à exceção da atividade comercial (Quadro 4.6.2 e Figura 4.6.2).

Os arqueólogos integrados em **museus** dedicam-se às tarefas de *divulgação, educação patrimonial, gestão de bases de dados, documentação e registo, valorização de sítios arqueológicos*. Apenas os dois museus regionais também se dedicam a *trabalhos de campo* e a *investigação*.

O leque de funções desempenhadas pelos **arqueólogos nas universidades** também é bastante variado, destacando-se o *ensino, trabalho de campo, tratamento de materiais arqueológicos, elaboração de relatórios, gestão de bases de dados, documentação e registo, publicação de resultados e valorização de sítios arqueológicos*. Apontada por menos universidades está também a *gestão de projetos, ações de educação patrimonial e ações de divulgação*.

Apesar da diversidade de funções a que um arqueólogo atualmente se dedica, a comunidade de profissionais que aceitou o desafio de responder ao nosso inquérito individual, dividiu-se em dois grandes grupos quando questionada acerca da forma como via a sua atividade profissional (Figura 4.6.4): técnicos, por um lado (43%) e investigadores (42%), por outro. Existem ainda outros pequenos grupos que se consideram como gestores, que constituem cerca de 5%, e como comerciais, 2% dos inquiridos. Naturalmente, a atividade comercial é uma tarefa quase exclusivamente desempenhada em contexto empresarial (Quadro 4.6.2), apesar do número reduzido de empresas que afirmaram ter arqueólogos afetos a esse tipo de funções. Dessa forma, é natural que o número de arqueólogos que se considera como comercial seja diminuto.

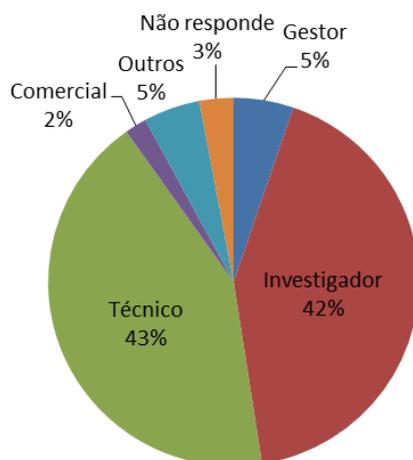
A leitura dos dados aponta, igualmente, para que algumas funções essenciais como gestão de coleções arqueológicas, onde se incluem atividades como o tratamento, o inventário e catalogação dos materiais arqueológicos que saem das muitas intervenções arqueológicas, bem como a educação patrimonial e divulgação (ambas com apenas 12%), sejam pouco representativas no universo das funções

desempenhadas pelos arqueólogos portugueses, factos que retratam uma Arqueologia pouco enraizada socialmente.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Arqueólogo	4	1,32	1	0,37	5	0,87
Arqueógrafo	0	0	1	0,37	1	0,17
Estudante	0	0	1	0,37	1	0,17
"Faz Tudo"	1	0,33	1	0,37	2	0,35
Um misto de tudo	1	0,33	1	0,37	2	0,35
Abandonado	0	0	1	0,37	1	0,17
Escravo	1	0,33	1	0,37	2	0,35
Cientista humano	0	0	1	0,37	1	0,17
Comercial	8	2,64	3	1,12	11	1,92
Consultor	0	0	1	0,37	1	0,17
Docente	1	0,33	2	0,74	3	0,52
Formador	0	0	2	0,74	2	0,35
Gestor	14	4,62	16	5,95	30	5,24
Investigador	128	42,24	114	42,38	242	42,31
Técnico superior de arq. Preventiva	1	0,33	1	0,37	2	0,35
Investigador/comercial	1	0,33	0	0	1	0,17
Técnico	131	43,23	113	42,01	244	42,66
Técnico/Investigador	0	0	1	0,37	1	0,17
Técnico/Gestor/comercial	1	0,33	1	0,37	2	0,35
Instrutor	1	0,33	0	0	1	0,17
Não responde	10	3,3	7	2,6	17	2,97
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.6.3. Como se consideram os arqueólogos na sua atividade profissional.



Fonte: Inquérito individual

Figura 4.6.4. Como se consideram os arqueólogos.

4.7. Carências de competências

Apesar do leque variado de funções desempenhadas por arqueólogos, as organizações apontaram carências de competências na formação acadêmica dos seus colaboradores, sobretudo sentidas no exercício da chamada Arqueologia Preventiva e de Salvamento, e motivadas, também, pela crescente especialização dos arqueólogos.

As falhas sentidas em formação específica centram-se nas especialidades que são mais solicitadas, quer em número como em tipo de instituição: o *desenho arqueológico*, os *Sistemas de Informação Geográfica*, a *Informática*, a *Topografia* e, a *Conservação e Restauro*, área que é reclamada por seis autarquias, uma empresa de Arqueologia e um museu nacional. Seguem-se áreas como a *Fotografia*, especialistas em gestão de *bases de dados*, e em *AutoCad*. São sentidas necessidades na área da *comunicação*, *metodologia de campo*, e também formação em *legislação patrimonial*, sobretudo a nível estatal.

Outras especialidades requeridas são, na área da gestão, a *gestão de projetos* e *gestão patrimonial*. Mas também é referida a necessidade de especialistas em *Arqueologia da Arquitetura*, *Turismo*, *Programas Informáticos de desenho e ilustração* e *comunicação social*.

As autarquias apontam necessidades em especialistas de *Conservação Preventiva*, *Arqueologia Pública*, *Arqueologia Subaquática*, *valorização de sítios arqueológicos* e em *materiais arqueológicos*. As empresas de Arqueologia apontam lacunas de especialistas em *Geologia*, *Recursos Humanos* e *Higiene e Segurança no Trabalho*.

No cômputo geral, contudo, o *desenho arqueológico*, a *Informática*, os *Sistemas de Informação Geográfica*, a *Topografia* e a *Conservação e Restauro* são as áreas mais referenciadas pelas instituições inquiridas (Quadro 4.7.1).

*	EA	Min.	CI	AC	EE	F	MN	U
Topografia	4	3			1			
Desenho arqueológico	4	7		1			1	
Fotografia	2	1		1	1			
Informática	7	3						
Gestão	1					1		
Gestão de projetos	2	1						
Gestão patrimonial		3						
Materiais arqueológicos		3						
Museologia	1	4						
Arqueologia da arquitetura	1	1						
SIG	2	9	1					1
Comunicação		2				1		1
Bases dados		3		1				1
AutoCad	2	3			1			
Metodologia de campo	1	2	1					
Conservação e restauro	1	6					1	
Conservação preventiva		4	1					
Geologia	2			1				
Arqueologia pública		2						
Recursos humanos	2							
Arqueologia subaquática		2						
Valorização sítios arqueológicos		3						
Legislação patrimonial	1	2		1				
Turismo	1	1						
Programas informáticos de desenho e ilustração	1	2						
Comunicação social	1	1						
Outros	5	11	2		1			2
Total	42	80	5	7	4	4	2	5
Sem resposta	10	29	4	4	1	1	1	2

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

*Os museus regionais e a organização de administração regional não responderam a esta questão e, por isso, não constam do quadro.

Quadro 4.7.1. Carências de competências indicadas pelas instituições.

4.8. Salários, rendimento bruto e receitas das empresas de Arqueologia

O salário corresponde ao valor pago a um trabalhador em troca de um determinado trabalho prestado e reflete as características produtivas do trabalhador (Centeno, 2013). Na análise às condições de trabalho aplicamos o conceito “salário” às remunerações brutas fixas pagas pelos empregadores de Arqueologia a cargos e tarefas desempenhadas por arqueólogos dentro daquela instituição, que corresponde ao valor de um determinado perfil de funções. Os dados do inquérito às instituições serviram de base de análise.

O rendimento bruto, tal como o salário, corresponde à remuneração em dinheiro paga mensalmente ao trabalhador antes da dedução de impostos e prestações sociais a pagar pelo trabalhador e retido pelo empregador, sendo que todos os bónus como os subsídios (de férias, de Natal, etc.) e prémios são excluídos (www.pordata.pt). O conceito foi aplicado, na nossa avaliação, à remuneração auferida pelo trabalhador que, no caso dos arqueólogos, pode ou não corresponder a uma única prestação de trabalho. No caso dos arqueólogos trabalhadores independentes, prestadores de serviços a várias entidades, o seu rendimento anual corresponde ao pagamento dos vários serviços prestados.

No sentido de estabelecer comparações entre os valores recebidos pelo trabalho de vários trabalhadores da mesma categoria profissional, mas de diferentes setores da economia, foi ainda utilizado um terceiro conceito - o ganho. O ganho corresponde ao montante líquido recebido em dinheiro e/ou géneros, pago ao trabalhador, com carácter regular em relação ao período de referência, por tempo trabalhado ou tempo fornecido no período normal e extraordinário. Inclui também o pagamento de férias, feriados e outras ausências pagas (www.pordata.pt). Este valor mede o ganho total mensal ou anual de todos os trabalhadores dos setores público e privado com a mesma categoria profissional.

A receita das empresas corresponde ao produto obtido com a “venda” dos serviços prestados pelas empresas de Arqueologia, antes da dedução dos respetivos impostos. Trata-se de um indicador importante para a avaliação da evolução do mercado de trabalho privado do setor da Arqueologia.

Neste subcapítulo trataremos, em primeiro lugar, dos salários pagos aos arqueólogos pelas entidades empregadoras dos setores público e privado, e os seus valores e flutuações ao longo do período entre os anos de 2008 e 2013. Segue-se a análise dos rendimentos auferidos pelos arqueólogos, numa perspetiva comparativa com os valores auferidos pela restante população portuguesa e pelos técnicos superiores dos outros setores da economia. Por último, observaremos a evolução da receita das empresas desde 2008, como indicador dos efeitos da crise no setor.

4.8.1. Salários

No Mercado de Trabalho, um salário corresponde ao preço pago pela transação de um serviço (trabalho) que é útil à empresa e cuja quantidade é medida em número de horas, refletindo a produtividade do trabalhador. Nas sociedades contemporâneas a relação estabelecida entre o trabalhador e o empregador é longa e o serviço prestado é alterado ao longo desse período, em virtude de investimentos do empregador ou do empregado. O salário influencia o que o empregado produz, gerando sucesso para a empresa, e não deverá ser cortado para ajustamentos estruturais (Centeno, 2013), ao contrário do que aconteceu durante o *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro* a Portugal.

O *Programa de Ajustamento Económico e Financeiro*, iniciado em Portugal em maio de 2011 e terminado em maio de 2014, preconizava como fonte de receita para reduzir o

défice público a subida dos impostos sobre o trabalho, especialmente na Administração Pública, que foi sendo agravada durante o Programa de Ajustamento, e que se deverá encontrar em vigor até 2018 (Ministério das Finanças, 2014). Daqui resultou uma redução efetiva dos salários pagos na Administração Pública e no sector privado e conseqüente perda de poder de compra.

Por outro lado, a atividade económica registou uma contração de 3,2% do PIB em 2012 e 1,4% do PIB em 2013 (Ministério das Finanças, 2014). O setor da Arqueologia, naturalmente, foi amplamente afetado, tendo-se registado perdas acentuadas de receita nas empresas de Arqueologia, mercê do desinvestimento de entidades privadas e públicas, sendo de destacar a forte redução de investimentos do Estado em obras públicas (*vide infra*, Ponto 4.8.3).

Segundo o inquérito que a APA promoveu junto das organizações que empregam arqueólogos, o **salário médio mensal bruto** está maioritariamente entre os 1000 e os 1500 euros mensais, sendo que, no caso das empresas de Arqueologia, se verifica uma tendência mais acentuada em fixar-se entre os 1000 e os 1299 euros mensais (Quadro 4.8.1).

	Mun.	AC	AR	CI	U	MR	MN	F	EA	EE
<800	8			2					1	
800-999	5				1				4	
1000-1299	15			1	1			1	11	
1300-1500	18	2	1	1		1		1	5	1
>1500	3	5		3	2					1
S/resposta	4			1		1	2		2	
Total	53	6	1	8	4	2	2	2	23	2

Fonte: Inquérito às instituições.

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.8.1. Número de instituições que indicaram os escalões de salário médio mensal bruto pagos aos arqueólogos seus trabalhadores.

Ao contrário dos valores médios, os **valores mínimos e máximos de salários** variam muito, não se encontrando uma concentração evidente de pessoas recebendo salários num determinado intervalo. Tais diferenças salariais poderão relacionar-se com a antiguidade dos funcionários nos cargos que ocupam.

	Mun.	AC	AR	CI	U	MR	MN	F	EA	EE
<500	3			1						
500-599	3	1							2	
600-699	4			1					5	
700-799	7	1		2	1				2	
800-899	2								5	
900-999								1	4	
>1000	11	4	1	2		1			3	2
S/resposta	23			2	3	1	2	1	2	2
Total	53	6	1	8	4	2	2	2	23	2

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.8.2. Número de instituições que indicaram os escalões de salário mínimo mensal bruto pago pelas instituições aos arqueólogos seus trabalhadores.

	Mun.	AC	AR	CI	U	MR	MN	F	EA	EE
< 600	2			1					1	
600-699	2								1	
700-799										
800-899	2								1	
900-999										
1000-1099				1	1				1	
1100-1199	1								1	
1200-1299	6								3	
1300-1399	5								3	1
1400-1499	7		1						1	
1500-1599	2								1	
1600-1699	1					1				
1700-1799	1								1	
1800-1899	1								2	
1900-1999									1	
2000-2499	1	1		1	1				3	1
2500-2999	5	3								
>3000		1		3	2			1	1	
S/ resposta	17	1		2		1	2	1	2	
Total	53	6	1	8	4	2	2	2	23	2

Fonte: Inquérito às instituições

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 4.8.3. Número de instituições que indicaram os escalões do salário máximo mensal bruto pago pelas instituições de arqueólogos.

Como tivemos oportunidade de evidenciar no ponto 4.4 (*vide supra*), no universo de arqueólogos questionados, alguns (0,4%) possuem como data de conclusão das licenciaturas a década de 1980, coincidindo com a criação do primeiro organismo dependente do Estado com departamento de Arqueologia (*vide supra* Ponto 1.3). Ao longo das décadas de 1980 e 1990, vários arqueólogos terão iniciado as suas funções no âmbito autárquico (Almeida e Carvalho, 2011). Daí resultou que os primeiros arqueólogos a entrar no mercado de trabalho terão sido os que ocuparam (e ainda hoje ocupam), os cargos da administração central, regional e local. Ora, consoante a carreira profissional em que estavam inseridos e a orgânica do serviço onde desempenhavam as suas funções, estes funcionários viam os seus vencimentos valorizados ao longo da permanência na carreira e subidas de escalões que a administração pública promovia antes do congelamento de progressões em 2012.

Por outro lado, podem estar entre os salários contabilizados (especialmente os salários máximos), arqueólogos que ocupam lugares de chefia e, por isso, auferem vencimentos mais elevados.

Os salários mais baixos pagos a arqueólogos na administração pública podem ser explicados pela contratação externa de serviços nas modalidades de avenças, consultorias, prestação de serviços a recibo verde, e estágios. Por outro lado, os salários indicados como inferiores a 800€ poderão corresponder a contratações de arqueólogos com categorias inferiores à de técnico superior.

A contração da atividade económica levou a que quatro empresas de Arqueologia ajustassem os salários pagos aos seus colaboradores, em ambos os sexos (Quadros 4.8.4 e 4.8.5). Duas reduziram os ordenados em 10%, e as outras duas em 20%. As restantes empresas responderam que não efetuaram qualquer alteração ao nível das remunerações.

	Feminino	Masculino
Sim	4	4
Não	19	18
Não responde	0	1
Total	23	23

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 4.8.4. Número de empresas de Arqueologia que reduziram os salários a arqueólogos.

%	Feminino	Masculino
10%	2	2
20%	2	2
30%	0	0
40%	0	0
50%	0	0

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 4.8.5. Percentagem da redução salarial indicada pelas empresas de Arqueologia.

4.8.2. Rendimento bruto

O rendimento bruto corresponde à quantidade de dinheiro que um indivíduo auferir ao longo de um determinado período de tempo, antes da dedução das quantias devidas a título de impostos e contribuições sociais. No caso do inquérito do DISCO2014, promovido junto dos arqueólogos, 68,5% dos inquiridos afirma que perdeu rendimento nos últimos cinco anos (Quadro 4.8.6), o mesmo tendo sucedido com a generalidade dos portugueses.

	Nº	%
Não	127	22,20
Sim	392	68,53
Sem resposta	53	9,27
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual

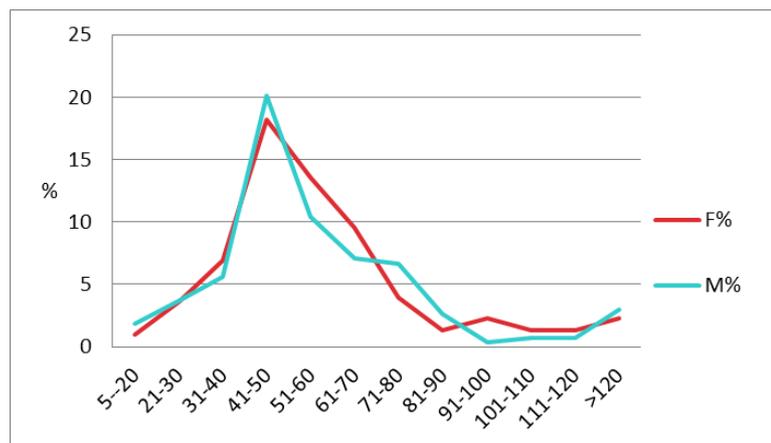
Quadro 4.8.6. Número de arqueólogos com redução de rendimento bruto entre 2008 e 2013.

Quanto à questão relacionada com o valor bruto do rendimento diário em 2013, 205 arqueólogos inibiram-se de dar esta resposta, de modo que as respostas obtidas se reportam a pouco mais de 60% dos inquiridos. De qualquer forma, a maioria daqueles que responderam à questão assumiram, para 2013, um rendimento bruto diário compreendido entre os 40€ e os 70€ brutos, em ambos os géneros (Quadro 4.8.7 e Figura 4.8.1).

Intervalo em €	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<20	3	0,99	5	1,86	8	1,40
21-30	11	3,63	10	3,72	21	3,67
31-40	21	6,93	15	5,58	36	6,29
41-50	55	18,15	54	20,07	109	19,06
51-60	41	13,53	28	10,41	69	12,06
61-70	29	9,57	19	7,06	48	8,39
71-80	12	3,96	18	6,69	30	5,24
81-90	4	1,32	7	2,6	11	1,92
91-100	7	2,31	1	0,37	8	1,40
101-110	4	1,32	2	0,74	6	1,05
111-120	4	1,32	2	0,74	6	1,05
>120	7	2,31	8	2,97	15	2,62
Nº de respostas	198	65,35	169	62,83	367	64,16
Não respondeu	105	34,65	100	37,17	205	35,84
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.8.7. Rendimento bruto diário dos arqueólogos, em 2013.



Fonte: Inquérito individual.

Figura 4.8.1. Rendimento bruto ao dia em 2013.

Os profissionais de Arqueologia inquiridos individualmente foram ainda convidados a responder sobre o valor do seu rendimento bruto anual nos anos de 2008, 2010 e 2013. Nestes casos obtivemos um maior número de respostas (Quadros 4.8.8 a 4.8.10 e Figuras 4.8.2 a 4.8.4).

Do ponto de vista da avaliação da amostra deverá, em primeiro lugar, apontar-se a grande dispersão dos dados, o que revela uma variabilidade muito grande no rendimento bruto anual dos profissionais que se estende entre valores que rondam os 3.000€ e os 30.000€ brutos anuais, à semelhança do que se verificou no valor dos salários pagos pelas instituições.

A maioria dos profissionais (cerca de 25%) auferiu rendimentos entre os 10.000€ e os 15.000€, percentagem que se manteve entre 2008 e 2010 (Quadros 4.8.8 e 4.8.9), mas que, em 2013, decresceu para 23% dos inquiridos. Aliás, em termos globais, poderá observar-se que a quebra de rendimento do setor da Arqueologia foi mais acentuada em 2013 (Quadro 4.8.10), quando a contração da economia teve os seus efeitos mais agudos, notando-se um aumento das percentagens de profissionais que auferiram um rendimento abaixo dos 15.000 €, passando de 52,6%, em 2008, para 56%, em 2013 (Figuras 4.8.2, 4.8.3, 4.8.4, 4.8.5).

Intervalo em €	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<3000	33	10,89	34	12,64	67	11,71
3000-4999	16	5,28	4	1,49	20	3,50
5000-9999	41	13,53	28	10,41	69	12,06
10000-14999	71	23,43	74	27,51	145	25,35
15000-19999	41	13,53	26	9,67	67	11,71
20000-24999	16	5,28	24	8,92	40	6,99
25000-30000	17	5,61	12	4,46	29	5,07
>30000	12	3,96	17	6,32	29	5,07
Nº respostas	247	81,51	219	81,41	466	81,47
Sem resposta	56	18,48	50	18,59	106	18,53
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.8.8. Rendimento anual bruto dos arqueólogos, em 2008.

Intervalo em €	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<3000	36	11,88	15	5,58	51	8,92
3000-4999	13	4,29	14	5,2	27	4,72
5000-9999	39	12,87	37	13,75	76	13,29
10000-14999	76	25,08	71	26,39	147	25,70
15000-19999	37	12,21	29	10,78	66	11,54
20000-24999	27	8,91	19	7,06	46	8,04
2000-30000	8	2,64	15	5,58	23	4,02
>30000	17	5,61	19	7,06	36	6,29
Nº de respostas	253	83,5	219	81,41	472	82,52
Sem resposta	50	16,5	50	18,59	100	17,48
Total	303	100	269	100	572	100

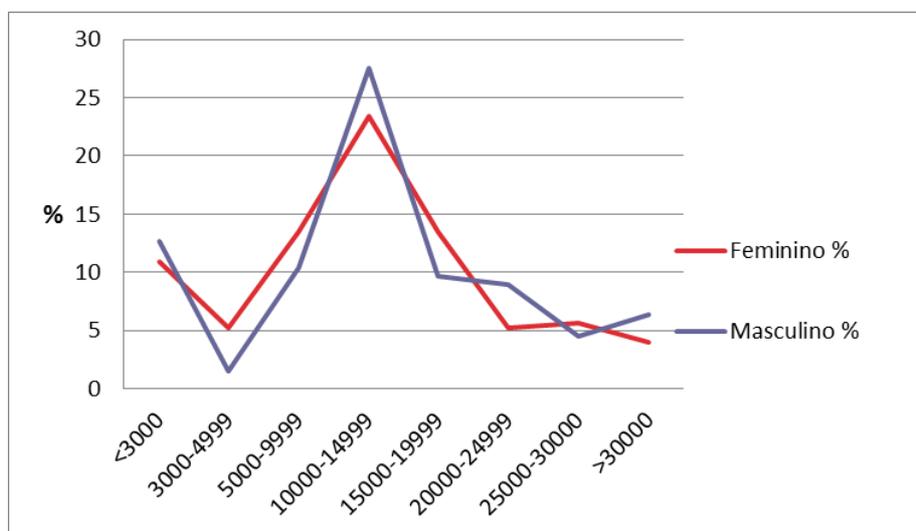
Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.8.9. Rendimento anual bruto dos arqueólogos, em 2010.

Intervalo em €	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
<3000	41	13,53	27	10,04	68	11,89
3000-4999	20	6,6	12	4,46	32	5,59
5000-9999	43	14,19	45	16,73	88	15,38
10000-14999	68	22,44	64	23,79	132	23,08
15000-19999	44	14,52	28	10,41	72	12,59
20000-24999	21	6,93	23	8,55	44	7,69
25000-30000	10	3,3	8	2,97	18	3,15
>30000	13	4,29	20	7,43	33	5,77
Nº respostas	260	85,81	227	84,39	487	85,14
Sem resposta	43	14,19	42	15,61	85	14,86
Total	303	100	269	100	572	100

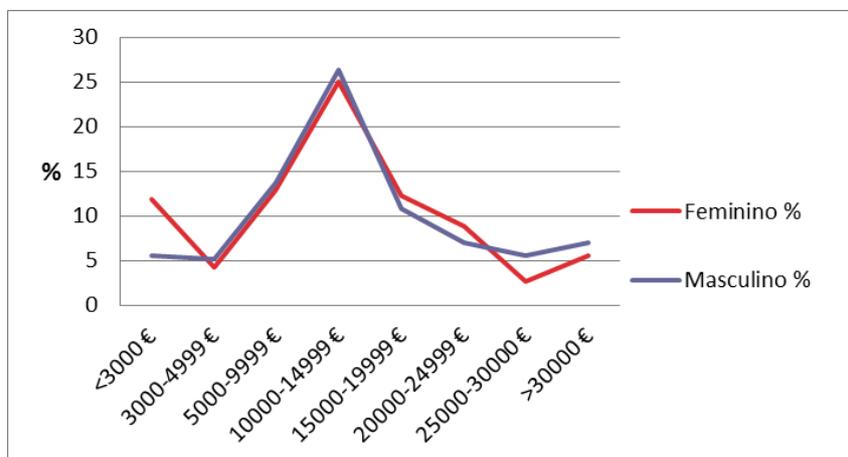
Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.8.10. Rendimento anual bruto dos arqueólogos, em 2013.



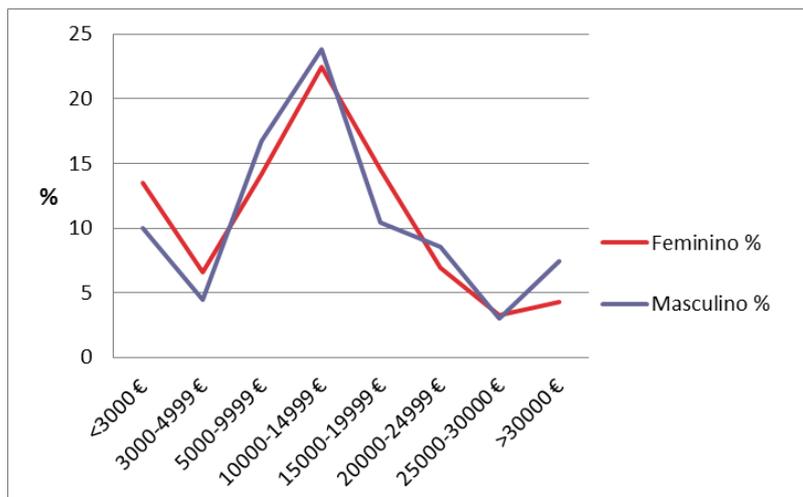
Fonte: Inquérito individual

Figura 4.8.2. Rendimento bruto dos arqueólogos, em 2008.



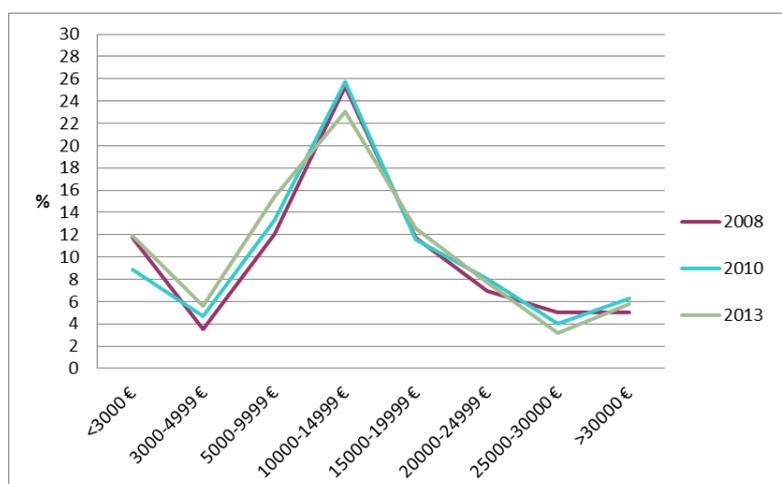
Fonte: Inquérito individual

Figura 4.8.3. Rendimento dos arqueólogos, em 2010.



Fonte: Inquérito individual

Figura 4.8.4. Rendimento dos arqueólogos, em 2013.



Fonte: Inquérito individual

Figura 4.8.5. Evolução do rendimento anual bruto dos Arqueólogos nos anos de 2008, 2010, e 2013.

A quebra do rendimento bruto anual na classe profissional da Arqueologia corresponde a um fenómeno que afetou a generalidade dos profissionais das “atividades de consultoria, científicas e técnicas”, onde se insere a maior parte do trabalho desenvolvido no âmbito da prática profissional de Arqueologia. A média de rendimento por trabalhador na área de atividade de consultadoria, científica e técnica em Portugal registou um aumento em 2009, decaiu em 2010 e voltou a subir ligeiramente em 2011. Infelizmente ainda não estão disponíveis os dados referentes aos anos de 2012 e 2013. Contudo, verifica-se que, no total, a média do rendimento bruto por trabalhador, cresceu entre 2008 e 2011 (Quadro 4.8.11 e Figura 4.8.6).

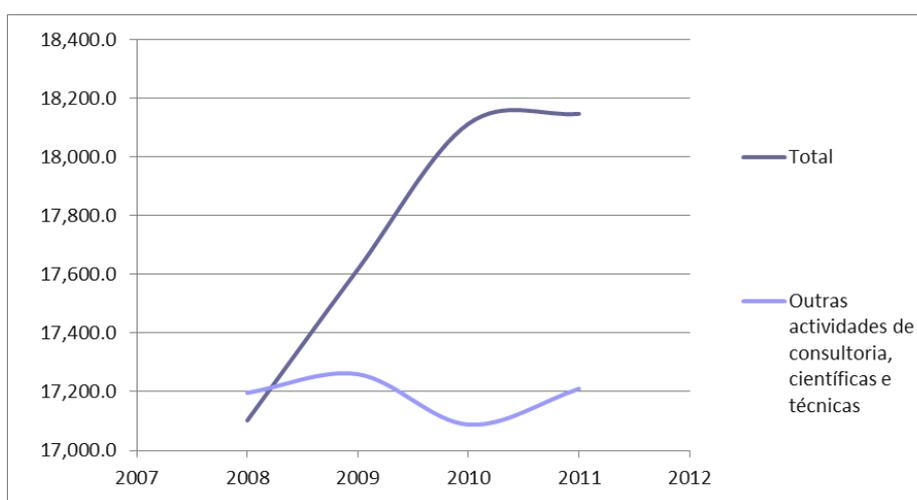
Anos	Total €	Atividades de consultoria, científicas e técnicas €
2008	17 102,4	17 196,1
2009	17 618,2	17 259,8
2010	18 113,6	17 088,3
2011	Pro 18 147,7	Pro 17 210,3

Pro – valor provisório

Fontes de Dados: INE;

Fonte: Pordata

Quadro 4.8.11. Remuneração média por trabalhador ao ano em Portugal: total da população ativa e atividades de consultoria, científicas e técnicas, em euros.⁴



Fontes de Dados: INE;

Fonte: Pordata

Figura 4.8.6. Remuneração média por trabalhador em Portugal: total e atividades de consultoria, científicas e técnicas (€).

Se observarmos o rendimento médio bruto anual disponível por cada agregado familiar português, verificamos que decresceu de 18.300 € em 2010, para 15.900 € em 2012 (Figura 4.8.7) por força da carga fiscal total (impostos diretos e impostos indiretos)⁵. Nesta análise, infelizmente, ainda não é possível ter disponíveis os dados referentes a 2013, mas os indicadores mais recentes do INE (2014), demonstram que a carga fiscal aumentou, em 2013, para 34,9% do PIB, quando no ano anterior tinha ficado pelos 32,4%, e o IRS, o mais importante dos impostos diretos, aumentou o seu peso no cômputo total dos impostos diretos de 63%, em 2012, para 67,3%, em 2013. Ora,

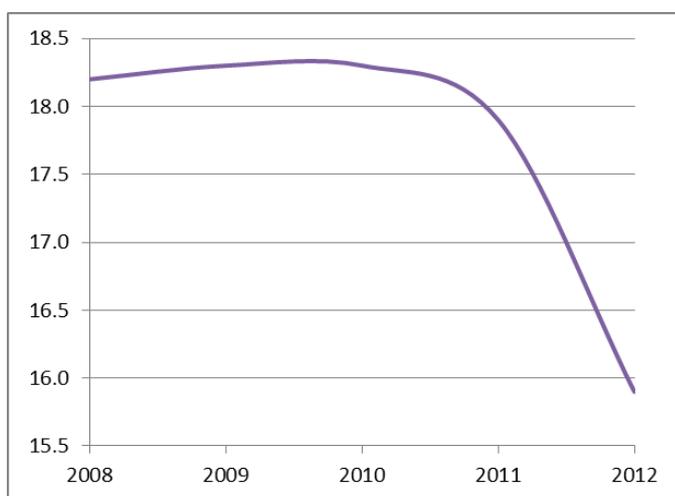
⁴ Os dados do quadro são referentes ao universo de todos os trabalhadores portugueses, incluindo trabalhadores dependentes e independentes, trabalhadores por conta de outrem ou trabalhadores por conta própria e trabalhadores por conta própria como empregador.

⁵ A carga fiscal total passou de 34,5% do PIB em 2010 (INE, 2011) para 33,2% em 2011 (INE, 2013), e de 32,4% em 2012 para 34,9% do PIB em 2013 (INE, 2014).

Os *impostos diretos* são os impostos correntes sobre o rendimento (IRS e IRC), o património (impostos municipais como IMI e IMT), etc.

Os *impostos indiretos* são os impostos à produção, importação, venda, compra (IVA) de bens e serviços (INE e Fundação Francisco Manuel dos Santos).

mantendo-se a tendência de aumento da carga fiscal, pode-se prever que o rendimento disponível continuará a ser baixo.



Fonte: Pordata

Figura 4.8.7. Evolução do valor médio do rendimento bruto dos agregados em Portugal (Modelo1+2 do IRS). Em milhares de euros.

Na leitura dos dados disponíveis dos inquéritos promovidos junto dos arqueólogos, verifica-se que, em 2013, existia uma percentagem significativa de profissionais de Arqueologia que auferia menos de 6.790 € brutos anuais (17,5%, cf. Quadro 4.8.10), o valor anual do salário mínimo nacional (Quadro 4.8.12). Por outro lado, são poucos os arqueólogos que conseguem auferir valores próximos de 2.400 € por mês, que corresponde ao ganho médio mensal⁶ dos “quadros e técnicos superiores” que trabalham por conta de outrem em Portugal em todos os setores da economia (Quadro 4.8.13).

Anos	Salário mínimo geral (mensal) €	Salário mínimo geral (anual) €
2008	426,0	5 964,0
2009	450,0	6 300,0
2010	475,0	6 650,0
2011	485,0	6 790,0
2012	485,0	6 790,0
2013	485,0	6 790,0
2014	485,0	6 790,0

Fonte: Pordata

Quadro 4.8.12. Evolução do salário mínimo geral de Portugal, mensal e anual.

⁶ Inclui o salário bruto mais todos os pagamentos em géneros e dinheiro (prémios, subsídios, gratificações, etc.).

Anos	Quadros superiores €
2008	2 444,8
2009	2 485,6
2010	2 434,7*
2011	2.434,7
2012	2.420,3

* Quebra de série. Não estão incluídos os dados da Região Autónoma dos Açores.

Fontes de Dados: GEP/MSSS (até 2009); GEE/MEE (a partir de 2010) - Quadros de Pessoal

Fonte: Pordata

Quadro 4.8.13. Ganho médio mensal dos quadros superiores que trabalham por conta de outrem em Portugal.

Média do rendimento anual bruto dos arqueólogos	Média anual do rendimento bruto dos portugueses	% do rendimento do arqueólogos relativamente à média dos portugueses	Rendimento médio anual dos técnicos superiores portuguesas a trabalhar por conta de outrem	% do rendimento dos arqueólogos relativamente à média dos técnicos superiores.
12.500 € (2013)	15.900 € (2012)	78%	29.040 (2012)	43%

Fonte rendimento médio anual dos arqueólogos: Inquérito individual

Fonte rendimento médio anual dos salários de empregados por conta de outrem e trabalhadores por conta própria (Modelos 1+2 IRS): PORDATA

Quadro 4.8.14. Comparação do rendimento dos arqueólogos com outras categorias de rendimentos.

Face ao exposto, verifica-se que a média do rendimento anual bruto do arqueólogo, em 2013, seria cerca de 12.500€ (cf. Quadro 4.8.10). Em termos comparativos, verifica-se que é um rendimento substancialmente mais baixo que o rendimento anual bruto por trabalhador que se situava, em 2011, em 18.147€ (cf. Quadro 4.8.11), e do que o ganho anual dos quadros superiores por conta de outrem que, em 2012, era de cerca de 29 040 € (cf. Quadro 4.8.14).

4.8.3 Receita das empresas

Para conhecermos a forma como as empresas de Arqueologia se adaptaram à crise, nomeadamente desenvolvendo outras valências e serviços, a APA procurou saber que percentagem da faturação de cada empresa provinha da atividade arqueológica.

Dez empresas de Arqueologia que responderam ao inquérito das organizações têm atividade arqueológica reduzida, sendo que o rendimento obtido através das atividades de Arqueologia é inferior a 20%. Nove empresas têm uma faturação em Arqueologia entre os 80% e os 99% e apenas uma declarou que todo o rendimento que a empresa auferir provém, na totalidade, da Arqueologia (Quadro 4.8.14).

%	Nº
<20	10
20-39	2
40-59	0
60-79	1
80-99	9
100	1
Total	23

Fonte: Inquérito às instituições.

Quadro 4.8.15. Percentagem da receita provinda da atividade arqueológica em empresas de Arqueologia.

Mais de metade das empresas que participaram no inquérito perderam receita nos últimos cinco anos (Quadro 4.8.15). Uma das empresas declarou numa percentagem de perda de receita entre 10% e 19%, mas sete empresas registaram perdas superiores a 30% da faturação (Quadro 4.8.16).

	Nº
Perdeu receita	14
Não perdeu receita	8
Não responde	1
Total	23

Fonte: Inquérito às instituições.

Quadro 4.8.16. Número de empresas de Arqueologia que perderam receita nos últimos cinco anos.

	Nº
<5%	0
5%-9%	0
10%-19%	1
20%-29%	2
30%-39%	5
>40%	2
Não sabe/não responde	13
Total	23

Fonte: Inquérito às instituições.

Quadro 4.8.17. Percentagem da perda de receita das empresas de Arqueologia.

Na realidade, o setor da Arqueologia privada em Portugal que se dedica eminentemente à Arqueologia Preventiva e de Salvamento encontra-se diretamente ligado à construção civil e à promoção de obras públicas ou privadas. Ora, os dados disponíveis a nível nacional demonstram que o rendimento declarado do setor da construção encontrava-se em queda desde 2004, estagnou em 2008 e 2009, no final do

mandato de José Sócrates à frente do XVII Governo Constitucional, e teve um ligeiro aumento em 2010 (Figura 4.8.8), no início do seu segundo mandato à frente do Governo (XVIII Governo Constitucional). Este reduzido aumento do rendimento na construção decorreu da política económica seguida pelo então primeiro-ministro, que preconizava o aumento do investimento público em obras como uma das formas de combater os efeitos da crise económica e financeira de 2008.

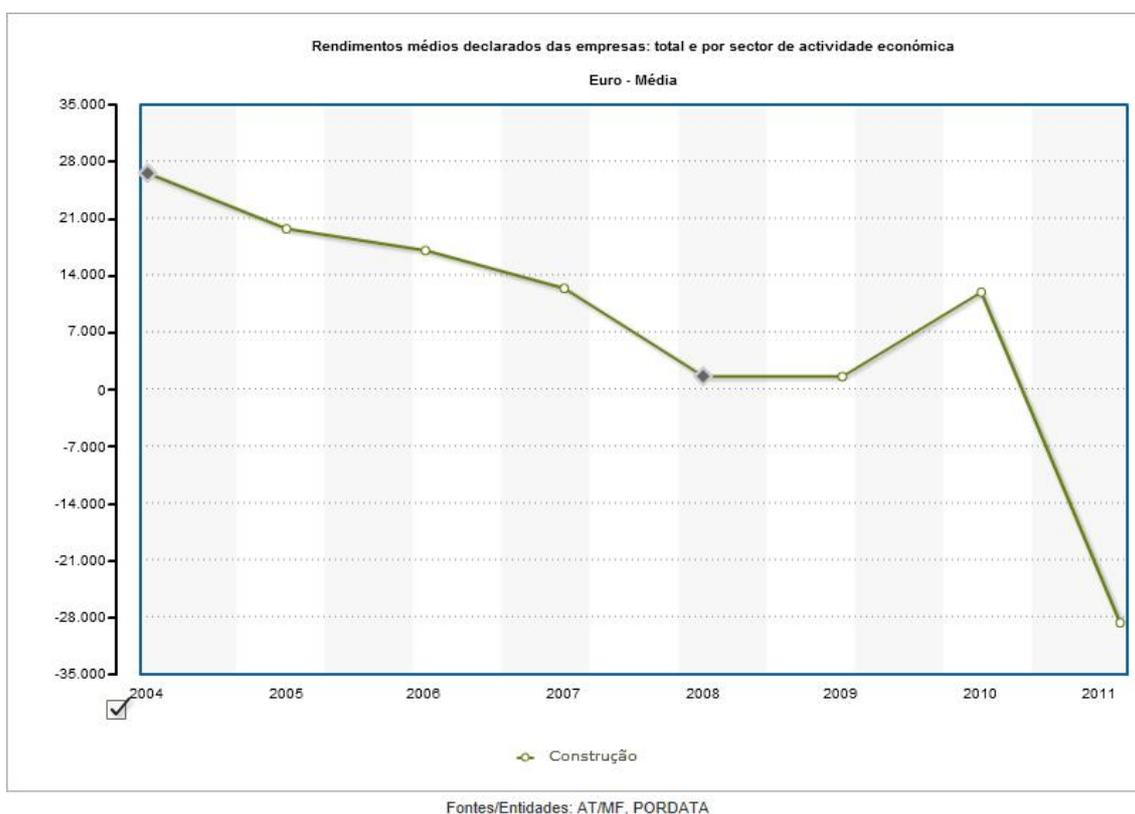


Figura 4.8.8. Evolução dos rendimentos médios declarados pelas empresas do setor da construção.

A crise das dívidas soberanas europeias viria a colocar em causa este modelo económico. A Europa viu-se obrigada a preparar alterações na política económica, com a aplicação de pacotes de austeridade como forma de combater os défices nacionais. Em Portugal, o governo anunciou o primeiro *Pacto de Estabilidade e Crescimento* (PEC), em março de 2010. Um ano mais tarde, em março de 2011, o PEC IV não foi aprovado no parlamento e, como consequência, o governo apresentou a demissão. Em abril, o governo demissionário dirigiu à Comissão Europeia um pedido de assistência financeira. Em maio de 2011, teve início ao *Programa de Assistência Económica e Financeira* a Portugal por parte da Comissão Europeia, Banco Central Europeu e Fundo Monetário Internacional (LUSA, 2011).

Como consequência direta da crise, em 2010, todo o programa de lançamento das novas concessões rodoviárias foi suspenso (Noronha, 2010), e em 2011 e 2012 foram igualmente suspensas as grandes obras, como a construção da autoestrada do Marão em 2011, e do IP8/A26 entre Sines e Beja, em 2012. Esta situação refletiu-se

naturalmente no setor da construção. Em 2011, o rendimento médio declarado pelas empresas de construção civil iria decair abruptamente, atingindo o saldo negativo (Figura 4.8.8), consequência direta da imposição dos Pactos de Estabilidade e Crescimento e do Programa de Ajustamento Financeiro.

Segundo os dados disponíveis na tutela do Património (atual Direção Geral do Património Cultural), sucessivamente consultados por vários autores na tentativa de estabelecer o número de empresas a laborar no setor da Arqueologia, sabemos que em 2004, estavam listadas pela tutela 37 empresas atuando na prestação de serviços nesta área (Valera, 2008). A lista quase duplicou em 2010, para as 58 (Almeida e Costa, 2014), e em 2012 sobe para 85 empresas e instituições que prestam serviço de Arqueologia (Lopes, 2012), (*vide supra* Quadro 1.2.1). Contudo, o número de empresas presentes nos registos da DGPC é cumulativo; isto é, a lista é ampliada sempre que novas entidades enquadram projetos licenciados pela tutela. Por isso, a cada nova consulta da base de dados, o número de empresas foi crescendo, nunca se obtendo um número atualizado e real de empresas a laborar no setor da Arqueologia.

A APA apurou quantas empresas se encontravam efetivamente a trabalhar em Arqueologia. Assim, foi solicitada à Direção Geral do Património Cultural a lista de instituições privadas que atuam no setor e nela constavam 84 instituições de direito privado que laboram em Arqueologia (empresas privadas e associações). Mas o número de empresas agregadas a pedidos de autorização de trabalhos arqueológicos concedidos era, em 2008, de 39 empresas.

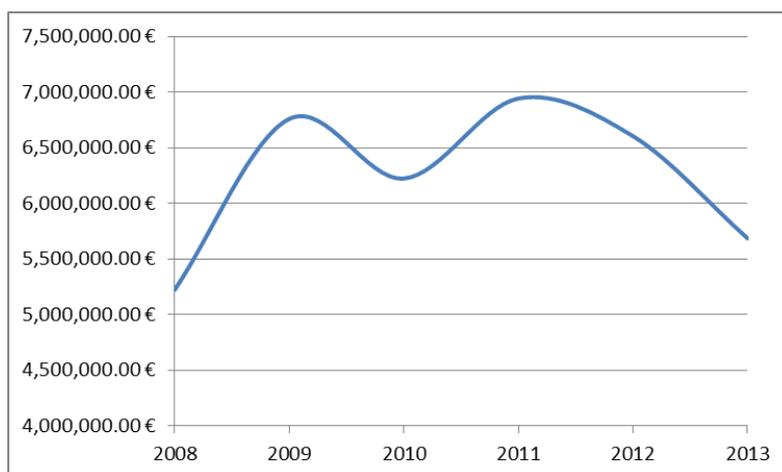
Da lista das 84 instituições fornecida pela DGPC, contactámos as empresas individualmente, via telefone, para saber se ainda se encontravam no ativo. Àquelas a quem foi impossível contactar, percebemos se ainda estavam ou não no ativo através dos pedidos de autorização datados de 2014 e constantes no *Endovelico*. Desta forma, apurámos que existiam, em meados de 2014, 25 empresas de Arqueologia a laborar e assegurámos que a todas foi enviado o inquérito destinado às instituições empregadoras de arqueólogos.

Nos inícios da crise financeira internacional, Portugal tinha, portanto, 39 empresas de Arqueologia a laborar, e, em 2014, esse número baixou para 25.

Das 23 empresas que responderam ao inquérito institucional, 15 responderam à totalidade das questões relacionadas com a evolução da receita em diversos anos, permitindo-nos caracterizar minimamente o tecido empresarial da Arqueologia Nacional. O setor é constituído por micro, pequenas e médias empresas (PME).⁷

⁷Segundo a Recomendação da Comissão Europeia de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas (Comissão Europeia, 2003).

No seu todo, o montante global do rendimento das empresas teve um crescimento acentuado entre 2008 e 2009, especialmente favorecido por duas empresas que apresentaram em 2009 receitas superiores a 1.700.000 €, o máximo atingido nesse período. Em 2010, a situação inverteu-se completamente, para novamente aumentar em 2011, atingindo um máximo de 7.000.000 € em receita acumulada no setor, para de seguida decrescer bastante até 2013, para valores pouco superiores a 5.500.000€. Este decréscimo da faturação nas empresas de Arqueologia é compatível com a situação de crise que se verificou no setor da construção a partir de 2011 (Figura 4.8.9).



Fonte: Inquérito às instituições

Figura 4.8.9. Evolução do volume global de faturação das empresas de Arqueologia em Portugal.

Na realidade, segundo os dados disponíveis, o sector da Arqueologia empresarial é hoje caracterizado por dois grupos de empresas - as que têm um volume de receita acima dos 400.000€ e as que somam receita abaixo dessa fasquia, e que são o grupo mais numeroso (Figura 4.8.11).

As empresas que antes de 2010 apresentavam maiores rendimentos começaram a apresentar quedas que se acentuaram em 2011, chegando estas, nalguns casos, a atingir cerca de 1.000.000€ de decréscimo. No segundo grupo de empresas - as que apresentam ganhos inferiores a 400.000€ - verificaram-se duas situações; por um lado, há empresas que aumentam lentamente as receitas até 2013, sem demonstrar nenhuma quebra (como as empresas A e G); por outro lado, as empresas com queda nos rendimentos em 2010 e 2011, para logo em 2012 corrigirem as perdas de receita e até aumentarem os rendimentos (Quadro 4.8.17 e Figura 4.8.10).

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Empresa A	50 000	50 000	50 000	10 0000	300 000	700 000
Empresa B	495 658	773 520	882 753	1 453 354	1 201 450	745 355
Empresa C	1 470 000	1735 000	1 655 000	1 335 000	1240 000	1120 000
Empresa D	480 000	470 000	620 000	590 000	675 000	780 000
Empresa E	75 000	158 000	171 000	114 000	83 000	134 000
Empresa F	172 114	326 285	243 089	296 519	544 093	284 111
Empresa G	50 000	50 000	80 000	100 000	250 000	500 000
Empresa H	150 000	150 000	150 000	180 000	70 000	55 000
Empresa I	200 000	250 000	300 000	280 000	320 000	400 000
Empresa J	300 000	250 000	150 000	250 000	250 000	150 000
Empresa K	150 000	80 000	30 000	25 000	20 000	10 000
Empresa L	450 000	450 000	550 000	900 000	760 000	675 000
Empresa M	1 130 334	1 736 055	1 160 314	1 160 314	793 410	
Empresa N	50 000	200 000	50 000	100 000	60 000	800 00
Empresa O		81 000	132 000	59 000	37 000	51 500

Quadro 4.8.18. Valores das receitas auferidas por quinze empresas entre 2008 e 2013.

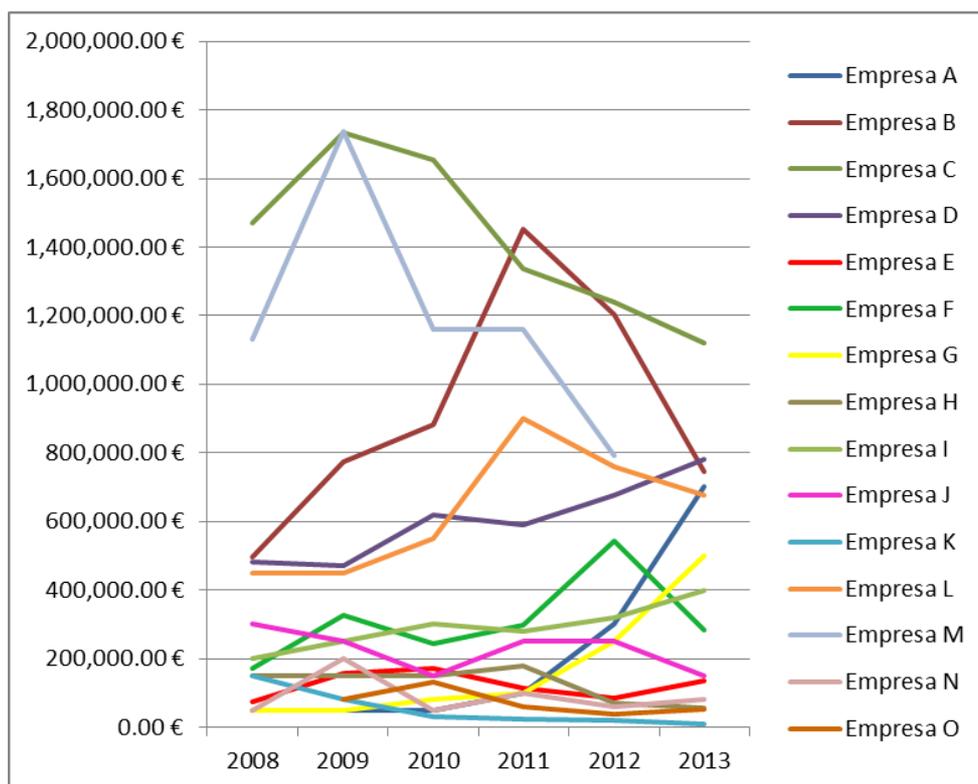


Figura 4.8.10. Evolução do valor da receita em quinze empresas de Arqueologia.

4.9 Caracterização da atividade de arqueólogo

Os centros de investigação que responderam ao inquérito às instituições indicaram ter em atividade um total de 177 arqueólogos. Contudo estes resultados deverão ser encarados com alguma reserva. Na realidade, nem todos os arqueólogos agregados aos centros de investigação possuem um vínculo profissional; com efeito, estas são instituições que não têm meios próprios de financiamento e dependem de investimento do Estado (ou outros), nomeadamente através da FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia. Por outro lado, os arqueólogos agregados aos centros de investigação são:

- a) arqueólogos que auferem de uma bolsa de investigação, também ela atribuída através de fundos públicos, no âmbito das suas investigações;
- b) arqueólogos que beneficiam de uma bolsa para a obtenção dos seus graus académicos, sendo os centros de investigação as instituições de acolhimento;
- c) arqueólogos que têm uma atividade profissional remunerada, mas que estão agregados àquele centro de investigação como colaboradores, no âmbito de projetos de investigação específicos, obrigatoriamente associados a um centro.
- d) docentes universitários que dedicam uma determinada parte do seu tempo à investigação correspondendo aos investigadores integrados nestes diferentes centros.

Aos centros de investigação ligados aos estabelecimentos de ensino estão também agregados os professores universitários que possuem um vínculo contratual com uma universidade ou um instituto politécnico, e não com o centro de investigação propriamente dito.

O número de 177 pessoas apresentado pelos centros de investigação, equivalente a 38,2% do total dos arqueólogos com ocupação profissional, corresponde a uma média de 22,1 elementos por cada centro de investigação, entre bolseiros, investigadores e estudantes.

Os investigadores integrados num centro de investigação e que auferem de uma bolsa não possuem um vínculo de trabalho propriamente dito. Pelo contrário, as bolsas são atribuídas com uma duração máxima, sem direito a renovação, além de um determinado limite previsto no contrato, a um indivíduo que não é trabalhador e por isso não tem regalias sociais (sem direito a subsídios como os de férias, Natal, doença ou desemprego, isentos de impostos e com contribuições para a Segurança Social facultativas).

A relação contratual entre os centros de investigação e os arqueólogos constitui uma realidade diferente das normais relações de trabalho, uma vez que os centros de investigação não constituem um empregador, nem os bolseiros, investigadores integrados ou colaboradores são empregados. Não podemos, portanto, utilizar os números facultados pelos centros de investigação como indicadores de empregabilidade.

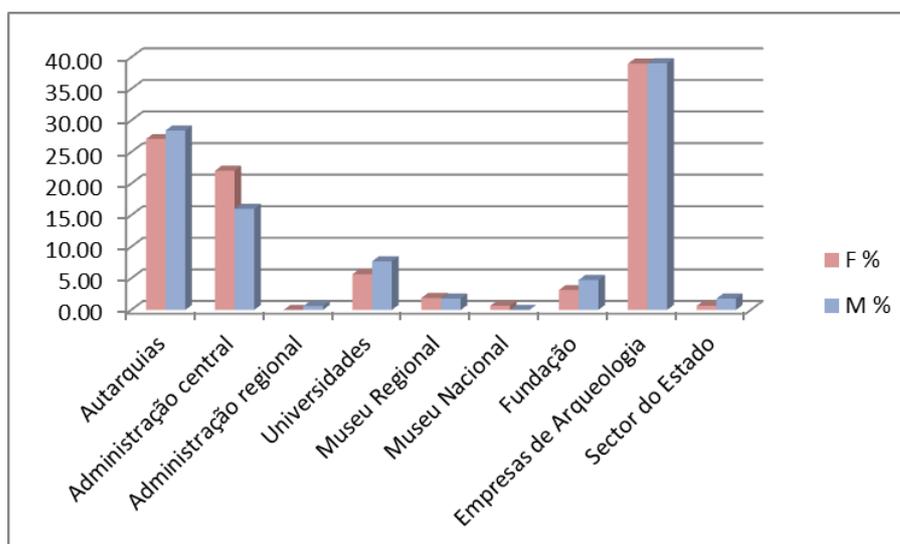
O maior grupo de entidades empregadoras de arqueólogos é constituído por empresas de Arqueologia, que, em conjunto, têm ao seu serviço cerca de 39% dos arqueólogos que responderam ao inquérito individual. Seguem-se as autarquias e os organismos da administração central, com 27,7% e 19% respetivamente.

Os elementos do sexo feminino têm maior empregabilidade no setor do Estado, nas autarquias e na administração central, enquanto no setor privado, no setor empresarial do Estado e nas universidades estão em maioria os elementos do sexo masculino (Quadro 4.9.1).

	Femininos		Masculinos		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Autarquias	43	27.04	48	28.40	91
Administração central	35	22.01	27	15.98	62
Administração regional	0	0.00	1	0.59	1
Universidades	9	5.66	13	7.69	22
Museu Regional	3	1.89	3	1.78	6
Museu Nacional	1	0.63	0	0.00	1
Fundação	5	3.14	8	4.73	13
Empresas de Arqueologia	62	38.99	66	39.05	128
Sector do Estado	1	0.63	3	1.78	4
Total de arqueólogos	159	100	169	100	328

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 4.9.1. Número de arqueólogos existente em cada instituição.



Fonte: Inquérito às instituições

Figura 4.9.1. Distribuição percentual de arqueólogos por instituição.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
não trabalhou	42	13,86	34	12,64	76	13,29
< 1 mês	9	2,97	9	3,35	18	3,15
1-2 meses	18	5,94	15	5,58	33	5,77
2-3 meses	12	3,96	22	8,18	34	5,94
3-6 meses	28	9,24	24	8,92	52	9,09
6-9 meses	25	8,25	15	5,58	40	6,99
9-11meses	18	5,94	17	6,32	35	6,12
1 ano	119	39,27	106	39,41	225	39,34
Sem resposta	32	10,56	27	10,04	59	10,31
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.9.2. Duração do trabalho em Arqueologia no último ano civil.

Para além da distribuição dos laços contratuais dos arqueólogos pelos diversos tipos de instituições, interessa conhecer a mobilidade do profissional de Arqueologia e o impacto que essa mobilidade pode ter na sua vida pessoal e familiar e nas suas opções de vida. Por isso, a APA articulou um conjunto de questões, no âmbito do inquérito individual, no sentido de procurar perceber quais as distâncias percorridas e diferenças na mobilidade entre homens e mulheres arqueólogos, bem como a percentagem de tempo de trabalho efetivo ao longo de um ano civil.

A leitura dos dados demonstra que a maior parte dos inquiridos trabalhou em Arqueologia durante todo o ano civil (39,3%), mas existe uma parte significativa de colegas (c. 33%), que trabalhou menos de um ano de trabalho (Quadro 4.9.3). Sobre a percentagem de tempo de trabalho passado no distrito de residência no último ano, 47% dos inquiridos respondeu zero (0), o que significa que quase metade dos arqueólogos que participaram neste inquérito trabalharam fora do distrito de residência no último ano e apenas 14% responderam que trabalharam entre 80% a 100% do tempo no distrito de residência (Quadro 4.9.4).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
não trabalhou	42	13,86	34	12,64	76	13,29
menos de um mês	9	2,97	9	3,35	18	3,15
1-2	18	5,94	15	5,58	33	5,77
2-3	12	3,96	22	8,18	34	5,94
3-6	28	9,24	24	8,92	52	9,09
6-9	25	8,25	15	5,58	40	6,99
9-11	18	5,94	17	6,32	35	6,12
ano normal de trabalho	119	39,27	106	39,41	225	39,34
Total de respostas	271	89,44	242	89,96	513	89,69
Sem resposta	32	10,56	27	10,04	59	10,31
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.9.3. Duração do trabalho em Arqueologia no último ano civil.

% de tempo	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	131	43,23	141	52,42	272	47,55
1-20	92	30,36	56	20,82	148	25,87
21-40	4	1,32	4	1,49	8	1,40
41-60	6	1,98	14	5,20	20	3,50
61-80	2	0,66	7	2,60	9	1,57
81-100	49	16,17	33	12,27	82	14,34
Total de respostas	284	93,73	255	94,80	539	94,23
Não responde	19	6,27	14	5,20	33	5,77
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito Individual

Quadro 4.9.4. Percentagem de tempo de trabalho no distrito de residência no ano de 2013.

Os homens arqueólogos parecem ser os indivíduos que trabalham mais tempo fora da sua área de residência - cerca de 52,4%, contra 43,2% no caso das mulheres. Contudo, 30% das mulheres informaram ter trabalhado longe do distrito de residência entre 1% e 20% do tempo ocorrido do ano passado, contra 20% no caso dos homens. Apenas 16% das mulheres e 12% dos homens declararam que trabalharam perto das suas áreas de residência entre 80% a 100% do seu tempo. Os dados revelam que existe uma maioria de dois terços de homens e mulheres arqueólogos que trabalham longe de casa durante quase todo o ano, passando pequenos períodos de tempo a trabalhar no distrito de residência.

Verifica-se também que existe uma elevada mobilidade dos profissionais, já que cerca de metade dos indivíduos inquiridos declarou que mudou de região geográfica em trabalho no último ano, havendo, inclusivamente, uma percentagem significativa de profissionais (quase 9%), que afirmou ter mudado de região geográfica mais do que quinze vezes no último ano (Quadro 4.9.5).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	140	46,20	107	39,78	247	43,18
1	21	6,93	21	7,81	42	7,34
02-04	63	20,79	52	19,33	115	20,10
05-07	25	8,25	23	8,55	48	8,39
08-11	7	2,31	17	6,32	24	4,20
01-12	6	1,98	2	0,74	8	1,40
>15	18	5,94	33	12,27	51	8,92
Total de respostas	280	92,41	255	94,80	535	93,53
Não respondeu	23	7,59	14	5,20	37	6,47
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.9.5. Número de vezes que o arqueólogo mudou de região geográfica em trabalho, no ano de 2013.

Outra das questões colocadas relaciona-se com o número de entidades para as quais os arqueólogos trabalharam durante o último ano. Verificou-se que 25% dos inquiridos não respondeu a esta questão, com um número mais elevado no grupo das mulheres.

Cerca de 40% dos inquiridos trabalhou para uma só entidade no último ano, numa percentagem quase igual entre os dois géneros, mas 17,2% das mulheres declarou ter mudado duas vezes de entidade empregadora ou contratante contra 14,9% dos homens. Os indivíduos do sexo masculino mudaram em maior número (três vezes) de entidade empregadora ou contratante do que as mulheres, numa percentagem de 10,7% e 7,3% respetivamente, mas nos casos da mudança de entidade igual ou superior a quatro vezes, voltam a ser as mulheres a apresentar uma maior percentagem (Quadro 4.9.6).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0	18	5,94	17	6,32	35	6,12
1	122	40,26	110	40,89	232	40,56
2	52	17,16	40	14,87	92	16,08
3	22	7,26	29	10,78	51	8,92
4	5	1,65	5	1,86	10	1,75
>4	4	1,32	2	0,74	6	1,05
Total de respostas	223	73,60	203	75,46	426	74,48
Não respondeu	80	26,40	66	24,54	146	25,52
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.9.6. Número de entidades para o qual trabalhou no último ano.

Outro indicador que a APA considerou relevante para aferir a forma como os arqueólogos exercem a sua profissão foi a necessidade de assegurar uma segunda atividade profissional passível de aumentar os seus rendimentos. A esta questão apenas 3,7% dos inquiridos se coibiu de dar resposta, que foi positiva em 35% dos indivíduos. Os homens declararam, em maior percentagem, que se dedicaram uma segunda atividade, num total de 38,7%, contra 32% no caso dos elementos femininos (Quadro 4.9.6).

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	98	32,34	104	38,66	202	35,31
Não	194	64,03	155	57,62	349	61,01
Não respondeu	11	3,63	10	3,72	21	3,67
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.9.7. Número de indivíduos que exerceram outras atividades profissionais como complemento do rendimento.

A leitura dos dados permitiu perceber que, na esmagadora maioria dos casos (40%), essa atividade é secundária, não ocupando mais do que 20% do tempo, ou cerca de um mês e meio. Existe, porém, cerca de 30% dos arqueólogos inquiridos que dedica mais de 40% do seu tempo noutra atividade, para além da Arqueologia, e 10% que dedica entre 80% e 100% do seu tempo (Quadro 4.9.7). Nestes casos, a Arqueologia passa a ser uma atividade secundária, o que significa, provavelmente, para alguns casos, a mudança de ramo, em termos profissionais.

A leitura dos dados demonstra que este é um fenómeno mais comum para as mulheres, pois foram sobretudo estas que declararam dedicar entre 80% e 100% do tempo a outra atividade. Ou seja, cerca de 12% das mulheres contra apenas 7,6% homens mudaram de atividade principal em termos de investimento de tempo.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
0% - 20%	41	41,84	55	52,88	96	47,52
21% - 40%	16	16,33	11	10,58	27	13,37
41% - 60%	10	10,20	10	9,62	20	9,9
61% - 80%	11	11,22	8	7,69	19	9,41
81% - 100%	12	12,24	7	6,73	19	9,41
Não respondeu	8	8,16	13	12,50	21	10,4
Total	98	100	104	100	202	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.9.8. Percentagem de tempo dedicado à segunda atividade profissional.

No âmbito deste relatório procurou igualmente saber-se qual a situação dos arqueólogos relativamente à remuneração dos relatórios técnicos das intervenções de que foram responsáveis. Como se sabe, a apresentação do relatório de uma intervenção arqueológica de campo é da responsabilidade do arqueólogo em nome do qual foi atribuída autorização da tutela. O relatório técnico é, assim, uma das componentes do trabalho que o arqueólogo responsável pela intervenção arqueológica desenvolve para uma determinada entidade empregadora ou contratante. Procurámos saber se essa componente do trabalho, normalmente desenvolvida fora do local do trabalho de campo, também era devidamente remunerada. Através do inquérito DISCO2014, constatámos que perto de metade dos nossos inquiridos individualmente não é remunerado pela elaboração dos relatórios técnicos relativos aos trabalhos de campo (48,4%), sendo que apenas 18,5% são *sempre* remunerados pela sua realização (Quadro 4.9.8).

	Nº	%
Sim	106	18,53
Não	277	48,43
Às vezes	88	15,38
Sem resposta	101	17,66

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.9.9. Remuneração do relatório técnico.

4.10. Vínculos contratuais

A economia baseada na informação e no conhecimento, sem barreiras de tempo, distância ou localização, permitiu o desenvolvimento de novas formas de trabalho mais flexíveis e adaptáveis, em que o trabalho em equipa é privilegiado, bem como a polivalência, e a autonomia e capacidade de iniciativa dos empregados. Estas novas formas de trabalho são designadas pelos sociólogos como “*novas formas de organização do trabalho*” e permitem o desenvolvimento de modelos flexíveis e instáveis e, normalmente, precários de emprego (Kovács, 2006). Podem tomar a forma de trabalho a tempo parcial, trabalho temporário, sazonal, contratos a termo certo, o autoemprego e o trabalho domiciliário (Vaz, 2000).

Sendo um contrato de trabalho uma forma de regulação da relação entre o trabalhador e o empregador (Centeno, 2013:51), as novas formas de organização do trabalho apontam precisamente para o oposto daquilo que o contrato social entre o empregado e o empregador deveria assegurar, como a regulação do tempo contratual, a concentração do espaço produtivo e a linearidade dos ciclos de vida (Campos, 2013: 13), segundo a definição tradicional de contrato de trabalho.

Contudo, as recomendações da Comissão Europeia, vão no sentido da adoção dos preceitos das “empresas flexíveis”, definidas como “estruturas mais inovadoras e flexíveis, assentes na excelência de competência e no primado da confiança, bem como na maior participação dos trabalhadores” (Comissão Europeia, 1997, citado em Kovács, 2006: 44), vão de encontro à rotatividade dos empregados e contra as teorias tradicionais das relações de trabalho duradouras.

O setor empresarial da Arqueologia despontou em Portugal, durante a década de 90 (cf. *Supra* ponto 1.3.1), precisamente quando o discurso político e académico sobre a organização do trabalho assentava nas “novas formas de organização do trabalho”, embora fosse um modelo originário na década de 1970 (Kovács, 2006). Desta forma, a adoção de formas de “trabalho atípico ou precário” (Vaz, 2000: 2), surgiu como natural nas empresas de Arqueologia. Naturalmente, a Arqueologia portuguesa possui algumas especificidades que vêm de longa data: sempre se registou uma elevada sazonalidade, precariedade e muitas oscilações no mercado de trabalho porque, não tendo evoluído como uma “indústria” estável, depende claramente de ciclos económicos. Tal situação tem sido agravada porque a atividade arqueológica em Portugal se encontra muito agregada a processos de obras e pouco enraizada na sociedade e conseqüentemente pouco exposta a processos que a relacionem com a valorização patrimonial, a educação ou o turismo.

De acordo com os resultados do inquérito individual do DISCO2014, pouco mais de 24% dos arqueólogos inquiridos, não trabalhava em Arqueologia quando respondeu ao inquérito da APA (Quadro e Figura 4.10.1). A maior parte (22,5%), são trabalhadores independentes, ou em situação de autoemprego (Quadro 4.10.2), ou prestando um serviço a outrem. Seguem-se os contratados sem termo (18,9%), os contratos a termo (16,4%), e os contratados em funções públicas (12,8%), que correspondem a uma parte significativa de arqueólogos que se encontra nos quadros da administração pública. Os desempregados constituem cerca de 9,3%⁸ dos inquiridos, sendo que mais de metade deste grupo se encontra integrado num programa de inserção⁹.

	Feminino		Masculino		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Sim	218	71,95	213	79,18	431	75,35
Não	82	27,06	56	20,82	138	24,13
Não responde	3	0,99	0	0	3	0,52
Total	303	100	269	100	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.10.1. Número de arqueólogos com trabalho em Arqueologia, em dezembro de 2013.

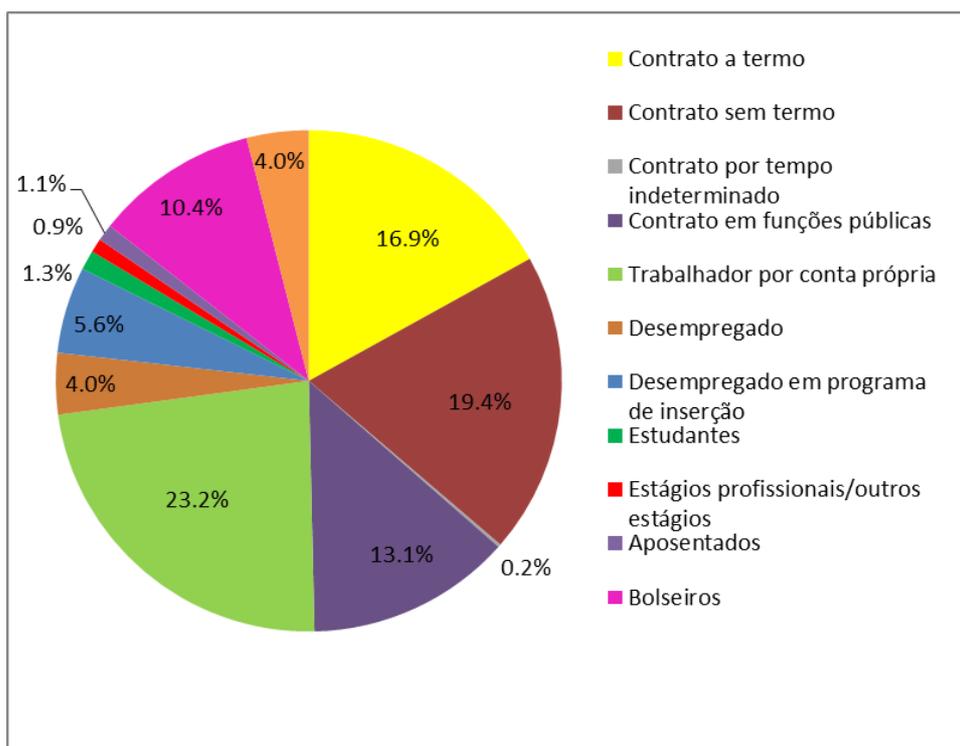
Vínculo de trabalho	Nº	%
Contrato a termo	94	16,43
Contrato sem termo	108	18,88
Contrato por tempo indeterminado	1	0,17
Contrato em funções públicas	73	12,76
Trabalhador por conta própria	129	22,55
Desempregado	22	3,85
Desempregado em programa de inserção	31	5,42
Desempregados/Estudantes	7	1,22
Estágios profissionais/outros estágios	5	0,87
Aposentados	6	1,05
Bolseiros	58	10,14
Outros	22	3,85
Total de respostas	556	97,20
Sem resposta	16	2,80
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual

Quadro 4.10.2. Situação laboral dos arqueólogos inquiridos.

⁸ A taxa de desemprego a nível nacional em 2013 fixou-se nos 16,3% (www.pordata.pt).

⁹ *Contrato Emprego+Emprego* promovido pelo IEFP como forma de integração de desempregados há mais de um ano ou beneficiários do Subsídio de Inserção Social (www.iefp.pt).



Fonte: Inquérito individual.

Figura 4.10.1. Situação laboral dos Arqueólogos inquiridos a 31 de dezembro de 2013.

Dos 572 arqueólogos que responderam ao inquérito individual, 138 responderam que não se encontravam a trabalhar em Arqueologia na altura da resposta ao inquérito, um número bastante superior ao número de desempregados, num total de 53 indivíduos. Quer dizer que responderam ao inquérito individual arqueólogos que, por sua iniciativa ou não, não se encontravam no exercício da profissão a 31 de dezembro do ano transato, mas não estavam numa situação de desemprego.

Cerca de 10,4% dos arqueólogos representados no estudo declararam ser bolseiros (Figura 4.10.1). Uma bolsa de investigação não implica um vínculo laboral porque o bolseiro não é, juridicamente, um “trabalhador”, mas um estudante, por isso recebe uma *bolsa* e não um *vencimento*. Pelo contrário, as bolsas atribuídas pelo Estado Português, através da Fundação para a Ciência e Tecnologia (www.fct.pt), ou através de privados como a Fundação Gulbenkian (www.gulbenkian.pt), independentemente do seu tipo e duração, são concedidas em regime de exclusividade, ou seja, o bolseiro exerce a sua atividade no âmbito da bolsa, a tempo integral. Uma bolsa é, assim, isenta de contribuições fiscais em sede de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e outras contribuições fiscais, sendo facultativas as prestações sociais.

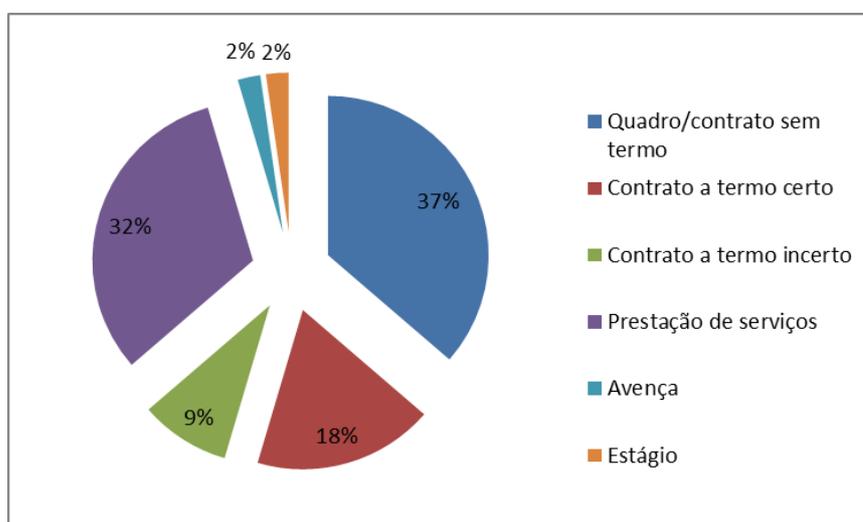
Cada uma das instituições foi convidada a indicar todos os tipos de contratação laboral praticados. No caso das empresas de Arqueologia verifica-se que cada instituição terá indicado uma média de 1,8 situações laborais, o que significa que a maioria das empresas de Arqueologia a trabalhar em Portugal têm, pelo menos, duas formas de contratação laboral. Verifica-se que a maioria das empresas (n=15) têm pessoal no quadro/ contrato sem termo, as restantes optam por as formas de “trabalho atípico ou precário”, como a *prestação de serviço*, seguindo-se os *contratos a termo*, *certo* ou

incerto, as avenças e os estágios. Apenas 37% dos vínculos indicados pelos empregadores nas empresas correspondem a formas de trabalho mais tradicional, *quadro* ou *contrato sem termo* (Quadro 4.10.3).

	Nº
Quadro/contrato sem termo	15
Contrato a termo certo	8
Contrato a termo incerto	4
Prestação de serviços	12
Avença	1
Estágio	1
Empresas inquiridas	23

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 4.10.3. Número de empresas de Arqueologia que oferecem diferentes tipos de relação laboral.



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 4.10.2. Percentagem de empresas de Arqueologia com cada um dos tipos de contratação.

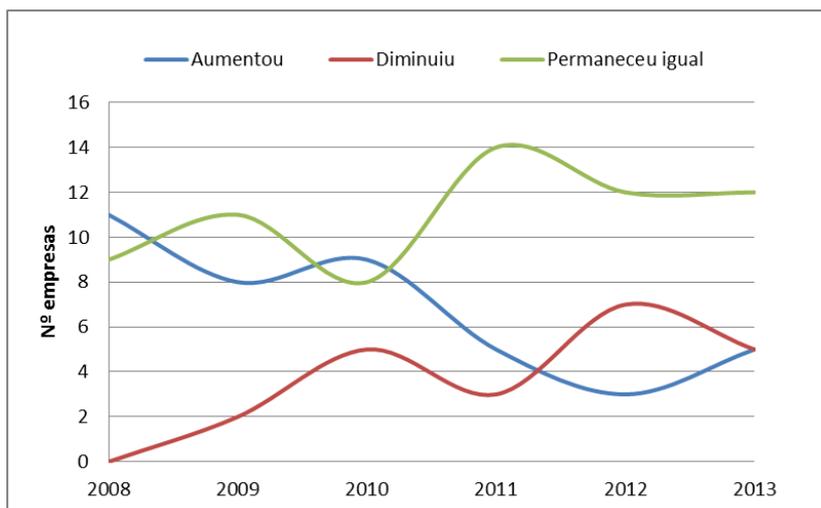
A natureza do trabalho desenvolvido pelas empresas e o ajustamento às flutuações do rendimento do trabalho poderão explicar a evolução do quadro permanente. A tendência verificada nos vínculos laborais nas empresas parece acompanhar a evolução do volume de receita nas mesmas (cf. Quadro 4.10.2 e 4.8.11).

Um quadro permanente implica uma duração da relação laboral a longo prazo, com perspectivas de evolução na carreira e de proteção dos trabalhadores do risco das flutuações da procura (Centeno, 2013:51), algo que a natureza do trabalho em Arqueologia parece, numa primeira abordagem, não permitir, na maior parte dos casos. A leitura do Quadro 4.10.4 demonstra que o quadro permanente de pessoal aumentou em mais empresas de Arqueologia nos anos de 2008, 2009 e 2010 do que nos anos subsequentes até 2013. Por outro lado, os quadros permanentes registaram uma redução nos anos de 2012 e 2013 o que se relaciona com a quebra de trabalho a partir dos anos de 2011 e 2012.

	2008	2009	2010	2011	2012	2013
Aumentou	11	8	9	5	3	5
Diminuiu	0	2	5	3	7	5
Permaneceu igual	9	11	8	14	12	12
Não sabe	2	2	1	1	1	1
Total	23	23	23	23	23	23

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 4.10.4. Evolução do quadro permanente nas empresas de Arqueologia.



Fonte: Inquérito às instituições

Figura 4.10.3. Evolução do quadro permanente das empresas de Arqueologia.

Quanto às perspetivas da evolução do quadro permanente para 2014 (Quadro 4.10.5), verifica-se que é quase unânime que as instituições preconizam a manutenção do número de trabalhadores de Arqueologia, com exceção de duas autarquias, quatro empresas de Arqueologia e uma fundação que admitiram diminuir o quadro permanente em 2014. Só uma empresa de Arqueologia respondeu que aumentaria o número de trabalhadores do quadro permanente.

	Aumenta	Diminui	Permanece igual	não sei	Não responde	Total
Autarquias		2	35	11	5	53
Administração central		1	4		1	6
Administração Regional			1			1
Centros de Investigação	2	1	4		1	8
Universidades			3			3
Museu Regional			2			2
Museu Nacional			1		1	2
Fundação		1	1			2
Empresas de Arqueologia	1	4	15	1	2	23
Sector empresarial estado			2			2

Fonte: Inquérito às instituições

Quadro 4.10.5. Perspetivas de evolução do quadro permanente em 2014.

4.10.1 Duração dos vínculos

Todos os arqueólogos inquiridos no questionário dirigido pela APA foram questionados sobre o tempo de duração das suas formas de trabalho e sobre os vínculos (ou ausência deles) não permanentes. A maioria das formas de trabalho precário ocorrem nos trabalhadores independentes, auto empregadores ou prestadores de serviço, com durabilidades que podem atingir muitos anos de carreira profissional (Quadro 4.10.7).

Na realidade, apenas 31,6% (n=181) do total de inquiridos individualmente (cf. Quadro 4.10.2), declararam ser do quadro ou possuir um contrato sem termo na instituição onde trabalham. Destes colegas, apenas 125 indivíduos responderam à questão sobre a duração do contrato (Quadro 4.10.6). Verifica-se que são estes trabalhadores que possuem vínculos mais duradouros do que os restantes arqueólogos. A maioria das empresas de Arqueologia assegura a duração de um contrato temporário até 10 anos. Contudo o enquadramento legal português não permite a duração de um contrato temporário durante tantos anos, pelo que, com muita probabilidade, estas respostas se referiam a contratos de prestação de serviços (Quadro 4.10.8). Quanto aos contratos a prazo têm uma duração muito variável consoante a tarefa para o qual foram contratados (Quadro 4.10.9).

	Nº
até um ano	3
1-3	18
4-6	14
7-10	28
11-14	13
15-18	16
19-22	6
22-25	1
>25	13
Sem resposta	56
Total de respostas	125

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.10.6. Duração do contrato sem termo, nos setores público e privado.

	Nº
< 1 ano	11
1-2	22
3-6	17
7-10	35
11-14	13
15-18	6
19-22	2
>23	14
Sem resposta	9
Total de respostas	129

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 4.10.7. Duração da atividade dos trabalhadores independentes.

	Nº
até um ano	7
1-3	12
4-6	13
7-10	9
11-14	5
>15	5
Sem resposta	0
Total de respostas	51

Fonte: Inquérito às instituições.

Quadro 4.10.8. Duração do contrato temporário nas empresas de Arqueologia.

	Nº
> 6 meses	2
> 1 ano	6
Duração variável	5
Contrato de obra	1
Sem resposta	12
Total de respostas	26
Total de empresas	23

Fonte: Inquérito às instituições.

Quadro 4.10.9. Duração dos contratos a prazo nas empresas de Arqueologia.

5. A evolução recente da Arqueologia em Portugal

5.1. Padrões de qualidade

Os arqueólogos que participaram no inquérito individual foram convidados a dar a sua opinião sobre os efeitos da crise nos padrões de exigência da prática arqueológica e só 7,3% dos inquiridos acha que a exigência foi pouco afetada. A esmagadora maioria dos arqueólogos reporta que a qualidade da prática arqueológica em Portugal foi abalada pela crise (Quadro 5.1.1).

	Nº	%
1 (pouco)	42	7,34
2	51	8,92
3	169	29,55
4	151	26,40
5 (muito)	145	25,35
Não responde	14	2,45
Total	572	100

Fonte: Inquérito individual.

Quadro 5.1.1. Opinião dos arqueólogos sobre os efeitos da crise nos padrões de exigência da prática arqueológica.

A certificação de qualidade aplicada à prática arqueológica, teoricamente, está implicitamente atribuída quando é concedida ao arqueólogo autorização para um trabalho arqueológico de campo. Todavia, restrições a nível da fiscalização efetiva durante o desenvolvimento do trabalho de campo transformam essa autorização num ato eminentemente administrativo. Além disso, a autorização é atribuída a nível individual, não sendo associada no processo a estrutura à qual o arqueólogo está inserido como funcionário. Por outro lado, questões como as condições de trabalho de gabinete, tratamento e conservação da informação gráfica e de registo, ou tratamento e condições de preservação dos materiais arqueológicos, não são alvo de fiscalização.

A certificação de qualidade ao nível da prática arqueológica em sentido amplo é praticamente inexistentes, podendo a aprovação dos relatórios finais dos projetos licenciados ser encarada como garantia de qualidade. Quanto a certificações de qualidade normalizadas, apenas uma empresa e uma autarquia apresentam certificação na prestação de serviços pela norma ISO 9001 e um centro de investigação apresenta certificação de A3es, que consiste na certificação de qualidade de ensino atribuída às instituições do ensino superior. Outro centro de investigação apontou a atribuição de avaliação por parte da Fundação para a Ciência e Tecnologia aos centros de investigação como prova da sua certificação de qualidade. De notar que nenhum serviço público de Arqueologia central apontou certificação na prestação dos serviços ou outra qualquer.

	EA	Mun.	AR	CI	MN	MR	EE	U	F
Sim	2	1		3					
Não	12	23		1	2	1	2		
Não se aplica	9	25	1	4		1		2	2
S/resposta		4							
Total	23	53	1	8	2	2	2	4	2

Fonte: Inquérito às instituições.

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.1.2. Número de instituições com certificação de qualidade de serviços.

5.1.2. Investimento em investigação e divulgação de resultados

No panorama global das organizações prestadoras de serviços de Arqueologia em Portugal, grande parte das organizações não realiza um investimento em investigação com recurso a capitais próprios na área da Arqueologia e a generalidade das entidades que o fazem investem uma percentagem da receita não muito elevada (Quadros 5.1.4 e 5.1.5).

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Sim	9	16	5	2		1		1	1	3
Não	12	31	3	4	1	1	2		1	
S/resposta		6						1		
Total	21	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições.

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.1.3. Número de organizações com investimento com capitais próprios em Arqueologia.

%	EA	Mun.	CI	AC	EE	MN	MR	U
< 0,001						1		
0,001-0,02	2	2		1				
0,01-0,2	1	3						
0,1-1	3	1						
1,5-2	1							
2,5-5								
> 5	2	1	4					
Residual		1						
Sem resposta		8			1		1	1

Fonte: Inquérito às instituições.

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.1.4. Número de entidades em cada escalão de percentagem da receita transformada em investimento em Arqueologia.

Dentro do universo das instituições empregadoras de arqueólogos existe uma preocupação com a divulgação dos resultados dos trabalhos de Arqueologia (Quadro

5.1.5), quer a nível do setor privado, (16 em 23 empresas divulgam os resultados), quer nas estruturas da administração central.

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Sim	16	29	6	4	1	1	1	2	2	3
Não	4	18	2	2	0	1	1	0	0	0
Sem resposta	3	6	0		0					
Total	23	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições.

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.1.5. Número de organizações que promovem a divulgação de resultados.

Os meios preferenciais de divulgação dos resultados são as monografias, revistas da especialidade, reuniões científicas, além de exposições e outras formas de divulgação para o público em geral, sendo este último meio aquele que é particularmente caro às autarquias, aliando a Arqueologia programas educativos junto das populações (Quadro 5.1.6).

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Monografias	1	13	5		1	1	1			
Revistas da especialidade	11	11	4	3	1	1	1		2	2
Congressos e outras reuniões científicas	12	17	5	3	1	1	1		2	3
Exposições e outras ações de divulgação científica	3	19	4	2	1	1		1	1	2
Ações de divulgação para o grande público	4	14	3	1	1	1		2		2
Relatórios <i>online</i>	1									
Internet	2						1			
Multimédia							1			
Respostas dadas	16	29	6	4	1	1	1	2	2	3
Sem resposta/respostas negativas	5	24	2	2	0	1	1	0	0	0
Total	21	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições.

(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.1.6. Meios de divulgação em Arqueologia utilizado pelas organizações.

5.2. Ajustamento face à conjuntura económica

Perante uma crise económica e financeira da dimensão da que atravessamos desde 2008, foram feitos ajustamentos por parte dos agentes económicos, não só ao nível das relações laborais, mas também ao nível das suas áreas de atuação, ajustando a “produção” às flutuações da procura que, no caso da Arqueologia, tanto se fizeram sentir no setor privado como no público.

As áreas de atuação que sofreram o maior impacto negativo nas organizações inquiridas, particularmente nas empresas de Arqueologia e nas estruturas do Estado, correspondem ao trabalho de campo e atividades daí decorrentes, como o tratamento de materiais arqueológicos e elaboração de relatórios, documentação e registo, mas também a área comercial, no caso das empresas, aspeto que pode revelar carências de recursos ou incapacidade estratégica de apostar em formas inovadoras de abordar o mercado (Quadros 5.2.1, 5.2.2 e Figuras 5.2.1 e 5.2.2).

	Nº
Sim	8
Não	11
Não se aplica	4
Total	23

Fonte: Inquérito às instituições.

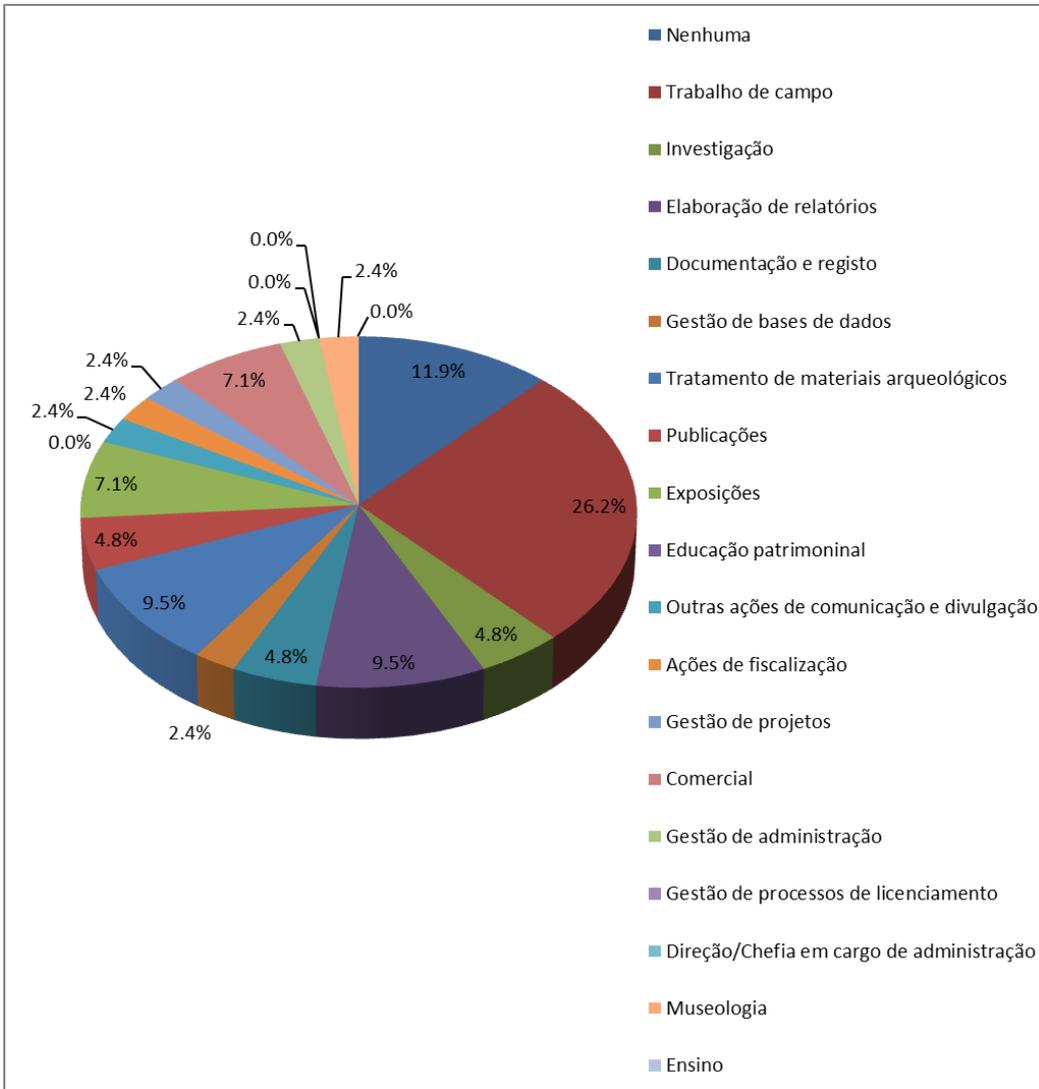
Quadro 5.2.1. Número de empresas que diversificaram a sua atividade desde 2008.

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Nenhuma	5	18	2	0	0	1	0	0	1	1
Trabalho de campo	11	21	3	3	0	1	1	0	0	1
Investigação	2	8	0	3	0	0	2	1	1	1
Elaboração de relatórios	4	6	0	0	0	0	1	0	0	1
Documentação e registo	2	2	1	0	1	0	0	0	0	0
Gestão de bases de dados	1	0	1	2	1	0	0	0	0	0
Tratamento de materiais arqueológicos	4	8	1	1	0	0	0	1	0	0
Publicações	2	4	1	1	0	0	0	1	0	0
Exposições	3	6	0	1	0	0	1	0	0	0
Educação patrimonial	0	1	1	1	1	0	1	0	0	0
Outras ações de comunicação e divulgação	1	1	0	1	0	0	2	0	0	0
Ações de fiscalização	1	3	0	2	1	0	0	0	0	0
Gestão de projetos	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Comercial	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Gestão de administração	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Gestão de processos de licenciamento	0	3	0	1	1	0	0	0	0	0
Direção/Chefia em cargo de administração	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0
Museologia	1	3	0	1	0	0	1	0	0	0
Ensino	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Respostas	22	48	7	6	1	2	2	1	2	3
Sem resposta	1	5	1	0	0	0	0	1	0	0
Total de inquiridos	23	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições.

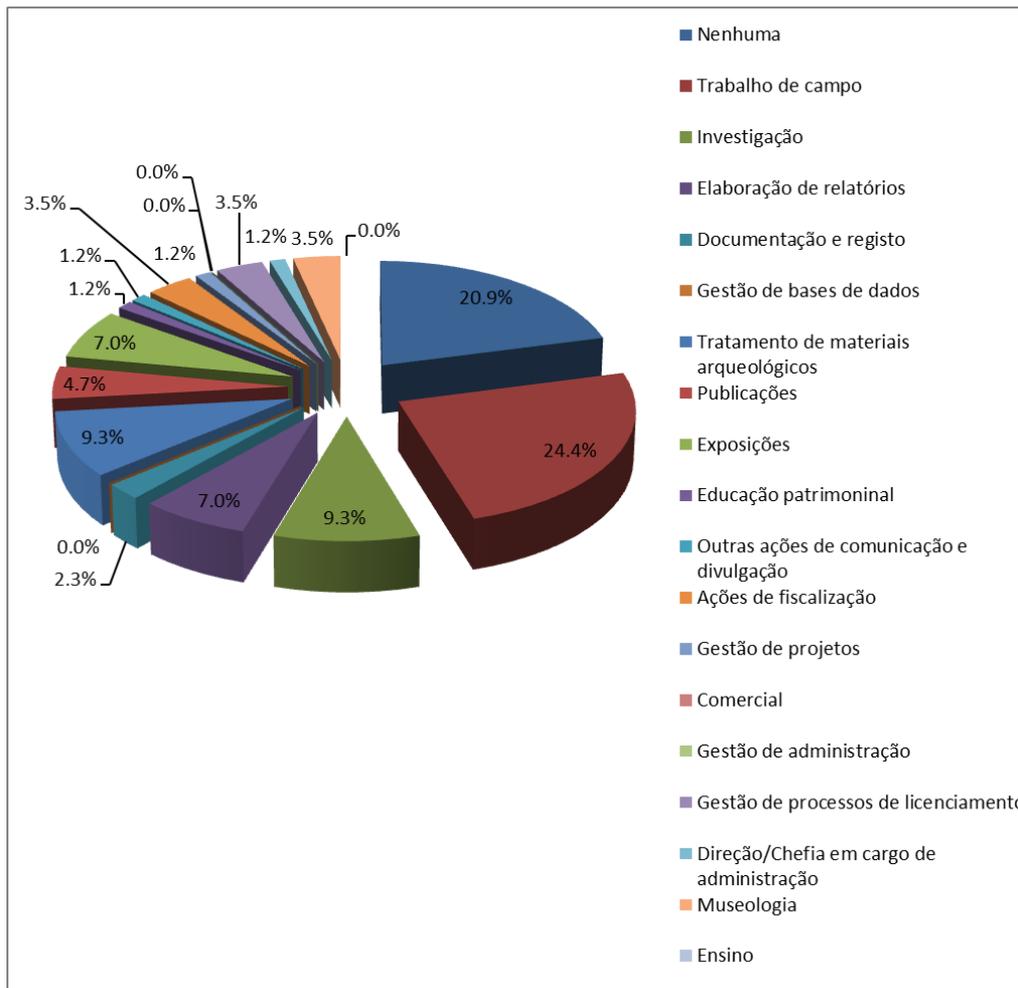
(Mun.= Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.2.2. Número de atividades reduzidas desde 2008 nas diversas organizações inquiridas.



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 5.2.1. Áreas em que as empresas de Arqueologia reduziram a sua atuação desde 2008.



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 5.2.2. Áreas em que as autarquias reduziram a sua atividade desde 2008.

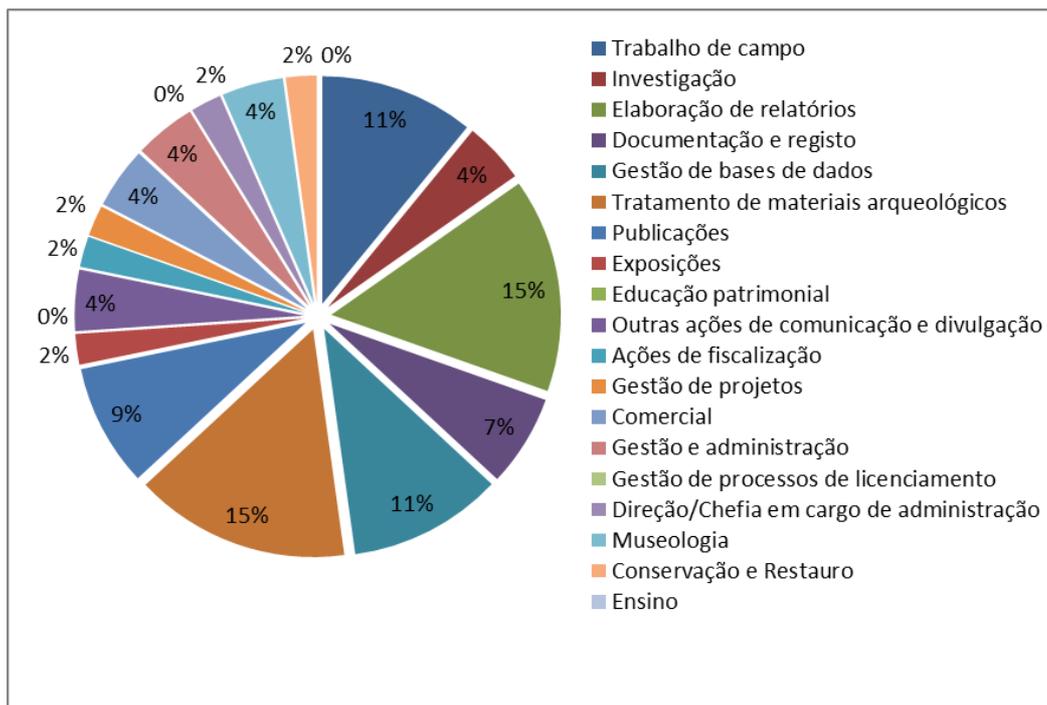
Por outro lado, o trabalho de campo e as atividades daí decorrentes, como tratamento de materiais arqueológicos e elaboração de relatórios, correspondem a áreas a que se assistiu a um maior aumento de atividade, concretamente nas empresas de Arqueologia (Figura 5.2.3). Com efeito, algumas organizações tiveram que reduzir esses trabalhos enquanto outras tiveram de o aumentar. Na realidade, o efeito da crise económica não foi sentido da mesma forma por todas as empresas de Arqueologia (*vide supra* Quadro 4.8.11). Algumas delas viram o seu rendimento fortemente reduzido a partir de 2011, enquanto outras mantiveram os níveis de faturação e, nalguns casos, até aumentaram.

	EA	Mun.	CI	AC	AR	EE	F	MN	MR	U
Nenhuma	7	10	2	2	0	1	1	0	0	1
Trabalho de campo	5	8	1	0	0	0	0	0	0	0
Investigação	2	12	3	0	0	0	0	0	1	1
Elaboração de relatórios	7	9	0	0	0	1	0	0	0	0
Documentação e registo	3	9	0	0	1	0	0	0	0	0
Gestão de bases de dados	5	11	0	1	1	0	0	0	0	1
Tratamento de materiais arqueológicos	7	8	1	0	0	1	0	0	0	0
Publicações	4	11	0	0	0	1	1	0	1	1
Exposições	1	12	1	1	1	0	0	1	1	1
Educação patrimonial	0	16	2	1	1	0	0	0	0	0
Outras ações de comunicação e divulgação	2	7	2	1	0	0	0	0	0	0
Ações de fiscalização	1	4	0	1	0	0	1	0	0	0
Gestão de projetos	1	6	0	2	0	0	0	0	0	1
Comercial	2	0	0	1	0	0	1	0	0	0
Gestão e administração	2	4	0	2	0	0	1	0	0	0
Gestão de processos de licenciamento	0	5	0	1	0	0	0	0	0	0
Direção/Chefia em cargo de administração	1	2	0	1	0	0	1	0	0	0
Museologia	2	10	0	1	0	0	1	1	0	0
Conservação e Restauro	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ensino	0	2	2	0	0	0	1	0	0	1
Respostas	22	47	7	6	1	2	2	1	2	3
Sem resposta	1	6	1	0	0	0	0	1	0	0
Total de inquiridos	23	53	8	6	1	2	2	2	2	3

Fonte: Inquérito às instituições.

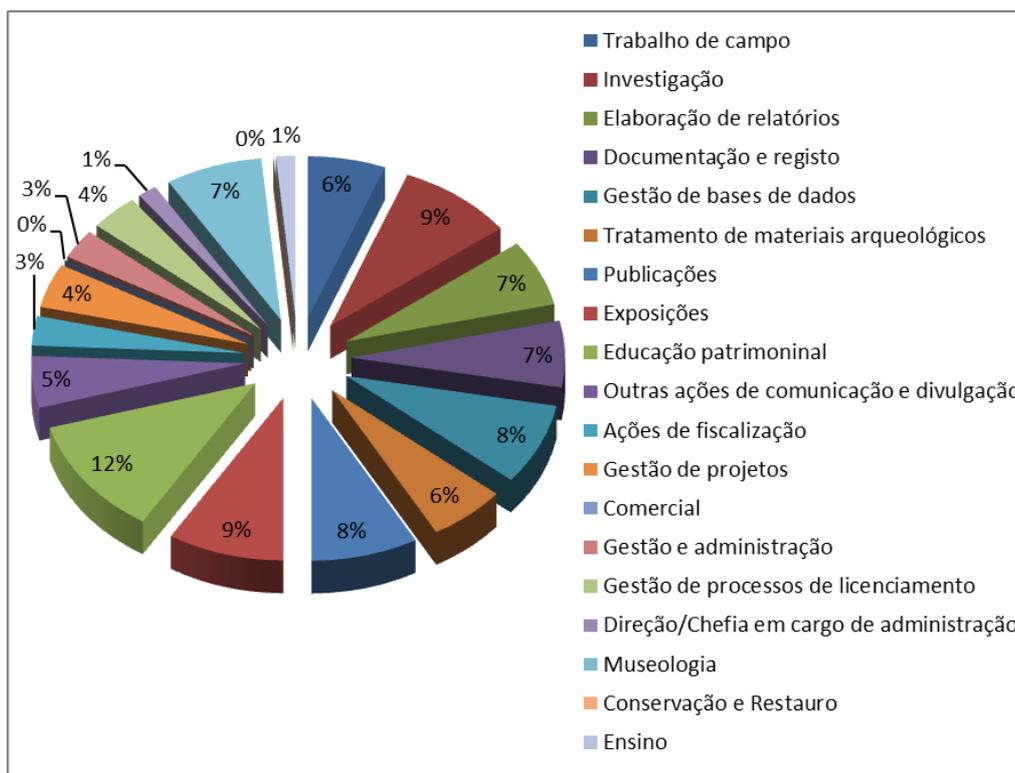
(Mun. = Autarquias; AC = Administração Central; MN = Museu Nacional; MR = Museu Regional; EE = Sector empresarial do Estado; F = Fundações; CI = Centros de Investigação; EA = Empresas de Arqueologia).

Quadro 5.2.3. Áreas em que as instituições aumentaram a sua atividade desde 2008.



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 5.2.3. Áreas em que as empresas aumentaram a sua atividade desde 2008.



Fonte: Inquérito às instituições.

Figura 5.2. 4. Áreas em que as autarquias aumentaram a sua atividade desde 2008.

No caso das autarquias, as atividades mais estimuladas desde 2008 foram a educação patrimonial, as publicações, as ações de divulgação e a gestão de bases de dados. O trabalho de campo, embora tenha aumentado para 8 autarquias (Figura 5.2.4), diminuiu para outras 21 (Quadro 5.2.3 e Figura 5.2.2).

De realçar igualmente que houve cinco empresas e dezoito autarquias que não reduziram nenhuma das suas atividades normais. Por outro lado, três organismos da administração pública, a Direção Regional da Cultura dos Açores e duas instituições da administração central de Portugal Continental, declararam que reduziram as ações de fiscalização em face da crise de 2008.

6. Considerações finais e recomendações

A APA, considerando que o projeto DISCO2014 representa uma oportunidade única para o conhecimento da realidade socioprofissional dos arqueólogos portugueses (Duarte, 2013), lançou dois inquéritos à comunidade arqueológica do país: um dirigido aos arqueólogos, que deveriam responder de forma individual e anónima e um segundo, igualmente anónimo, direcionado para as organizações empregadoras de arqueólogos, integrando também aquelas que não se dedicam em exclusivo a essa atividade.

A estratégia de comunicação para o lançamento do projeto iniciou-se com o contacto a 827 arqueólogos. Embora o número exato de profissionais desta área em Portugal nunca tenha sido definitivamente estabelecido e os meios de difusão dos inquéritos como o *archport.pt* e a página *Web* e *Facebook* da APA tenham chegado a um número indeterminado de pessoas, consideramos que o número de 572 profissionais que responderam ao inquérito individual constituiu uma amostra muito representativa do universo de arqueólogos a trabalhar em Portugal.

Das 207 organizações empregadoras de arqueólogos contactadas pela APA, apenas 102 responderam ao inquérito. As instituições menos representadas são as universidades, os museus e o setor empresarial não arqueológico, como as empresas de consultadoria de ambiente e empresas do Estado.

Os resultados obtidos demonstram que a comunidade arqueológica é composta maioritariamente por indivíduos jovens, com média de idades na ordem dos 36 anos, bastante qualificados, com elevada percentagem de profissionais com grau académico superior à licenciatura, que investe na sua formação profissional contínua, especialmente em áreas que nem todas as licenciaturas oferecem, como as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), o desenho, os sistemas de informação geográfica. Por vezes, são as próprias estruturas em que os arqueólogos trabalham que fomentam ações de formação, quer disponibilizando-se para as organizar, como no caso de algumas empresas de Arqueologia, quer autorizando os funcionários a frequentar formações organizadas por outras entidades.

Dado que a Arqueologia é uma área do conhecimento que requer formação contínua, devido à ampliação e inovação permanente de técnicas e conhecimentos que se encontram disponíveis para o perfeito cumprimento dos requisitos da profissão, uma parte significativa dos arqueólogos investe na sua formação profissional, quer obtendo um grau académico mais elevado, quer frequentando cursos não ligados aos meios académicos. A necessidade de uma constante atualização de conhecimentos científicos e técnicos conduz os profissionais a distintas ações de formação, frequentemente procurando uma maior especialização.

Ainda no campo da qualificação profissional, o aumento do investimento por parte da administração central na investigação científica e formação académica de nível pós-

graduado, nos anos de 1996 a 2013, através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, foi amplamente aproveitado pelos arqueólogos, sendo significativa a percentagem de inquiridos que são bolseiros (10%). Contudo, no ano de 2014, houve um decréscimo desse investimento por parte da Administração central, tendo-se registado uma redução superior a 50% no número de bolsas de doutoramento e pós doutoramento atribuídas.

O número de arqueólogos que indicaram estar desempregados atingiu 9% no inquérito dirigido diretamente aos profissionais, sendo que parte deles se encontra inserido em programa de inserção no mercado de trabalho.

A natureza do trabalho de arqueólogo exige do profissional da área a adaptação a uma série de funções de carácter técnico e científico, especialmente diversificada no sector público. Contudo, o rendimento que auferem ao fim do ano está longe do ganho médio anual dos profissionais das áreas técnicas e científicas a trabalhar por conta de outrem em Portugal.

O trabalho de Arqueologia no setor privado pauta-se por trabalhos de duração muito variável. Talvez por essa razão, a maioria das entidades tem privilegiado a contratação externa ou a prazo, não constituindo equipas estáveis, mais eficientes e competentes, nem contribuindo para a estabilidade dos profissionais com quem se relacionam. Por outro lado, o peso significativo de trabalhos de curta duração exige que os arqueólogos se desloquem com muita frequência para fora da sua área de residência.

Os efeitos da crise internacional de 2008 vieram agudizar este panorama. Num primeiro momento, a resposta política à crise teve como efeito imediato um aumento do investimento público em grandes obras, o que provocou o crescimento do mercado de trabalho em Arqueologia com o consequente aumento dos pedidos de autorização para trabalhos arqueológicos.

Em 2011, a situação torna-se insustentável com o pedido de assistência económica e financeira de Portugal ao Banco Central Europeu, Comunidade Europeia e Fundo Monetário Internacional e o Estado suspende o investimento em obras públicas, com inevitáveis consequências no sector privado. Como consequência disso, algumas empresas que contratavam arqueólogos faliram, outras reduziram o seu pessoal significativamente e outras ainda procuraram mercados externos como, por exemplo, o Brasil. Neste contexto, o setor da Arqueologia Preventiva, tradicionalmente muito dependente da construção civil, ressentiu-se de forma evidente, nomeadamente, com a reorientação das empresas de construção para projetos de menor dimensão (por exemplo, projetos de reabilitação urbana), ao que se associam normalmente trabalhos arqueológicos em áreas mais reduzidas e, em muitos casos, de duração muito limitada.

O efeito direto desta crise internacional foi, para além do aumento generalizado do desemprego, a maior precarização da atividade arqueológica.

Os arqueólogos têm hoje uma grande mobilidade, o que pode ter como consequência o fraquíssimo índice de fecundidade entre as mulheres arqueólogas, muito inferior ao da média nacional que, já de si, é baixo e inferior ao limiar da renovação de gerações. De facto, os arqueólogos-homens têm mais filhos que as arqueólogas, mas mesmo

assim a natalidade é demasiado baixa neste setor profissional. Outro fator que reduz a natalidade entre os profissionais de Arqueologia é o valor do seu rendimento, que é efetivamente reduzido.

6.1. Recomendações

A concretização do projeto DISCO 2014 em Portugal, através da APA, permitiu caracterizar o estado da profissão de arqueólogo no nosso país e a forma como ela foi afetada com a crise de 2008 que, a nível nacional, se fez sentir de forma mais acentuada a partir de 2011.

Cumprindo a sua missão de promover a dignificação e a valorização da profissão de arqueólogo, numa perspetiva de contribuir para uma adequada salvaguarda, investigação e valorização do Património Arqueológico, a APA considera que os resultados obtidos pelo DISCO 2014 e respetiva análise motivam o seguinte conjunto de recomendações, que visam uma evolução positiva da profissão:

1. A APA deverá promover regularmente a avaliação do estado da profissão de arqueólogo em Portugal, preferencialmente em contexto internacional similar ao projeto DISCO 2014.
2. A APA deve difundir sistematicamente junto dos arqueólogos e instituições empregadoras o seu Código Deontológico.
3. Face ao aprofundamento dos processos de Globalização, a APA e as principais instituições que atuam na área da Arqueologia ou que se constituem como empregadoras de arqueólogos (públicas e privadas), devem apostar no aprofundamento de experiências internacionais que promovam a mobilidade, assim como a participação e afirmação dos arqueólogos portugueses nas redes de conhecimento a nível europeu e mundial.
4. Dadas as potencialidades do Património Arqueológico para o desenvolvimento do conhecimento e para a promoção cultural, social e económica das comunidades locais, as entidades públicas gestoras de sítios arqueológicos devem implementar estratégias que conduzam à sua ativação sustentada, promovendo a salvaguarda e valorização de sítios e coleções e assegurando novas oportunidades de trabalho para os arqueólogos.
5. A APA recomenda à tutela a urgente revisão do RTA - Regulamento de Trabalhos Arqueológicos, se possível a partir de uma reflexão de fundo sobre a estratégia a prosseguir em termos nacionais para a salvaguarda, a investigação e a valorização do Património Arqueológico, com reflexos na dignificação e afirmação social da profissão de arqueólogo, no âmbito do qual se deve regular a coresponsabilização das instituições empregadoras com os seus arqueólogos sempre que estes exerçam a sua atividade ao abrigo de licenciamentos específicos para a realização de trabalhos arqueológicos.

6. A maioria dos arqueólogos trabalha hoje em empresas privadas que prestam serviços de Arqueologia. A área de atuação fundamental destes profissionais é a Arqueologia Preventiva, sendo a maioria dos vínculos laborais tendencialmente precários. Para evitar que tal situação tenha consequências negativas na qualidade científica e técnica do trabalho dos arqueólogos, recomenda-se às entidades tutelares do património (Direção Geral do Património Cultural e Direções Regionais de Cultura) o reforço da fiscalização e o incremento dos níveis de exigência de forma sistemática e em todo o território nacional, de maneira a assegurar níveis de execução dos trabalhos arqueológicos compatíveis com as boas práticas profissionais.

7. Existe hoje um conjunto considerável de arqueólogos que têm uma mobilidade e instabilidade laborais que não lhes permitem (ou dificultam bastante) o desenvolvimento de uma vida pessoal e familiar satisfatórias. É alarmante a situação familiar de muitos dos arqueólogos, sendo extremamente difícil cumprir os seus desejos de parentalidade. O recém-criado grupo de trabalho para a natalidade, criado no âmbito da atuação do Ministério da Solidariedade, Emprego e Segurança Social, deverá ser alertado para a situação deste grupo profissional e para as suas dificuldades na constituição de núcleos familiares estáveis.

8. A Arqueologia de Investigação Fundamental está concentrada nos centros de investigação, nas Universidades e na administração central, enquanto a Arqueologia Preventiva ou de Salvamento é quase exclusivamente executada pelas empresas privadas e por profissionais prestadores de serviços a título individual. Para ultrapassar limitações evidentes de desenvolvimento dos processos de conhecimento em Arqueologia; para contribuir para o quebrar de barreiras de segregação entre diferentes entidades daqueles diferentes universos e estabelecer rotinas de contacto frutuoso que assegurem a circulação de informação de forma transversal e inter-institucional, recomenda-se à tutela o desenvolvimento da plataforma existente - o *Endovelico* - que deverá comportar novas funcionalidades. No mesmo sentido, recomenda-se às instituições de ensino superior e às empresas de Arqueologia que se articulem de maneira a assegurar uma mais rápida e frutuosa transferência de conhecimentos entre ambas as partes, visando o incremento da qualidade da Arqueologia em geral, a promoção das competências dos arqueólogos e o desenvolvimento dos processos de investigação fundamental e aplicada.

9. Dadas as vantagens da existência de arqueólogos nas autarquias, cumprindo diversificadas funções com impacto na salvaguarda, investigação, valorização e sociabilização do Património, recomenda-se às entidades da tutela da Arqueologia e aos municípios, o reforço, de forma equilibrada e na totalidade do território nacional, da integração destes profissionais nos quadros técnicos autárquicos ou, em alternativa, em entidades intermunicipais, à semelhança do que já sucede noutras funções ou serviços.

10. Recomendar à tutela, aos municípios e às empresas de Arqueologia uma mais adequada articulação no sentido de incrementar os níveis de troca de informações sobre as intervenções realizadas nos diferentes territórios e de ampliar as potencialidades decorrentes da relação de proximidade aos bens patrimoniais e às populações que os arqueólogos locais podem garantir.

11. Considerando que a precariedade em Arqueologia constitui hoje um dos maiores problemas da profissão e um entrave ao desenvolvimento qualitativo das intervenções arqueológicas, recomenda-se às instituições empregadoras que procurem, dentro de uma política de responsabilidade social, estabelecer vínculos contratuais mais estáveis e tendencialmente permanentes com os seus colaboradores.

12. Recomenda-se às universidades que diversifiquem a oferta formativa contemplando, para além das Licenciaturas, Mestrados e Doutoramentos outras modalidades especializadas e de menor duração, de modo a ir ao encontro das necessidades e aspirações sentidas pelos profissionais. Recomenda-se também às universidades que transformem a licenciatura em Arqueologia numa licenciatura com mestrado integrado como forma de garantir formação mais duradoura e consolidada dos futuros arqueólogos e terminar, assim, com a polémica da não atribuição de autorizações para dirigir trabalhos de Arqueologia aos não mestres.

13. Como forma de melhor adequar a oferta formativa às necessidades específicas que a atividade profissional do arqueólogo exige, a APA deverá promover reuniões alargadas onde estejam presentes representantes das universidades, centros de investigação, do sector empresarial, das autarquias e museus, como forma de reconhecer as áreas em que se sente uma maior necessidade de atualização de conhecimentos, desenvolvimento de novas competências ou de especializações.

14. A Fundação para a Ciência e Tecnologia deverá ser alertada para o facto de a redução de bolsas e do valor do investimento nas chamadas Ciências Sociais comprometer a formação adequada dos profissionais de Arqueologia em Portugal e o necessário intercâmbio de experiências com estudantes pós-graduados de outras nacionalidades. Por outro lado, o crescente envelhecimento do corpo docente universitário não tem levado à conseqüente renovação dos quadros das universidades, devido aos constantes constrangimentos orçamentais com que se debatem. Assim, tem-se registado que, em determinados casos, os bolseiros de investigação, de doutoramento ou pós-doutoramento da FCT se encontrem a desempenhar funções ligadas à docência, para além dos limites previstos na lei. O Ministério da Educação e Ciência deverá ser alertado para esta situação, que não deve prolongar-se além dos limites que o próprio regulamento dos bolseiros autoriza, autorizando a abertura de concursos para a necessária renovação dos quadros.

15. A afirmação do papel social do arqueólogo e a sociabilização da Arqueologia são temáticas em que a APA e os arqueólogos em geral se devem empenhar. Com o objectivo de contribuir para uma sociedade civil mais empenhada e preocupada com o seu património, mas igualmente com mais vontade de usufruir dele em termos culturais e de lazer, a APA deverá articular-se com outras entidades associativas da área do Património Arqueológico, para promover ações de sensibilização destinadas à generalidade dos cidadãos, muito particularmente em relação aos mais novos e em idade escolar. Não esquecer o desenvolvimento de ações de sensibilização junto de grandes promotores de obras e de proprietários de sítios arqueológicos particularmente relevantes e de forte potencial científico-patrimonial, de maneira a potenciarem no âmbito das suas atividades tais elementos, sempre numa perspectiva de responsabilidade social e de incremento económico das comunidades locais. No

mesmo sentido, deverá ser recomendado às tutelas da Arqueologia e do Ambiente a implementação de políticas de Educação Patrimonial, nomeadamente em associação a grandes projetos de obras implicando processos de minimização de impactes sobre o Património Arqueológico.

As recomendações enunciadas vão no sentido de afirmar socialmente a profissão de arqueólogo que necessita de um reajustamento às novas necessidades das instituições e da comunidade. O projeto DISCO 2014 permitiu identificar problemas, debilidades e pontos fortes, pelo que poderá ser motor de reflexão para o desenho de avenidas alternativas para o exercício da profissão e para a comunicação entre instituições empregadoras de arqueólogos.

De entre os pontos fortes, destacamos o papel da comunidade arqueológica na construção de uma Europa do Conhecimento que se pretende democrática. Tratando-se de um grupo profissional maioritariamente jovem e altamente qualificado, que se encontra particularmente disponível para ações de formação ao longo da vida e para a aquisição de um conjunto alargado de competências, a mesma pode ser rentabilizada em programas de construção e divulgação de ciência e cultura, numa estratégia de retorno social, hoje obrigatória em qualquer área de atividade. Em simultâneo, os projetos de investigação e de valorização do património arqueológico podem constituir-se como motores de desenvolvimento económico local e regional, reforçando memórias e identidades numa Europa multicultural.

Referências bibliográficas

AAVV (s.d.) – *Blick Mira Olha! E instantes arqueológicos. Arqueólogos e Arqueologia em Cascais entre 1940 e 1960*, Câmara Municipal de Cascais.

AAVV (1979) - *Informação Arqueológica 1. 1977-1978*, Braga, Universidade do Minho

AAVV (1980) - *Informação Arqueológica 3*, 1980 Lisboa, 3, IPPC.

AAVV (1982) - *Informação Arqueológica 1979*, Lisboa, 2, IPPC.

AAVV (1984) - *Informação Arqueológica 4*, 1981 Lisboa, IPPC.

AAVV (1985) - *Informação Arqueológica 5, 1982-83* Lisboa, IPPC.

AAVV (1986) - *Informação Arqueológica 6*, 1984 Lisboa, IPPC.

AAVV (1986) - *Informação Arqueológica 7*, 1985 Lisboa, IPPC.

AAVV (1987) - *Informação Arqueológica 8*, 1986, Lisboa, IPPC.

AAVV (1994) - *Informação Arqueológica 9*, 1994 Lisboa, IPPAR.

AAVV (2014) – *Inquérito à Fecundidade 2013*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, IP, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

AITCHISON, K. (2009) - *Discovering the Archaeologists of Europe: Transnational Report, Institute for Archaeologists*. [Em linha. Disponível em <http://www.discovering-archaeologists.eu/final-reports.html>].

ALARCÃO, J. (s.d.) – “Conimbriga”, in Alarcão, J., Barroca, M. (coord), *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, s. n., Figueirinhas: 122-124.

ALMEIDA, A. J. (2007) – “Empregabilidade, contextos de trabalho e funcionamento do mercado de trabalho em Portugal”, *Sísifo. Revista de Ciências da Educação*, 2: 51-58.

ALMEIDA, N., COSTA, C. (2014) – “On archaeofauna experts and commercial archaeology in Portugal: present scenario and considerations”, Detry, C., Dias, R. (eds), *Proceedings of the First Zooarchaeology Conference in Portugal*, BAR: 145-150

ALMEIDA, M., NEVES, M. J. (2006) – “A Arqueologia Low-cost: fatalidade nacional ou opção de classe? O modelo empresarial”. *Al-Madan*. IIª Série, 14: 86-91.

ALMEIDA, M. J. (2006) – “Colecções de Arqueologia em Autarquias: reflexões a partir de um inquérito promovido pela APA”, *Praxis Archaeologica*, 1: 37-57.

ALMEIDA, M. J. (2007) – “Inquérito nacional à actividade arqueológica. Uma segunda leitura sobre a actividade arqueológica nas autarquias portuguesas”, *Praxis Archaeologica*, 2: 129-171.

ALMEIDA, M. J. (2008) – “A arqueologia para os arqueólogos: reflexões sobre a organização sócio-profissional dos arqueólogos em Portugal”, *Al-Madan*, IIª série, 15: 101-113.

ALMEIDA, M. J., CARVALHO (eds) (2011) – *Actas do Encontro Arqueologia e Autarquias, Centro Cultural de Cascais, 25 a 27 de Setembro*, Cascais, Câmara Municipal de Cascais.

ARNAUD, J. M. (2013) – *Memória e intervenção. 150 anos da Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Lisboa, Associação dos Arqueólogos Portugueses.

BUGALHÃO, J. (2002) – “Instituto Português de Arqueologia: em processo de extinção”. *Al-Madan*, IIª Série, 11, 45-48.

BUGALHÃO, J. (2011) - “A Arqueologia Portuguesa nas últimas décadas”, *Arqueologia & História*, 60-61: 19-43.

BUGALHÃO, J., LUCENA, A., BRAGANÇA, F., NETO, F, SOUSA, M. J., GOMES, S., COSTA, J. P., CALDEIRA, N., VIRALHADAS, P., FRAGA, T. (2002) - Endovélico – Sistema de Gestão e Informação Arqueológica. *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5 (1): 277-283.

CAMPOS, A. (2013) – “Trabalho, Qualificação, Poder e Precariedade: Uma abordagem dinâmica à estruturação dos modelos produtivos, a partir de um estudo de caso da produção científica”, *Sociologia, Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto*, XXV: 11-32.

CARDOSO, J. L. (1997a) – “O. da Veiga Ferreira (1917-1997)”, *Al-Madan*, IIª série, 6: 174-175.

CARDOSO, J. L. (1997b) – “Octávio da Veiga Ferreira (1917-1997)”, *Trabajos de Prehistoria*, 54 (2): 5-11.

CARDOSO, J. L. (1998) – “In Memoriam”, *O Arqueólogo Português*, série IV, 16: 8-11.

CARDOSO, J. L. (1999/2000) – “Georges Zbyszewski (1909-1999)”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 8: 9-20

CARDOSO, J. L. (2002) - *Pré-História de Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

CARDOSO, J. L. (2008a) – “O. Da Veiga Ferreira (1917-1997): sua vida e obra científica”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16. Cardoso, J.L. (Coord.), *Octávio da Veiga Ferreira, Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*: 13-123.

CARDOSO, J. L. (2008b) – “Correspondência selecionada enviada a O. Da Veiga Ferreira. Cinquenta anos de actividades arqueológicas (1946-1995)” *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16. Cardoso, J.L. (coord), *Octávio da Veiga Ferreira, Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*: 383-751.

CARVALHO, G. S., CARDOSO, J. L. (1999) - “O quaternarista Georges Zbyszewski (1909-1999)”. *Estudos do Quaternário*, 2: 3-6.

CENTENO, M. (2013) – *O Trabalho Uma Visão de Mercado*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

COMISSÃO (2003) - *Recomendação da Comissão Europeia de 6 de Maio de 2003 relativa à definição de micro, pequenas e médias empresas*, [Em linha. Disponível em www.enterpriseeuropenetwork.pt].

CORREIA, V. H. (2003) – “Um depoimento pessoal(íssimo)”, In Carneiro, S. (Coord.), *Nos 10 anos da APA. Que futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto, Associação Profissional de Arqueólogos: 77-83.

COSTA, C., DUARTE, C., LAGO, M. (2014) – “DISCO2014: Conhecer os Arqueólogos Portugueses”, [Em linha. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/al_madanonline19_1/0].

CUNHA-RIBEIRO, J. P. (1993) – “ O Paleolítico Inferior em Portugal”, *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Lisboa, Ed. Colibri: 133-146.

CUNHA-RIBEIRO, J. P. (2002) – “O Paleolítico Inferior em Portugal no final do século XX: Balanço das investigações e novos desafios”, *Arqueologia e História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia 2000. Balanço de um século de Investigação Arqueológica em Portugal*, 54, 13-24.

DIAS, L. T. (2003) – *Tongobriga, Breves Reflexões*, Porto, IPPAR.

DUARTE, C. (2013) – “Conhecer a Profissão de Arqueólogo em Portugal e na União Europeia”, *Al-Madan online*, 18, (2), 143. [Em linha. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/maqueta18_2_online_completa].

FABIÃO, C. (1997) – “Percurso da Arqueologia Clássica em Portugal: da Sociedade Archeologica Lusitana (1849-1857) ao Moderno Projecto de Conimbriga (1962-1979)”, Mora G., Diaz-Andreu (eds) *La Cristianizacion del Pasado: Genesis y Desarrollo del Marco Institucional de la Arqueología en España*, Málaga: 105-123.

FABIÃO, C. (2008) – “Evocação a O. da Veiga Ferreira”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16. Cardoso, J.L. (coord), *Octávio da Veiga Ferreira, Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*: 147-154

FABIÃO, C. (2011) – *Uma História da Arqueologia Portuguesa das origens à descoberta da arte do Côa*, (s.n.), CTT Correios de Portugal.

GOMES, M. A. S. V. (2010) - *Arte rupestre do Vale do Tejo: um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*, dissertação de doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (2011) – *Destaque informação à comunicação Social*, INE, disponível em www.ine.pt.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (2013) - *Destaque informação à comunicação Social*, INE, disponível em www.ine.pt.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATISTICA (2014) - *Destaque informação à comunicação Social*, INE, disponível em www.ine.pt

INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, FUNDAÇÃO FRANCISCO MANUEL DOS SANTOS (2013) – *Destaque informação à comunicação social, Inquérito à Fecundidade, 2013 (Primeiros Resultados)*, INE, disponível em www.ffms.pt.

JORGE, V. O. (2003a) - A «escavação» como microcosmo social: reflexões sobre a prática arqueológica. In Carneiro, S. (Coord.), *Nos 10 anos da APA. Que futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto, Associação Profissional de Arqueólogos: 25-47.

JORGE, V. O. (2003b) – *Olhar o mundo como Arqueólogo*, Coimbra, Quarteto Editora.

JORGE, V. (2006) – “Quatro décadas depois. Alguns percursos, encruzilhadas, perspectivas e contributos no âmbito da arqueologia portuguesa – breve exercício de auto-reflexão retrospectiva”, *Arkeos – Perspectivas em Diálogo*, 16, 2006, 181-217.

JORGE, V. O. (2014) – “Do Campo Arqueológico da Serra da Aboboreira à Experiência de Vila Nova de Foz Côa: 35 anos de arqueologia... que Abril abriu”, Comunicação apresentada ao encontro *40 anos depois de Abril*. Património e Ciência no Norte de Portugal, pelo Departamento de Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras da Universidade do Porto realizado entre 22 e 24 de abril de 2014.

JORGE, V. O., JORGE, S. O. (1998). Arqueologia portuguesa no séc. XX: alguns tópicos para um balanço. In Jorge, S. O.; Jorge, V. O., *Arqueologia. Percursos e interrogações*. Porto, ADECAP: 13-29.

KOVÁCS, I. (2006) – “Novas formas de organização do trabalho e autonomia no trabalho”, *Sociologia, Problemas e Práticas*, 52: 41-65.

KUNST, M. UERPMANN H. P. (2001) – “Zambujal (Torres Vedras, Lisboa): Relatório das escavações de 1994 e 1995”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 5, 1: 67-120.

LAGO, M. (2003) – “Profissão: arqueólogo (na transição do milénio)”, In Carneiro, S. (Coord.), *Nos 10 anos da APA. Que futuro para a Arqueologia Profissional?* Porto, Associação Profissional de Arqueólogos: 95-108.

LEMOS, F. S. (2011) – “Vale do Tejo – A aventura da arte rupestre”, *Nos 40 anos do início da descoberta da arte rupestre do Tejo, Açafa online*, 4, disponível online em www.altotejo.org

LEMOS, F. S. (2013) – “Eduardo da Cunha Serrão, a AAP e o projecto de Estudo da Arte Rupestre do Vale do Tejo”, Arnaud, J. M., et al. (Coord.) *Arqueologia em Portugal 150 anos, Associação dos arqueólogos Portugueses*: 31-38.

LOPES, A. (2012) – “Segurança e Saúde em Trabalhos Arqueológicos: resultados de uma análise preliminar”. *Al-Madan Online*. 17 (1), 14-18.

LUSA (2011) – “Cronologia dos principais acontecimentos em Portugal relacionados com o resgate financeiro. Principais datas da Troika em Portugal” (2011, maio, 4), Diário de Notícias, em linha www.dn.pt/inicio/economia

MARTINS, M., LEMOS, F. S., DELGADO, M. (1994) – “Arqueologia Urbana em Braga (1976-1993)”, *V Jornadas Arqueológicas (20, 21 e 22 de Maio de 1993) Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. 1: 75-81.

MARTINS, M., FONTES, L., CUNHA, A. (2013) – “Arqueologia urbana em Braga: balanço de 37 anos de intervenções arqueológicas” Arnaud, J. M., et al. (coord) *Arqueologia em Portugal 150 anos, Associação dos arqueólogos Portugueses*: 81-87.

MATEUS, J. E., MORENO-GARCIA, M. (2003) – *Trabalhos de Arqueologia, nº 29, Paleoecologia Humana e Arqueocências. Um Programa Multidisciplinar para a Arqueologia sob a Tutela da Cultura*, Lisboa, Instituto Português de Arqueologia.

MESQUITA, A., SIMÕES, S. (2014) – “Os trabalhadores de Arqueologia Portugueses já têm um sindicato”, *Almadan online* [Em linha. Disponível em http://issuu.com/almadan/docs/al_madanonline19_1/0].

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS (2014) - *Documento de Estratégia Orçamental 2014-2018*, disponível online em www.min-financas.pt

NETO, M. C. (2008) – “Recordação breve dos Serviços Geológicos de Portugal”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16. Cardoso, J.L. (coord), *Octávio da Veiga Ferreira, Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*: 169-170.

NORONHA, A. (2010) – “Ministro das obras públicas confirma suspensão do lançamento de novas concessões, *Jornal de Negócios*” (2010, fevereiro, 10), *Jornal de Negócios*, em linha <http://www.jornaldenegocios.pt/empresas>

OLIVEIRA, I. T. (2007) – “A transição da fecundidade e o sistema de respostas múltiplas em Portugal”, *Análise Social*, XLII, 183: 471-484.

OLIVEIRA, I. T. (2008) – “Fecundidade das populações e das gerações em Portugal, 1960-2005”, *Análise Social*, XLIII, 1: 29-53.

OOSTERBEEK, L. (2006) – “Ensino Superior e Empresas de Arqueologia: uma relação imprescindível” *ERA-Arqueologia*, 7: 6-15.

PEREIRA, J. M. (1997) – “Arqueologia e Associativismo em busca de formas eficazes de parceria cultural”, *Al-Madan*, IIª série, 6: 121-124.

RAPOSO, J. (1997a) - “Entrevista ao João Zilhão” *Al-Madan*, IIª série, 6: 78-98.

RAPOSO, J. (1997b) – “Património e Associativismo” *Al-Madan*, IIª série, 6: 100-120.

RAPOSO, J. (2005) – “Directório de Empresas e Profissionais de Arqueologia & Património”. *Al-Madan*, IIª Série, 13: 89-112.

RAPOSO, L. (1993) – “O Paleolítico Médio”, *O Quaternário em Portugal. Balanço e Perspectivas*, Lisboa, Ed. Colibri: 147-161.

RAPOSO, L. (2002) – “Um século de estudos do Paleolítico Médio em Portugal: balanço e perspectivas” *Arqueologia e História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia 2000. Balanço de um século de Investigação Arqueológica em Portugal*, 54: 25-39.

RAPOSO, L. (2008) – “Três notas (muito pessoais) sobre Octávio da Veiga Ferreira”, *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 16. Cardoso, J.L. (coord), *Octávio da Veiga Ferreira, Homenagem ao Homem, ao Arqueólogo e ao Professor*: 161-163.

RAPOSO, L. (2011) – “Ródão, há quatro décadas, um eixo vertebrador do “meu mundo” Nos 40 anos do início da descoberta da arte rupestre do Tejo”, *Açafa online*, 4, disponível online em www.altotejo.org

ROSA, M. J. V. (s. d.) – *Primeiros comentários aos primeiros resultados do Inquérito à Fecundidade*, disponível em www.ffms.pt

ROSA, M. J., CHITAS, P. (2013) – *Portugal e a Europa: Os números*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

ROSA, M. J. V., MENDES, M. F. (2014) – “Parte III – Os sentidos da Fecundidade em Portugal”, *Inquérito à Fecundidade 2013*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, IP, Fundação Francisco Manuel dos Santos: 95 - 104

SILVA, A. C. (1999) – “A Arqueologia Portuguesa no Século XX. Um testemunho muito pessoal”, *Al-Madan*, 2ª série, 8: 33-137.

SILVA, A. C. (2002) – “Das propostas de Estácio da Veiga (1880) à criação dos Instituto Português de Arqueologia (1996) – Cem anos de equívocos na gestão do património arqueológico”, *Arqueologia e História. Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses, Arqueologia 2000. Balanço de um século de Investigação Arqueológica em Portugal*, 54: 299-315.

SILVA, A.C. (2011) “A geração do Tejo”, Nos 40 anos do início da descoberta da arte rupestre do Tejo, *Açafa on-line*, 4, disponível online em www.altotejo.org

SILVA, A. M. S. P. (1993) – “Da Dependência à Dignidade: a urgência de uma Associação Profissional de Arqueólogos”, *Al-Madan*, IIª Série, 2: 54-57.

SILVA, A. M. S. P. (1996) – “Profissão e Ética: lema da nova direcção da APA”. *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 5: 199.

SILVA, A. M. S. P. (1997) – “Associação Profissional Define Código Deontológico dos Arqueólogos”. *Al-Madan*. Almada. IIª Série. 6: 172-173.

SILVA, A. M. S. P. (2005) – “A Arqueologia-Modo-de-Vida é Ainda Investigação?”. *Al-Madan*. IIª Série, 13: 17-19

SILVA, A. M. S. P. (2006) – “Entre o Acaso e a Necessidade: da insustentável leveza da Arqueologia no Orçamento do Estado”, *Al-Madan*, IIª Série, 14: 15-17.

SILVA, A. M., OSÓRIO, I. P., GOMES, P. D., TEIXEIRA, R., CARVALHO, T. P. (1994) – “Bases para a constituição de uma Associação Profissional de Arqueólogos”, *V Jornadas Arqueológicas (20, 21 e 22 de Maio de 1993) Associação dos Arqueólogos Portugueses*, Vol. 1: 75-81.

VALERA, A. C. (2008) – “Um breve balanço crítico da Arqueologia Empresarial”, in Valera, A. C.; Lago, M., eds. - *Citações, Arqueologia. Textos sobre o seu ensino, organização e prática profissional*, 2: 21-24.

VAZ, I. F. (2000) – “As novas formas de trabalho e a flexibilidade do mercado de trabalho”, *Actas do IV Congresso Português de Sociologia - Sociedade Portuguesa: Passados Recentes, Futuros Próximos*, Associação Portuguesa de Sociologia, disponível online em www.aps.pt.

VILAÇA, R. (s.d.) – “Sanfins”, in Alarcão, J., Barroca, M., *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, s. n. Figueirinhas: 303.

ZILHÃO, J. (coord.) (1997) – *Arte Rupestre e Pré-História do Vale do Côa. Trabalhos de 1995-1996. Relatório Científico ao Governo da República Portuguesa Elaborado nos termos da resolução do Conselho de Ministros Nº 4/96, de 17 de Janeiro*, Ministério da Cultura.

Fontes da web

www.adse.pt (consultado em maio de 2014)

www.ine.pt (consultado em abril de 2014)

www.pordata.pt (consultado em março, abril, maio de 2014)

www.ffms.pt (consultado em abril de 2014)

www.fct.pt (consultado em maio de 2014)

www.iefp.pt (consultado em maio de 2014)

www.gulbenkian.pt (consultado em maio de 2014)

www.dges.mctes.pt (consultado em maio de 2014)

www.altotejo.org (consultado em abril de 2014)

<https://sites.google.com/cepbaviseu/cepba> (consultado em abril de 2014)

www.caa.org (consultado em abril de 2014)

www.arqa.pt (consultado em abril de 2014)

www.arqueologos.pt (consultado em abril de 2014)

www.csarmento.uminho.pt (consultado em abril de 2014)

<http://apgestudosdoquaternario.wordpress.com> (consultado em abril de 2014)

<http://adecap.blogspot.pt> (consultado em abril de 2014)

Anexo I

Lista de instituições contactadas por escrito: municípios, centros de investigação, estabelecimentos de ensino superior, museus, empresas de Arqueologia, fundações e outras instituições.

TIPO DE INSTITUIÇÃO	NOME DA INSTITUIÇÃO
CÂMARA MUNICIPAL	ABRANTES
	ÁGUEDA
	ALBUFEIRA
	ALCÁCER DO SAL
	ALCOBAÇA
	ALCOCHETE
	ALCOUTIM
	ALIJÓ
	ALMADA
	ALTER DO CHÃO
	AMADORA
	ANSIÃO
	ARCOS DE VALDEVEZ
	ARGANIL
	ARRUDA DOS VINHOS
	AVEIRO
	AVIS
	BAIÃO
	BARCELOS
	BARREIRO
	BATALHA
	BELMONTE
	BENAVENTE
	BOMBARRAL
	BRAGA
	BRAGANÇA
	CADAVAL
	CALDAS DA RAINHA
	CAMINHA
	CANTANHEDE
	CARRAZEDA DE ANSIÃES
	CARREGAL DO SAL
	CASCAIS
	CASTELO BRANCO
	CASTELO DE PAIVA
	CASTRO VERDE

CELORICO DA BEIRA
CHAVES
COIMBRA
CORUCHE
ELVAS
ESPINHO
ESPOSENDE
ÉVORA
FARO
FELGUEIRAS
FERREIRA DO ALENTEJO
FIGUEIRA DA FOZ
FUNDÃO
GÓIS
GUARDA
GUIMARÃES
IDANHA-A-NOVA
LAGOS
LAMEGO
LEIRIA
LOULÉ
LOURES
LOUSÃ
LOUSADA
MAÇÃO
MACHICO
MAFRA
MAIA
MANGUALDE
MATOSINHOS
MIRANDA DO CORVO
MIRANDELA
MOGADOURO
MONÇÃO
MONFORTE
MONTEMOR-O-NOVO
MONTEMOR-O-VELHO
MOURA
ÓBIDOS
ODIVELAS
OEIRAS
OLHÃO
OLIVEIRA DE AZEMÉIS
OLIVEIRA DO HOSPITAL

OURÉM
OURIQUE
OVAR
PAÇOS DE FERREIRA
PALMELA
PAREDES
PENAFIEL
PENELA
PENICHE
PONTE DA BARCA
PONTE DE LIMA
PORTIMÃO
PORTO
PÓVOA DE LANHOSO
PÓVOA DE VARZIM
REDONDO
REGUENGOS DE MONSARAZ
RIBEIRA DE PENA
RIO MAIOR
SABROSA
SABUGAL
SANTA MARIA DA FEIRA
SANTARÉM
SANTO TIRSO
SÃO BRÁS DE ALPORTEL
SÁTÃO
SERPA
SERTÃO
SESIMBRA
SETÚBAL
SEVER DO VOUGA
SILVES
SINTRA
TAVIRA
TORRES VEDRAS
TRANCOSO
VALE DE CAMBRA
VIANA DO CASTELO
VIDIGUEIRA
VILA DO BISPO
VILA DO CONDE
VILA DO PORTO
VILA FRANCA DE XIRA
VILA NOVA DE CERVEIRA

	VILA NOVA DE FAMALICÃO
	VILA NOVA DE GAIA
	VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO
	VINHAI
MUSEUS NACIONAIS E REGIONAIS	Museu Machado de Castro
	Museu Ibérico de Arqueologia e Arte
	Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal
	Museu de Tibães
	Museu de Lamego
	Museu Monográfico de Conímbriga
	Museu Nacional de Arqueologia
	Museu do Ferro de Torre de Moncorvo
	Museu D. Diogo de Sousa
CENTROS DE INVESTIGAÇÃO	Centro de Arqueologia da Universidade de Lisboa
	Centro de História de Além Mar
	Centro de Pré-História do Instituto Politécnico de Tomar
	Centro de Arqueologia Caetano Melo Beirão
	Centro de Estudos de Arqueologia Moderna
	Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória
	ICArEHB, Universidade do Algarve
	Núcleo de Arqueologia e Paleoecologia da Universidade do Algarve
	Centro de Interpretação de Arqueologia do Alto Ribatejo
	Centro de História da Arte e Investigação Artística
	Centro de Geociências de Coimbra
	Instituto Arqueologia de Coimbra/CEAUPC
	Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho
	Centro de Geociência da UTAD
	Instituto de Arqueologia e Paeociências
	Centro de Arqueologia de Mértola
INSTITUIÇÕES ENSINO SUPERIOR	Universidade do Minho
	Universidade de de Trás-os-Montes e Alto Douro
	Universidade do Porto
	Universidade de Coimbra
	Instituto Politécnico de Tomar
	Universidade de Lisboa
	Universidade Nova de Lisboa
	Universidade de Évora
	Universidade do Algarve
SETOR EMPRESIAL DO ESTADO	Metro do Porto
	EDP, EP
	Estradas de Portugal, EP
	EDIA
ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	Direção Geral do Património Cultural
	Direção Regional de Cultura do Norte

	Direção Regional de Cultura do Centro
	Direção Regional de Cultura do Alentejo
	Direção Regional de Cultura do Algarve
ADMINISTRAÇÃO REGIONAL	Direção Regional de Serviços do Património (Açores)
	Direção Regional dos Assuntos Culturais (Madeira)
EMPRESA DE CONSULTADORIA	Consulgal, SA
CONSÓRCIO DE CONSTRUÇÃO	ACE - Baixo Sabor
EMPRESA DE CONSTRUÇÃO	Ediestreito, LDA
ASSOCIAÇÃO/MUSEU DO CARMO	Associação dos Arqueólogos Portugueses
ASSOCIAÇÃO	ÁRKESIS - Associação de Investigação Arqueológica e Disciplinas Afins
EMPRESA PRIVADA	TroiaResort
FUNDAÇÕES	Fundação Côa
	Núcleo Arqueológico da Rua dos Correiros, Fundação Millennium BCP
EMPRESAS DE ARQUEOLOGIA	AESARQUEOLOGIA, Lda.
	AMPHORA, Arqueologia Lda.
	ARCHEO ESTUDOS, Investigação Arqueológica, Lda.
	ARCHEOCASCAIS, Estudos de Património e Formação, Lda
	ARKEOHABILIS - Arqueologia e Paisagem, Lda
	ARPA - Arqueologia e Património, Lda
	ARQUEOHOJE - Conservação e Restauro do Património Monumental, Lda.
	Arqueologia & Património - Ricardo Teixeira & Vitor Fonseca - arqueologia Lda
	CRIVARQUE - Estudos de Impacto Trabalhos Geo-Arqueológicos, Lda
	DRYAS Arqueologia, Lda ³
	EMERITA - Empresa Portuguesa de Arqueologia, Uni. Lda
	EMPATIA - Arqueologia, Lda
	ERA Arqueologia, S.A.
	ETNOS - Património e Turismo Cultural, Lda.
	IAS - Investigação Arqueológica Subaquática, Lda
	LOGIARK, Serviços Arqueológicos, Unipessoal Lda.
	MUNIS, Lda - Atelier de Arqueologia
	MYTHICA ARQUEOLOGIA, Lda.
	NEOÉPICA - Arqueologia e Património
	NOVARQUEOLOGIA, Arqueologia, Informática e Serviços, LDA.
	OMNIKNOS - Arqueologia, Valorização do Património e da Cultura
	OZECARUS, Serviços Arqueológicos, Lda.
	PALIMPSESTO - Estudo e Preservação do Património Cultural, Lda
	PERENNIA MONUMENTA - Serviços Técnicos de Arqueologia, Lda.
	ZEPHYROS - Investigação, Conservação e Restauro em Arqueologia

Anexo II

Inquérito individual

Discovering the archaeologists of Europe

Questionário Individual

A Associação Profissional de Arqueólogos, em conjunto com a Comissão Europeia e o York Archaeological Trust, promove a caracterização da profissão de arqueólogo em 21 países europeus.

Pretende-se saber em que condições os arqueólogos exercem hoje a profissão e as alterações que se operaram nos últimos cinco anos, após o início da presente crise europeia, em 2008.

A base deste relatório são dois inquéritos, formulados respetivamente para indivíduos e instituições. O presente inquérito destina-se aos indivíduos que trabalham em Arqueologia. É importante conhecer em que condições se exerce a profissão para se poder influenciar os Órgãos de Decisão na tomada de decisões relevantes para os arqueólogos.

Pedimos-lhe, por isso, que preencha o presente inquérito que se mantém anónimo.

Se tiver mais informações a fornecer que não estejam contempladas neste formulário, por favor envie um email para presidente@aparqueologos.org. Garantimos que o sigilo será mantido!

Obrigada!

*Obrigatório



Discovering the
Archaeologists Of Europe



Lifelong
Learning

1.

Género *

Marcar apenas uma oval.

Masculino

Feminino

2.

Qual a sua idade a 31 de dezembro de 2013?

3.

Qual o seu país de origem? *

4.

Qual a sua licenciatura? *

Marcar tudo o que for aplicável.

- História
- História, variante Arqueologia
- Arqueologia e História/História e Arqueologia
- Antropologia
- Património Cultural
- Outra:

5.

Qual o seu grau académico mais elevado?

Marcar apenas uma oval.

- Licenciatura pré-bolonha
- Mestrado pré-bolonha
- Doutoramento pré-bolonha
- Licenciatura bolonha
- Mestrado bolonha
- Doutoramento bolonha

6.

Em que instituição de ensino superior o obteve?

7.

Qual o ano em que o obteve?

8.

Obteve formação após a licenciatura?

Entende-se por "formação após a licenciatura" toda e qualquer formação destinada à especialização numa determinada área pertinente para o desempenho da actividade ou ao aprofundamento de técnicas de investigação, regulada ou não pelo Ministério da Educação e do Ensino Superior.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

9.

Qual?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Topografia
- Geologia
- Biologia
- Recursos humanos
- Informática
- Psicologia do trabalho de grupo
- SIG
- CAD
- Programas informáticos de ilustração
- Ciências sociais e humanas
- Fotografia
- Conservação e restauro
- Numismática
- Arquitetura
- História de arte
- Gestão de projetos
- Marketing/Comercial
- Outra:

10.

Mantém ações de formação contínua?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11.

Com que frequência?

Marcar apenas uma oval.

- Nunca
- Uma vez por ano
- Duas vezes por ano
- Mais vezes por ano

12.

O valor do seu rendimento condiciona a frequência com que efectua essas ações de formação?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

13. **Está a trabalhar em Arqueologia neste momento?**

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

14. **Há quanto tempo exerce a profissão de arqueólogo?**

15. **Quantos dias trabalhou como arqueólogo no último ano?**

16. **Que tipo de vínculo laboral possui?**

* Vulgo "Quadro". ** Este tipo de contratos dura o tempo necessário à verificação do acontecimento que motivou a sua celebração. Incluem-se neste tipo de contratos os chamados "contrato de obra".

Marcar apenas uma oval.

- Desempregado, num programa de inserção
 Contrato a termo em instituição privada
 Contrato a termo numa instituição pública
 Contrato a termo incerto numa instituição privada**
 Contrato a termo incerto numa instituição pública**
 Contrato de trabalho em funções públicas
 Contrato sem termo em instituição pública*
 Contrato sem termo em instituição privada*
 Trabalhador por conta própria sem trabalhadores a seu cargo
 Trabalhador por conta própria com trabalhadores a seu cargo
 Financiamento de projeto de investigação
 Outra:

17. **Há quanto tempo se encontra com esse vínculo?**

18.

Indique as três principais funções que desempenha na sua actividade de arqueólogo.

Marcar tudo o que for aplicável.

- Trabalho de campo
- Trabalho de gabinete
- Relatórios
- Gestão de coleções
- Ensino
- Autorização e fiscalização de trabalhos arqueológicos
- Ações de divulgação, publicações, exposições, etc.
- Investigação
- Documentação e registo
- Gestão de sítios arqueológicos
- Educação patrimonial
- Outra: _____

19.

Na sua actividade de arqueólogo, como se considera?

Marcar apenas uma oval.

- Técnico
- Investigador
- Gestor
- Comercial
- Outra: _____

20.

Em que distrito reside?

21.

Qual a percentagem do tempo que trabalhou no seu distrito de residência no último ano?

22.

Quantas vezes mudou de emprego/ocupação profissional nos últimos cinco anos?

23.

Quantas vezes mudou a região geográfica da sua ocupação nos últimos cinco anos?

24.

A sua entidade empregadora assegura-lhe alojamento quando se encontra em trabalho de campo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes
- Não se aplica

25.

Usa a sua própria viatura quando se encontra em trabalho de campo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

26.

Usa a sua própria máquina fotográfica em trabalho?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

27.

Usa o seu próprio material de topografia em trabalho de campo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não
- Às vezes

28.

Em média, quanto recebe por dia? (Valor bruto)

29.

Em média, quanto recebe por dia? (Valor líquido)

30.

Em termos brutos, quanto ganhou no ano de 2008?

Marcar apenas uma oval.

- < 3.000 €
- 3.000 € a 4.999 €
- 5.000 € a 9.999 €
- 10.000 € a 14.999€
- 15.000 € a 19.999€
- 20.000 € a 24.999€
- 25.000 € a 30.000€
- > 30.000 €

31.

Em termos brutos, quanto ganhou no ano de 2010?

Marcar apenas uma oval.

- < 3.000 €
- 3.000 € a 4.999 €
- 5.000 € a 9.999 €
- 10.000 € a 14.999€
- 15.000 € a 19.999€
- 20.000 € a 24.999€
- 25.000 € a 30.000€
- > 30.000 €

32.

Em termos brutos, quanto ganhou no ano de 2013?

Marcar apenas uma oval.

- < 3.000 €
- 3.000 € a 4.999 €
- 5.000 € a 9.999 €
- 10.000 € a 14.999€
- 15.000 € a 19.999€
- 20.000 € a 24.999€
- 25.000 € a 30.000€
- > 30.000 €

33.

Nos últimos anos, exerceu outras atividades para aumentar o seu rendimento?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

34.

Que percentagem de tempo dedicou a essa segunda atividade?

35.

Para quantas entidades trabalhou no último ano?

36.

O volume de trabalho em acumulação aumentou nos últimos quatro anos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não se aplica

37.

Recebe pelo relatório escrito depois do trabalho de campo?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Às vezes

38.

Nos últimos cinco anos reduziu o seu rendimento anual?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

39.

Quantos filhos tem?

40.

A natureza do seu trabalho interfere com o número de filhos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

41.

O valor do seu rendimento interfere com o número de filhos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

42.

Se o seu rendimento fosse mais elevado, teria mais filhos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Talvez

43.

Acha que os padrões de exigência da prática arqueológica diminuíram nos últimos cinco anos?

Marcar apenas uma oval.

	1	2	3	4	5	
nada	<input type="radio"/>	muito				

44.

É associado da APA?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

45.

É sindicalizado?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

Inquérito às Organizações

Discovering the archaeologists of Europe

Inquérito às Organizações

A APA - Associação Profissional de Arqueólogos, em conjunto com a Comissão Europeia, o York Archaeological Trust e outros parceiros, tem em curso o projeto “Discovering the Archaeologists” que visa a caracterização da profissão de arqueólogo em 21 países europeus. Através dele, pretende-se contribuir para o conhecimento das condições em que os arqueólogos exercem hoje a profissão e as alterações que se operaram a partir de 2008, com o início da presente crise europeia. É importante conhecer em que condições os arqueólogos exercem a sua profissão para, de forma mais fundamentada, poder influenciar decisões relativas à sua evolução. A base deste projeto e do relatório final a elaborar assenta em dois inquéritos, formulados respetivamente para indivíduos e instituições empregadoras de arqueólogos. Neste âmbito, pedimos-lhe a sua colaboração através do preenchimento do inquérito anexo destinado a organizações que atuam na área da Arqueologia, cujo conteúdo é totalmente anónimo.

Se tiver mais informações a fornecer que não estejam contempladas neste formulário, por favor envie um email para presidente@aparqueologos.org. Garantimos que o sigilo será mantido!

Obrigada!

*Obrigatório



ASSOCIAÇÃO PROFISSIONAL DE ARQUEÓLOGOS



Discovering the
Archaeologists Of Europe



Lifelong
Learning

1.

Qual a organização pela qual responde a este inquérito? *

Marcar apenas uma oval.

- Administração central
- Autarquia
- Museu nacional
- Museu regional
- Museu municipal
- Universidade
- Centro de investigação
- Empresa
- Fundação
- Outra:

2.

Em que distrito está sediada a sua organização? *

3. **A sua organização desenvolve a sua atividade na área geográfica onde está sediada?**
Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

4. **Desde que ano a sua organização desenvolve trabalho em Arqueologia?**

5. **A partir de 2008, a sua organização diversificou a sua atividade para enfrentar a crise?**
Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Não se aplica

6. **Em caso de resposta afirmativa, para que área além da Arqueologia?**

7. **Qual a percentagem de faturação que resulta da atividade em Arqueologia?**
Marcar apenas uma oval.

- < 20%
 20% - 39%
 40% - 59%
 60% - 79%
 80% - 99%
 100%

A responder apenas no caso de Organizações Privadas. Se se encontra a responder a este inquérito por uma Organização Pública, clique em continuar.

8. **Qual o volume global de faturação da actividade da sua organização em Arqueologia no ano de 2008?**

9. **E no ano de 2009?**

10.
E no ano de 2010?

11.
E no ano de 2011?

12.
E no ano de 2012?

13.
E no ano de 2013?

14.
Quantos arqueólogos existem na sua organização?

15.
Quantos arqueólogos são do sexo feminino?

Indique a distribuição etária dos indivíduos do sexo feminino que trabalham na sua organização.

16.
< 25 anos

17.
entre 25 e 29 anos

18.
entre 30 e 39 anos

19.
entre 40 e 49 anos

20.
entre 50 e 59 anos
21.
maior de 60 anos
22.
**Quantos indivíduos do sexo feminino
trabalham a tempo parcial?**
23.
**Quantos indivíduos do sexo feminino
contratou a sua organização em 2008?**
24.
**Quantos indivíduos do sexo feminino
contratou a sua organização em 2010?**
25.
**Quantos indivíduos do sexo feminino
contratou a sua organização em 2012?**
26.
**Quantos elementos do sexo masculino
estão ao serviço da sua organização?**

**Indique a distribuição etária dos indivíduos do sexo
masculino que trabalham na sua organização.**

27.
idade inferior a 25 anos
28.
entre 25 e 29 anos
29.
entre 30 e 39 anos

30.
entre 40 e 49 anos

31.
entre 50 e 59 anos

32.
idade maior a 60 anos

33.
Quantos elementos do sexo masculino trabalham a tempo parcial?

34.
Quantos elementos do sexo masculino contratou a sua organização em 2008?

35.
Quantos elementos do sexo masculino contratou a sua organização em 2010?

36.
Quantos elementos do sexo masculino contratou a sua organização em 2012?

37.
Que tipo de vínculo laboral têm os colaboradores da sua organização?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Quadro/contrato sem termo
- Contrato a termo certo
- Contrato a termo incerto
- Prestação de serviços
- Avença
- Outra:

38.

Nos casos dos vínculos a prazo, durante quanto tempo?

Marcar tudo o que for aplicável.

- < 6 meses
- > 6 meses
- > 1 ano
- duração variável conforme as funções desempenhadas
- Outra:

39.

A sua organização tem um quadro permanente de colaboradores?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

No caso de resposta negativa na questão anterior, clique em continuar.

40.

Como evoluiu o quadro permanente da sua organização em 2008?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

41.

Como evoluiu o quadro permanente da sua organização em 2009?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

42.

Como evoluiu o quadro permanente da sua organização em 2010?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

43.

Como evoluiu o quadro permanente da sua organização em 2011?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

44.

Como evoluiu o quadro permanente da sua organização em 2012?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

45.

Como evoluiu o quadro permanente da sua organização em 2013?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

Por quadro temporário entende-se o conjunto de trabalhadores que se encontram com contrato a termo, contrato a termo incerto, contrato de prestação de serviços, avença.

46.

A sua organização tem quadro temporário*?

Em caso de resposta negativa, clique em continuar.

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

47.

Como evoluiu o quadro temporário da sua organização em 2008?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

48.

Como evoluiu o quadro temporário da sua organização em 2009?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

49.

Como evoluiu o quadro temporário da sua organização em 2010?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

50.

Como evoluiu o quadro temporário da sua organização em 2011?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

51.

Como evoluiu o quadro temporário da sua organização em 2012?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

52.

Como evoluiu o quadro temporário da sua organização em 2013?

Marcar apenas uma oval.

- Aumentou
- Diminuiu
- Permaneceu igual
- Não sabe

53. **Como prevê a evolução do quadro permanente em Arqueologia da sua organização em 2014?**

Marcar apenas uma oval.

- Aumentar
- Diminuir
- Permanecer igual
- Não sei

54. **Como prevê a evolução do quadro temporário em Arqueologia da sua organização em 2014?**

Marcar apenas uma oval.

- Aumentar
- Diminuir
- Permanecer igual
- Não sei

55. **Quantos colaboradores da sua organização têm necessidades especiais?**

56. **Quais os países de origem dos colaboradores da sua organização?**

57. **Quantos elementos do sexo feminino da sua organização têm o grau de licenciados?**

58. **Quantos elementos do sexo feminino da sua organização têm o grau de mestre?**

59. **Quantos elementos do sexo feminino da sua organização têm o grau de doutor?**

60. **Quantos elementos do sexo masculino da sua organização têm o grau de licenciado?**
61. **Quantos elementos do sexo masculino da sua organização têm o grau de mestre?**
62. **Quantos elementos do sexo masculino da sua organização têm o grau de doutor?**
63. **Em que países obtiveram os seus graus académicos?**
64. **Quantos dos trabalhadores de arqueologia da sua organização têm o grau académico em Arqueologia?**
65. **Em média, quantos filhos têm os trabalhadores do sexo feminino?**
66. **Em média, quantos filhos têm os trabalhadores do sexo masculino?**
67. **A sua organização reduziu nos últimos cinco anos o número de colaboradores do sexo feminino?**
Marcar apenas uma oval.
- Sim
- Não
68. **Em caso de resposta afirmativa, quantos reduziu?**

69.

A sua organização reduziu nos últimos cinco anos o número de colaboradores do sexo masculino?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

70.

Em caso de resposta afirmativa, quantos reduziu?

71.

Qual o valor do salário médio mensal dos trabalhadores da equipa de Arqueologia da sua organização (salário bruto)?

Marcar apenas uma oval.

< 800 €

800 € - 999 €

1000 € - 1299 €

1300 € - 1500 €

> 1500 €

72.

Qual o valor do salário mínimo mensal entre os trabalhadores da equipa de Arqueologia da sua organização (salário bruto)?

Marcar apenas uma oval.

< 500 €

500 € - 599 €

600 € - 699 €

700 € - 799 €

800 - 899 €

900 € - 999 €

> 1000 €

73.

Qual o valor do salário máximo mensal entre os trabalhadores da equipa de Arqueologia da sua organização (salário bruto)?

Marcar apenas uma oval.

- < 600 €
- 600 € - 699 €
- 700 € - 799 €
- 800 € - 899 €
- 900 € - 999 €
- 1000 € - 1099 €
- 1100 € - 1199 €
- 1200 € - 1299 €
- 1300 € - 1399 €
- 1400 € - 1499 €
- 1500 € - 1599 €
- 1600 € - 1699 €
- 1700 € - 1799 €
- 1800 € - 1899 €
- 1900 € - 1999 €
- 2000 € - 2499 €
- 2500 € - 2999 €
- > 3000 €

A responder apenas no caso das Instituições Privadas. Se se encontra a responder a este inquérito por uma Organização Pública, clique em continuar.

74.

A sua organização reduziu os salários dos trabalhadores do sexo feminino nos últimos cinco anos?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

75.

Em que percentagem?

Marcar apenas uma oval.

- 10 %
- 20 %
- 30 %
- 40 %
- 50 %

76.

A sua organização reduziu os salários dos trabalhadores do sexo masculino nos últimos cinco anos?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

77.

Em que percentagem?

Marcar apenas uma oval.

10 %

20 %

30 %

40 %

50 %

78.

A sua instituição promove ações de formação profissional?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

79.

A sua instituição permite que os seus trabalhadores participem em ações de formação por sua própria iniciativa?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

80.

Em caso de resposta afirmativa, qual o máximo de dias por ano?

81.

Quantos colaboradores participaram em ações de formação em 2012?

82.

Quantos colaboradores participaram em ações de formação em 2013?

83. **A sua organização valoriza a participação dos seus colaboradores em congressos e outras reuniões científicas?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

84. **A sua organização dispõe de orçamento específico destinado às ações de formação profissional dos seus colaboradores?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Não se aplica

85. **A sua instituição tem uma certificação de qualidade na área da Arqueologia?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Não se aplica

86. **Em caso de resposta afirmativa, indique qual?**

A responder apenas no caso das Organizações Privadas. Se se encontra a responder a este inquérito por uma Instituição Pública, clique em continuar.

87. **Nos últimos cinco anos, a sua instituição perdeu receita/financiamento?**

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

88.

No caso de resposta afirmativa, indique a percentagem aproximada?

Marcar apenas uma oval.

- < 5%
- 5% - 9%
- 10% - 19%
- 20% - 29%
- 30% - 39%
- > 40%
- Não sei

89.

Globalmente, quais as principais ocupações dos arqueólogos que trabalham na sua organização?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Trabalho de campo
- Investigação
- Elaboração de relatórios
- Documentação e registo
- Gestão de bases de dados
- Tratamento de materiais arqueológicos
- Valorização de sítios arqueológicos
- Publicações
- Exposições
- Educação patrimonial
- Outras ações de comunicação e divulgação
- Gestão de projetos
- Comercial
- Gestão e administração
- Gestão de processos de licenciamento
- Direção/Chefia em cargo de administração
- Museografia
- Ensino
- Outra:

90.

Em que área reduziu mais significativamente a sua atividade nos últimos cinco anos?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Nenhuma
- Trabalho de campo
- Investigação
- Elaboração de relatórios
- Documentação e registo
- Gestão de bases de dados
- Tratamento de materiais arqueológicos
- Publicações
- Exposições
- Educação patrimonial
- Outras ações de comunicação e divulgação
- Ações de fiscalização
- Gestão de projetos
- Comercial
- Gestão de administração
- Gestão de processos de licenciamento
- Direção/Chefia em cargo de administração
- Museologia
- Ensino
- Outra:

91.

Em que área aumentou mais significativamente a sua atividade nos últimos cinco anos?

Marcar tudo o que for aplicável.

- Nenhuma
- Trabalho de campo
- Investigação
- Elaboração de relatórios
- Documentação e registo
- Gestão de bases de dados
- Tratamento de materiais arqueológicos
- Publicações
- Exposições
- Educação patrimonial
- Outras ações de comunicação e divulgação
- Ações de fiscalização
- Gestão de projetos
- Comercial
- Gestão e administração
- Gestão de processos de licenciamento
- Direção/Chefia em cargo de administração
- Museologia
- Ensino
- Outra:

92.

A sua organização faz investimento com capitais próprios em investigação fundamental na área da Arqueologia?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

93.

Em caso de resposta afirmativa, qual a percentagem desse investimento?

Pretende-se saber qual a percentagem de investimento efetuado relativamente ao orçamento anual da organização. No caso das organizações empresariais, poderá indicar-se a percentagem relativamente ao volume de vendas.

94.

A sua organização tem uma estratégia de divulgação/publicação sistemática dos resultados dos projetos desenvolvidos?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

95.

Em caso de resposta afirmativa, qual o meio preferencial?

Nomeie apenas duas

Marcar tudo o que for aplicável.

Monografias

Revistas da especialidade

Congressos e outras reuniões científicas

Exposições e outras ações de divulgação científica

Ações de divulgação para o grande público

Outra:

96.

Em que áreas acha que os colaboradores da sua equipa de Arqueologia precisam de mais formação? Nomeie cinco exemplos

97.

A sua organização disponibiliza aos seus colaboradores com contrato um seguro de saúde?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

Não se aplica

98.

Existem arqueólogos sindicalizados na sua organização?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

99.

Os arqueólogos da sua organização são associados da APA?

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

100.

Em caso de resposta afirmativa, qual a percentagem?

Marcar apenas uma oval.

- <25 %
 - 25%
 - 50%
 - 75%
 - 100%
-

Anexo III

Lista de instituições do ensino superior (portuguesas e estrangeiras) onde os arqueólogos que participaram no inquérito individual obtiveram o seu grau académico.

Países/regiões geográficas	Universidades	Feminino		Masculino		Total
		Nº	%	Nº	%	Nº
América	Binghamton University, USA	1	0,33	0	0	1
	University of Texas, Austin, USA	1	0,33	0	0	1
	Texas A & A University, USA	0	0	2	0,74	2
	Universidade Estácio SÁ, Brasil	0	0	1	0,37	1
Europa	Bournemouth University, UK	1	0,33	0	0	1
	St Andrews University, UK	1	0,33	0	0	1
	Université Paris 1 Sorbonne, France	2	0,66	0	0	2
	Durham University, UK	1	0,33	0	0	1
	University College of London	2	0,66	0	0	2
	University of Southampton	2	0,66	0	0	2
	University of Manchester	0	0	1	0,37	1
	Università degli studi di Ferrara	0	0	1	0,37	1
Espanha	Universidad de Salamanca	2	0,66	2	0,74	4
	Universidad de Santiago de Compostela	0	0	1	0,37	1
	Universidad de Granada	1	0,33	1	0,37	2
	Unisersidad de Pais Vasco	1	0,33	0	0	1
	Universidad Autonoma Madrid	1	0,33	1	0,37	2
	Universidad Complutense Madrid	3	0,99	1	0,37	4
	Universidad de Huelva	1	0,33	3	1,12	4
	Universidad de Sevilla	1	0,33		0	1
	Universidad Autonoma Barcelona	2	0,66		0	2
Universidad de Barcelona	1	0,33		0	1	
Portugal: Universidades Privadas	Universidade Aberta	1	0,33	1	0,37	2
	Universidade Autónoma de Lisboa	1	0,33	5	1,86	6
	Universidade Católica	2	0,66		0	1
	Universidade Fernando Pessoa	1	0,33	1	0,37	2
	Universidade Lusíada	1	0,33	1	0,37	2
	Universidade Portucalense		0	2	0,74	2
	Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias	2	0,66		0	2
Portugal: Universidades Públicas	Faculdade de Belas Artes de Lisboa	1	0,33		0	1
	Faculdade de Medicina de Lisboa	1	0,33		0	1
	Instituto Superior Técnico	1	0,33		0	1
	Instituto Politécnico de Tomar	4	1,32	2	0,74	6

	Faculdade de Ciências Sociais e Humana Universidade Nova de Lisboa	23	7,59	35	13,01	58
	Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa	72	23,76	51	18,96	123
	Instituto de Geografia e Ordenamento do Território de Lisboa		0	1	0,37	1
	Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa	12	3,96	1	0,37	13
	Faculdade de Letras da Universidade do Porto	60	19,8	55	20,45	115
	Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra	37	12,21	56	20,82	93
	Universidade de Évora	17	5,61	11	4,09	28
	Universidade do Minho	15	4,95	18	6,69	33
	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve	14	4,62	3	1,12	17
	Universidade dos Açores	1	0,33	1	0,37	2
	ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa	1	0,33	1	0,37	2
	Instituto Superior Estatística e Gestão da Informação	0	0	1	0,37	1
	Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra	3	0,99	0	0	3
	Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro	4	1,32	3	1,12	7
Parcerias	IPT/UTAD	3	0,99	2	0,74	5
	IPT/UTAD/URV	0	0	1	0,37	1
	University College of London/Universidade do Porto	0	0	1	0,37	1
	Outros	1	0,33	1	0,37	2
	Não responde	1	0,33	1	0,37	2
	Total	303	100	269	100	572

